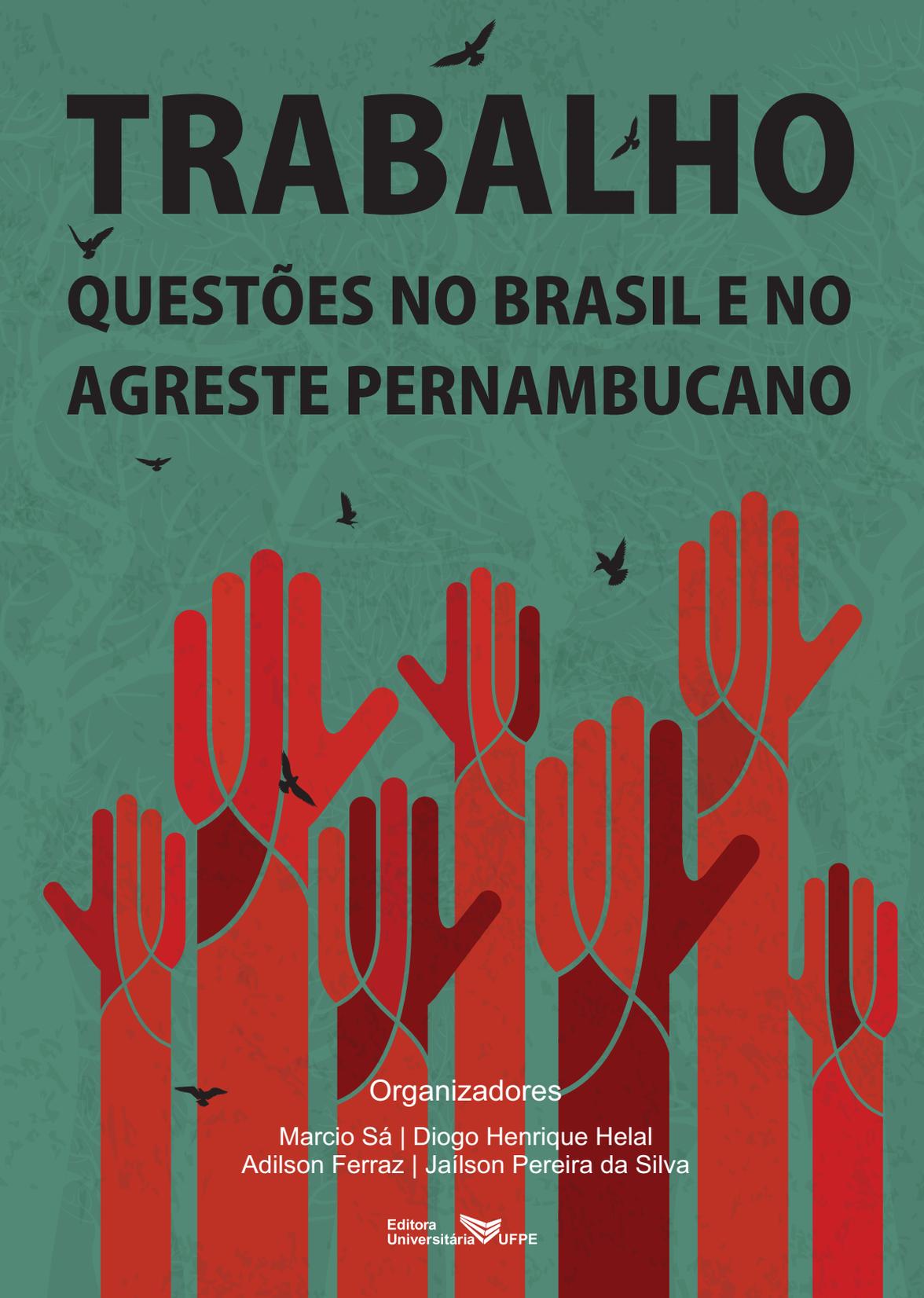


TRABALHO

The background is a textured green with a pattern of small, overlapping leaf-like shapes. Several black birds are scattered across the upper half of the cover. In the lower half, there are several stylized red hands of varying sizes and orientations, some overlapping. The hands are rendered in a solid red color with white outlines for the fingers and palms.

QUESTÕES NO BRASIL E NO AGRESTE PERNAMBUCANO

Organizadores

Marcio Sá | Diogo Henrique Helal
Adilson Ferraz | Jaílson Pereira da Silva

Editora
Universitária  UFPE

Trabalho: Questões no Brasil e no Agreste Pernambucano

Organizadores

*Marcio Sá
Diogo Henrique Helal
Adilson Ferraz
Jaílson Pereira da Silva*

Trabalho: Questões no Brasil e no Agreste Pernambucano

Editora
Universitária  UFPE

2013

Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado
Vice-Reitor: Prof. Sílvio Romero Marques
Diretora da Editora UFPE: Prof^a Maria José de Matos Luna

Editora associada à



Comissão Editorial

Presidente: Prof^a Maria José de Matos Luna

Titulares: Ana Maria de Barros, Alberto Galvão de Moura Filho, Alice Mirian Happ Botler, Antonio Motta, Helena Lúcia Augusto Chaves, Liana Cristina da Costa Cirne Lins, Ricardo Bastos Cavalcante Prudêncio, Rogélia Herculano Pinto, Rogério Luiz Covalesski, Sônia Souza Melo Cavalcanti de Albuquerque, Vera Lúcia Menezes Lima.

Suplentes: Alexsandro da Silva, Arnaldo Manoel Pereira Carneiro, Edigleide Maria Figueiroa Barretto, Eduardo Antônio Guimarães Tavares, Ester Calland de Souza Rosa, Geraldo Antônio Simões Galindo, Maria do Carmo de Barros Pimentel, Marlos de Barros Pessoa, Raul da Mota Silveira Neto, Silvia Helena Lima Schwamborn, Suzana Cavani Rosas.

Editores Executivos: Afonso Henrique Sobreira de Oliveira e Suzana Cavani Rosas.

Capa: Igo Mariano

Projeto Gráfico: Denise Simões

Revisão: Flávio Emmanuel Pereira Gonzalez, Diogo Helal e Marcio Sá

Impressão e acabamento: Editora Universitária da UFPE

Catálogo na fonte

Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

T758 Trabalho : questões no Brasil e no Agreste pernambucano / Organizadores :
Márcio Sá... [et al]. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2013.
134 p. : il.

Vários autores.

Inclui referências.

ISBN 978-85-415-0401-0

(broch.)

1. Trabalho – Brasil. 2. Trabalho – Pernambuco. 3. Relações trabalhistas – Brasil. 4. Trabalho – Aspectos sociais. I. Sá, Márcio (Org.).

331.0981

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2013-252)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibido a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.

Autores

Adilson Ferraz

Ana Márcia B. Almeida

Diogo Henrique Helal

Fernando J. do Nascimento

Kely C. M. de Paiva

Luiz Alex S. Saraiva

Marcio Sá

Marco Aurélio da S. Freire

Oton A. de Vasconcelos Filho

Roberto Vêras de Oliveira

*“Um homem se humilha
Se castram seu sonho
Seu sonho é sua vida
E vida é trabalho...
E sem o seu trabalho
O homem não tem honra
E sem a sua honra
Se morre, se mata...”*

Um homem também chora (guerreiro menino)
Gonzaguinha

“Não me inveje, trabalhe.”
Dito popular

APRESENTAÇÃO

No discurso dos políticos, nas aspirações dos jovens adultos, na obtenção dos recursos necessários à composição do orçamento familiar, nos telejornais, entre professores universitários, ou mesmo na necessidade de quem está sem ele; para onde quer que nos voltemos, o trabalho continua sendo elemento central à vida em sociedade neste novo milênio.

Partindo desta constatação, este livro se propõe a apresentar textos de linguagem clara e objetiva, frutos de pesquisas e reflexões de autores com formação nas mais diversas áreas das Ciências Humanas (História, Sociologia, Administração e Direito) e mesmo da Filosofia, sobre diversos aspectos de um fenômeno tão amplo e multifacetado como o trabalho. Esta produção coletiva está diretamente atrelada à aproximação das agendas e ações de pesquisa e extensão que se desenvolveram ao longo dos últimos anos entre professores então vinculados a duas instituições públicas, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

Em 2010, o Núcleo de Estudos sobre Trabalho, Ocupações e Profissões (Netop¹), da Fundaj, promoveu o *1º Workshop sobre Trabalho, Ocupações e Profissões no Brasil*. Este evento foi realizado na referida instituição e teve a participação de professores-pesquisadores então da própria Fundaj, da UFPE e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A riqueza das intervenções e do debate gerado naquela ocasião levou à articulação de um segundo evento que pudesse não somente dar continuidade ao diálogo aberto, mas também expandi-lo para outros contextos – bem como ampliá-lo para uma dimensão multidisciplinar, ou seja, para outras áreas e campos do conhecimento.

As esferas de diálogo abertas com professores de outras instituições de ensino superior da região Agreste de Pernambuco, em especial com

1 Hoje, Núcleo de Estudos sobre Estado, Trabalho e Sociedade (Nets), do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

os professores Fernando Nascimento², Jailson Pereira da Silva³ e Adilson Ferraz, potencializaram os esforços iniciais empreendidos e propiciaram as condições necessárias para a existência de *Trabalho: questões no Brasil e no Agreste pernambucano*.

Na realidade, este livro surge também em decorrência da realização do 1º Encontro sobre Trabalho no Agreste⁴, um evento interinstitucional que deu sequência à discussão iniciada na Fundaj e que teve também o objetivo de ampliá-la especificamente em dois aspectos: (1) em termos disciplinares; (2) em relação ao foco, neste caso, no Agreste pernambucano. Tanto os trabalhos apresentados neste evento quanto aqueles que o foram anteriormente na Fundaj aqui estão reunidos nos capítulos que compõem este volume com o objetivo de apresentar conhecimento socialmente útil capaz de, em alguma medida, dar suporte à formulação de políticas públicas efetivas (relacionadas diretamente à questão do trabalho) para o país e a região.

O que talvez torne *Trabalho: questões no Brasil e no Agreste pernambucano* um livro diferente? Acreditamos existirem quatro aspectos que, em conjunto, tornam este um livro diferenciado. Primeiro, a reunião bem estruturada, num só volume, de questões relativas ao trabalho em termos de Brasil e de uma região político-geográfica particular, o Agreste (mais especificamente ainda, o de Pernambuco) – neste caso, uma região que não dispõe de muitos títulos já publicados sobre o tema e que ainda não tem ampla produção científica significativamente consolidada ou mesmo disponibilizada ao público. O segundo, a multidisciplinaridade dos aspectos tratados e das abordagens de seus autores que têm formação e desenvolvem pesquisas em diversas áreas. O terceiro, a reunião de pesquisadores de diversas instituições de relevância nacional e regional. E, por fim, uma redação de estilo claro, objetivo e acessível ao grande público.

É justamente em função desse último aspecto que acreditamos viabilizar a sua leitura por um público bastante amplo, o que torna possível projetá-lo para uma maior visibilidade e contribuição efetiva à discussão sobre trabalho e políticas públicas no Brasil e no Agreste. Enfim, o espírito

2 Hoje também no Centro Acadêmico do Agreste (CAA) da UFPE, porém, àquela época, ainda coordenador do Curso de Filosofia e docente da Faculdade de Filosofia de Caruaru (Fafica).

3 Hoje Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC); à época, professor da Fafica e coordenador do Núcleo de Pesquisa (Nupesq) da mesma instituição.

4 O evento aconteceu em abril de 2011, nas instituições de ensino superior de Caruaru envolvidas, tendo sido composto de seminários, sessões temáticas, debates e mesa-redonda.

que nos moveu em sua organização foi de, por meio dele, *apresentar resultados de pesquisas e reflexões que abordam temas relacionados à questão do trabalho no Brasil e no Agreste e que foram realizadas com densidade teórica e rigor científico, mas que aqui se apresentam “traduzidas” da linguagem científica para outra mais coloquial e acessível a um público mais amplo e diverso.*

De modo geral, todos os textos-capítulos que se seguem procuram apresentar, logo de início, seus objetivos e os modos como estão estruturados. O primeiro deles, *Trajatória e desafios das políticas públicas de emprego no Brasil*, é de autoria do professor Roberto Vêras de Oliveira. Já com uma trajetória bastante consolidada nos estudos sobre trabalho e políticas públicas no Brasil, o professor Roberto foi nosso principal convidado no evento de Caruaru. Este capítulo, que cumpre o papel de introdução e abertura temática do livro, é fruto do seminário que apresentou no auditório do Centro Acadêmico do Agreste (CAA) da UFPE. A reflexão é proposta a partir da questão: que desafios atualmente se colocam quanto ao esforço de construção de um sistema público de emprego, trabalho e renda no país? Partindo de tratamento histórico sobre as políticas públicas de emprego nos países centrais, o autor busca reconstituir os momentos mais marcantes das políticas públicas de emprego no Brasil. Por fim, foca no novo cenário que se inaugura, a partir de 2003, com ênfase nas novas possibilidades e desafios que se apresentam.

Em seguida, já no segundo capítulo, *A busca pelo emprego no Brasil e no Agreste*, Diogo Helal discute o tema empregabilidade, a partir de uma perspectiva crítica. Em primeiro lugar, observa como esse conceito tem sido construído, destacando o processo de “culpabilização” do indivíduo, nele presente, para, na sequência, identificar elementos que interferem na busca pelo emprego no país. Os resultados apresentados indicam que tem havido uma redução do efeito da educação e a permanência do efeito da origem sociocultural do indivíduo no acesso ao emprego formal no Brasil. Além disso, tem sido observado um descompasso entre a oferta de ensino superior e de postos de trabalho para este público. Em conjunto, esses fatores levam ao convívio de excesso de mão de obra qualificada em

algumas ocupações e à falta dela em outras. As evidências empíricas têm mostrado ainda que mulheres e negros continuam com desvantagens na busca pelo emprego. Por fim, são apresentadas algumas reflexões sobre o Agreste, bem como implicações e sugestões.

O terceiro capítulo, *Jornada extraordinária: quando a Constituição é contra o cidadão*, de Oton Vasconcelos Filho e Marco Aurélio Freire. Neste, os autores destacam que a Constituição Federal de 1988 surgiu em um cenário que privilegiava o indivíduo quando os interesses do Estado fossem, com os dele, conflitantes. Neste contexto, ganhou o título de “Constituição Cidadã”. No entanto, no aspecto relacionado à duração do trabalho, foi observado que esta não contemplou primariamente a pessoa humana. Isto é comprovado quando se verifica a chancela, pelo Estado, da prestação de horas extras de forma ordinária. Problematizada teoricamente a questão, os professores lançam mão de uma pesquisa para investigar os efeitos do trabalho em sobrelabor na vida familiar e social. Nos resultados, verifica-se que o trabalho extraordinário, de forma contínua, tem efeitos nocivos na vida dos seres humanos, comprovando-se, desta forma, que a Constituição Federal de 1988, neste aspecto, foi de encontro ao bem que ela mais declara tutelar: a vida.

O homem de negócios contemporâneo: três perfis em construção é o título do capítulo seguinte, escrito por Marcio Sá. Neste, o autor dá continuidade à pesquisa que originou o livro *O homem de negócios contemporâneo*. Este capítulo tem como objetivo apresentar os últimos avanços alcançados nesta trajetória por meio de uma caracterização mais detalhada dos três perfis construídos até aqui: o “Formado para os negócios”, o “Ascendente social por meio dos negócios” e o “Herdeiro da tradição do comércio”. Ao final do texto, pontua a relevância da compreensão apropriada acerca deste personagem para que, então, políticas públicas pertinentes para este público possam vir a ser elaboradas.

O trabalho artesanal em nosso tempo é o tema abordado por Ana Márcia Almeida em *Demiurgos de si: o trabalho artesão no Alto do Moura e os desafios do contemporâneo*, no quinto capítulo. O texto se propõe a analisar como o trabalho artesão dialoga com as dinâmicas da sociedade contemporânea, tendo como centro do olhar as atividades ceramistas desenvolvidas por artesãos do Alto do Moura, em Caruaru (PE). O *leitmotiv* do capítulo é entender como os artesãos se sentem vendo suas

criações culturais – o produto do seu trabalho – sendo mercantilizadas e esvaziadas das dimensões de “unicidade” e “aura” que, tradicionalmente, caracterizavam a criação artística até a ascensão da cultura de massa. Num segundo momento, a autora busca dar espaço às experiências de políticas públicas que objetivam aproximar o trabalho artesão do mundo do mercado, reduzindo os conflitos e dilemas provocados pelas contradições nas relações entre arte e cultura e entre mercadoria e economia. Essa realidade é exemplificada a partir da “Carteira do Artesão”, um programa que intenciona reconhecer o ofício do artesão, abrindo-lhe, institucionalmente, novas possibilidades de interação com o mercado na obtenção de créditos e regulamentação das suas vendas.

Já no sexto capítulo, *Feirantes: possíveis contribuições*, Marcio Sá se dedica a abordar algumas das principais contribuições que acredita existir em seu outro livro recentemente publicado para: (1) o conhecimento de quem são e de como os membros das classes populares brasileiras administram seus negócios, (2) a compreensão da própria vida e do trabalho dos feirantes de Caruaru, e (3) o debate científico e social sobre os feirantes de Caruaru, sobre os membros das classes populares do Brasil e sobre o modo como ambos administram seus negócios. Nas suas considerações finais, são também apontadas reflexões acerca da formulação de políticas públicas para este público.

Fernando Nascimento e Adilson Ferraz, no sétimo capítulo, *A condição (des)humana: o trabalho no Agreste pernambucano a partir de Hannah Arendt*, recorrem ao olhar arendtiano para refletir sobre a realidade do trabalhador na região. O texto parte da distinção feita pela autora entre *labor* e *work*, destacando o trabalho (*labor*) como condição indispensável para humanização do homem e aponta que permanecer na dimensão produtiva apenas, preocupando-se exclusivamente com a produção e o consumo, não é condição para a humanização, pois esta significa ter acesso a questões que transcendem a mera necessidade de sobrevivência. No Agreste pernambucano, região de economia voltada para o comércio, isso se materializa na Feira de Caruaru, na medida em que os feirantes dedicam sua vida à venda e ao consumo, em um ciclo que não lhes permite transcender a dimensão do trabalho em direção às questões propriamente políticas. No entanto, ponderam que as formas de expressão do trabalho encontradas tipicamente no Agreste podem se tornar vias de ação política

quando os trabalhadores se organizam em sindicatos e associações, passando a reivindicar seus direitos, criando um espaço público de reflexão e deliberação sobre sua condição (des)humana.

Os dois últimos capítulos apresentam traço peculiar, versam sobre trajetórias e agendas de pesquisas em curso sobre mais dois diferentes aspectos relativos à temática do trabalho. *Competências Laborais: deslocamentos conceituais e perspectivas de pesquisas*, de Kely C. M. de Paiva, é o oitavo capítulo. A reflexão apresentada tem por finalidade propor o deslocamento do conceito “competência profissional” para “competência laboral”, tendo em vista peculiaridades e alterações nas exigências no campo do trabalho a que os indivíduos têm se submetido e nas relações pluridimensionais que desenvolvem no seu cotidiano. Para tanto, são explicitados um breve histórico da evolução conceitual da temática “competências profissionais” e um modelo de análise cujo diferencial está no reconhecimento dos componentes que pautam as ações dos sujeitos no seu cotidiano, cujas avaliações em termos de terem sido, ou não, “competentes” transcendem as percepções individuais. A partir desse modelo e dos conceitos subjacentes, constrói-se o deslocamento para “competências laborais”, o qual permite analisar competências de trabalhadores, independentemente do nível de formalização do trabalho que eles realizam.

Luiz Alex Saraiva assina o nono e último capítulo, *Trabalho: inclusão e exclusão?*. Sua intenção é a de que, por meio do relato de sua trajetória, possam ser colocados em pauta os elementos associados à prática de pesquisa em relação à sociedade, suas demandas e particularidades. Para isso, após esclarecer sua posição geral em relação à pesquisa que hoje desenvolve, apresenta pressupostos nos quais se baseia a agenda que tem levado a cabo nesse sentido. Em seguida, investe em analisar a relação entre trabalho, inclusão e exclusão e, assim, discutir a simultaneidade desses processos, a questão da ideologia e do suporte dos pares e os resultados esperados de tal agenda de pesquisa. Este capítulo é um convite-desafio a uma reflexão crítica acerca da sociedade de mercado na qual vivemos, por meio de um diferente olhar para o trabalho como elemento simultâneo de inclusão-exclusão neste contexto.

Acreditando que este livro é apenas um esforço conjunto e articulado no sentido da abertura de uma discussão científica responsável sobre a

questão do trabalho no Brasil e, em particular, no Agreste pernambucano, desejamos a todos uma boa leitura e uma reflexão melhor ainda.

Por fim, não poderíamos deixar de registrar nossos agradecimentos às instituições que contribuíram para a realização dos eventos e, conseqüentemente, para a concretização deste livro: o nosso muito obrigado à Fundaj, UFPE, Fafica e Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico (Faculdade Asces).

Os organizadores

1 TRAJETÓRIA E DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO NO BRASIL

Roberto Vêras de Oliveira

(Universidade Federal da Paraíba - UFPB)

A experiência brasileira com políticas públicas orientadas mais diretamente ao tema do emprego é tardia, se comparada àquela dos países centrais. É recente também a experiência do país com a adoção de formas mais participativas de gestão pública, não só na área do trabalho e emprego, mas também nos campos da saúde, educação, criança e adolescente, desenvolvimento rural, entre outros.

Com a realização de dois congressos nacionais, em 2004 e 2005, ambos centrados na proposta de construção no país de um sistema público de emprego, trabalho e renda⁵, o debate público sobre o tema foi posto em outro patamar, particularmente porque, pela primeira vez, passou-se a discutir, não só sobre como incrementar as políticas públicas referidas a esse campo, como também sobre como as articular sistemicamente entre si. Considere-se, por outro lado, que todo esse processo ocorre em um momento no qual essa área de políticas públicas vem sofrendo importantes mudanças em âmbito global⁶.

Levando-se em conta a trajetória de construção das políticas de emprego no Brasil, assim como os novos cenários configurados especialmente a partir dos anos 1980, no que se refere aos padrões de relações de trabalho que, sob fortes disputas, vêm se impondo, que desafios atualmente se colocam quanto ao esforço de construção de um *sistema público de emprego, trabalho e renda* no país? É sobre isso que versa a reflexão que aqui se propõe.

O presente texto está estruturado nas seguintes partes. Após esta apresentação, segue um tratamento histórico sobre as políticas públicas de emprego nos países centrais. Na sequência, também sob uma perspectiva histórica, busca-se reconstituir os momentos mais marcantes da construção

5 Envolvendo representantes empresariais, sindicais e das três esferas de governo, de todas as regiões do país.

6 A esse respeito, uma das principais referências mundiais é o estudo de Castel (1998).

das políticas públicas de emprego no Brasil. Por fim, foca-se sobre o novo cenário que se inaugura, quanto a isso, a partir de 2003, com ênfase nas novas possibilidades e desafios que se apresentam.

1.1 Políticas públicas de emprego nos países centrais: caminhos percorridos e mudanças atuais

As chamadas *políticas de emprego* sempre estiveram marcadas pela imprecisão conceitual e pelo debate político (BARBOSA e MORETTO, 1998; DEDECCA et al., 2007). Em primeiro lugar, todas as políticas públicas, econômicas (macroeconômica, agrícola, industrial) e sociais (educação, saúde, previdência, habitação, assistência social) têm sempre importantes repercussões sobre a dinâmica do mercado de trabalho.

Algumas delas, entretanto, orientam-se mais diretamente para tal fim: é onde se situam as políticas de emprego propriamente ditas. Quanto a estas, tanto podem ser concebidas em sintonia com as políticas econômicas (quando se encontram orientadas para a busca do pleno emprego) e integradas às políticas sociais (quando alcançam um caráter mais amplo e abrangente, a exemplo da Previdência Social), como podem ser tomadas independentemente de ambas (nestes casos, restringindo-se a ações isoladas nas áreas do seguro-desemprego, da intermediação de mão de obra, da qualificação profissional etc.). Também, podem situar-se, ou não, em articulação com as políticas de regulação das relações de trabalho, que tratam da legislação trabalhista e da estrutura de representação e negociação sindical.

Em quaisquer casos, quanto à sua concepção, encontram-se tencionadas por duas referências principais, ora complementando-se, ora contradizendo-se mutuamente: a *eficiência* e a *equidade* (ORTEGA et al., 2006). Quando se trata de perseguir prioritariamente uma melhora da “competitividade” do sistema produtivo, aproximam-se da racionalidade e dos critérios do mercado. Entretanto, quando se referenciam, sobretudo, na busca da geração de trabalho e na redistribuição justa da renda, aproximam-se da racionalidade própria da luta por direitos sociais e de cidadania.

As políticas de emprego são, ainda, classificadas como *ativas* ou *passivas*. São consideradas *ativas* as que atuam sobre a oferta e a demanda por emprego e trabalho: a intermediação e a qualificação profissional

(atuação na oferta), o fomento ao microcrédito, o incentivo ao trabalho autônomo, a criação de frentes de trabalho, a criação de emprego no setor público e os subsídios públicos à contratação privada (atuação na demanda). As consideradas *passivas* são as que se voltam a compensar temporariamente, através de assistência financeira, a perda do emprego: seguro-desemprego, principalmente; programas de assistência; redução do tempo de aposentadoria, manutenção de jovens no sistema escolar, redução da jornada de trabalho, fomento à migração (AZEREDO, 1998; THUY et al., 2001; ORTEGA et al., 2006).

Historicamente, as políticas públicas de emprego foram e continuam sendo fortemente influenciadas pelo contexto macroeconômico (FREYSSINET, 2004). Para cada país e para cada momento histórico, as ênfases e opções no campo das *políticas de emprego* foram diversas, fazendo-as evoluir diversamente para a construção de *sistemas públicos de emprego* em âmbitos nacionais. As primeiras iniciativas com o propósito de lidar com o quadro generalizado de “vulnerabilidade de massa” (CASTEL, 1998), trazido com o desenvolvimento do capitalismo em sua fase industrial, surgiram entre fins do século XIX e começo do século XX, nos países mais industrializados, por meio de algumas formas de seguros sociais: para cobrir acidentes de trabalho, doenças, velhice e o próprio desemprego. Tais iniciativas evoluíram para a previdência social, o seguro-saúde e o seguro-desemprego. Ao lado disso, instituíam-se formas de regulação das relações de trabalho (proibição do trabalho infantil, redução da jornada de trabalho, descanso semanal etc.) e o Estado passava a atuar sobre o desemprego através da realização de obras públicas (empreendendo, por exemplo, a construção de estradas, pontes, ferrovias, infraestrutura urbana etc.).

As *políticas públicas de emprego* ganharam maior importância nas primeiras décadas do século XX, sob um contexto de desemprego em massa, com o *Crack* da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, e a crise mundial que se seguiu. Em 1919, havia sido criada a Organização Internacional do Trabalho - OIT, circunstância em que o desemprego fora eleito por governos e representantes de trabalhadores e empresários como o tema central de sua segunda Convenção.

Mas a constituição de *serviços públicos de emprego*, incluindo ações de assistência ao desempregado, intermediação de mão de obra, informações e estatísticas sobre o mercado de trabalho e ações de qualificação profissional,

só adquiriu maior relevância após a Segunda Guerra Mundial, quando, sob fortes taxas de crescimento econômico, predominam os compromissos nacionais do *pleno emprego*. Um impulso decisivo quanto às estratégias governamentais para lidar com temas como desenvolvimento, emprego e proteção social foi a iniciativa do Governo de Franklin Roosevelt, dos EUA, que ficou conhecida como o *New Deal*. Tratou-se de um conjunto muito amplo de medidas, tomadas a partir de 1933, que passou pelo controle de preços industriais e agrícolas (com o fim de favorecer a retomada da produção), por uma política de créditos públicos para a agricultura, pela realização de um vasto programa de obras públicas (visando a geração de emprego), por incentivos à recuperação industrial e pela criação de um seguro-desemprego. Tais medidas estiveram inspiradas nas ideias de John Keynes, favoráveis a uma maior intervenção do Estado na economia, ao mesmo tempo sob fortes controvérsias quanto aos seus motivos e consequências sociais, políticas e econômicas (LIMONCIC, 2003).

As *políticas públicas de emprego* não mais visavam enfrentar um desemprego de tipo *estrutural*, mas fundamentalmente de tipo *friccional*. As políticas passaram a articular-se com os sistemas de relações de trabalho, sob os marcos da negociação coletiva e das legislações trabalhistas, e com as políticas de bem-estar social (serviços públicos de educação, saúde, previdência, entre outros), referenciadas enquanto *direitos sociais* e de acesso universal. Vivia-se o momento da “idade de ouro” do capitalismo e do “compromisso fordista” (LIPIETZ, 1991).

A referência principal desse período foi a Convenção 88 da OIT, de 1948, que propôs a adoção de serviços públicos e gratuitos de emprego com as seguintes características: organizados como sistemas nacionais; compostos de escritórios descentralizados territorial e administrativamente, mas sob a coordenação de um órgão central; dotados de controle social, através da constituição de comissões tripartites (com representações de governos, trabalhadores e empregadores), paritárias, nacionais, regionais e locais e de caráter consultivo; incluindo serviços de emprego e de orientação profissional para os jovens; prevendo condições de funcionamento independentes de governos e a cooperação entre os serviços públicos e os escritórios de agenciamento privados.

Entretanto, com a crise econômica mundial desencadeada a partir do final dos anos 1970 e com as mudanças técnicas e organizacionais no

sistema produtivo que se seguiram, recolocando o problema do desemprego *estrutural* e da precarização das relações de trabalho (POCHMANN, 2001), as políticas de bem-estar, em geral, e as *políticas públicas de emprego*, em particular, passaram a sofrer importantes mudanças.

Sob a expectativa de que a crise e o desemprego de que dela resultara era de natureza temporária, inicialmente ocorreu um aumento dos gastos sociais, particularmente para o atendimento aos desempregados (seguro-desemprego), sem aumento correspondente das receitas. Cresceu o número de beneficiários, os valores dos benefícios e o tempo de manutenção do benefício (AZEREDO, 1998).

Mas, com a persistência e intensificação desse cenário, com a configuração de uma “nova questão social” e já em um quadro de crise das bases de sustentação do *Welfare State* (CASTEL, 1998), as *políticas públicas de emprego* são submetidas a forte pressão, resultando em reorientações diversas. Esping-Andersen (1995) identifica três grupos de países, quanto às respostas a tal situação. O primeiro, constituído dos países escandinavos, aponta para uma expansão do emprego público, combinando-a com a qualificação, o subsídio para contratação no setor privado e incentivo ao pequeno negócio.

EUA, Grã-Bretanha, Nova Zelândia, Austrália e Canadá optam por uma orientação mais liberal, flexibilizando o mercado de trabalho, de modo a tornar a economia mais “competitiva” e mais apta a gerar emprego. Apesar da pressão sobre os sistemas de proteção social, estes não são desestruturados, mas reorientados no sentido da restrição de gastos sociais e da *focalização* (concentrando-se nos públicos mais vulneráveis), quebrando o princípio da *universalidade*. Nesses casos, a contrapartida da redução das taxas de desemprego tem sido uma crescente precarização das relações de trabalho.

Os países da Comunidade Europeia atuam configurando uma dualização do mercado de trabalho: preservam um núcleo de trabalhadores com proteção social, mas promovem a exclusão social, especialmente entre jovens, mulheres e homens com mais de 55 anos. A resistência a uma liberalização mais radical, por parte desses, tem tido como contrapartida altas taxas de desemprego.

Em geral, todos foram obrigados a adotar medidas de flexibilização do mercado de trabalho e a cortar benefícios. Em todos os casos, fica

evidente o quanto a questão do emprego tornou-se o núcleo central das políticas sociais (AZEREDO, 1998). Ganhou cada vez mais ênfase o discurso da integração das *políticas públicas de emprego*. Entretanto, quanto mais se dissociam da política econômica, tanto mais enfatizam as políticas ativas. Sob a orientação de organismos internacionais, como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), recai sobre as *políticas públicas de emprego* a responsabilidade por desempenhar o papel que antes cabia, em primeiro lugar, às políticas econômicas (DEDECCA et al., 2007).

Ao lado da adequação dos critérios de acesso ao seguro-desemprego (ampliando sua cobertura e tornando-o mais seletivo) e da adoção de programas emergenciais e assistenciais em proporção cada vez maior, ganham ênfase as seguintes políticas ativas (sob tendências diversificadoras, descentralizadoras e focalizadoras): formação profissional, serviços de intermediação de mão de obra, subsídios à contratação pelo setor privado, políticas voltadas aos jovens, programas de ajuda ao trabalho autônomo e à organização de cooperativas, desregulamentação do mercado de trabalho.

Fala-se em uma “ativação” das políticas passivas⁷. Sobressai o discurso da “empregabilidade”, para o qual ao Estado não cabe mais assegurar o emprego, mas contribuir com a empregabilidade do trabalhador, através da oferta de serviços cada vez mais orientados para as necessidades individuais de cada um (com destaque para a qualificação). Cresce a adoção de um modelo empresarial de gestão dos *sistemas públicos de emprego* (da igualdade de direitos à igualdade de oportunidades, por meio das seguintes medidas: profissionalização dos serviços; conversão dos beneficiários de “sujeitos de direitos” em “usuários/clientes”; gestores tornados “gerentes”; adoção de modelo de gestão por resultados; terceirização dos serviços públicos para agentes privados; interação com serviços privados (com ou sem fins lucrativos); conversão do desempregado em “desempregado empreendedor” (HANSEN, 2004; ORTEGA et al., 2006).

Por outro lado, com as dificuldades de integração que, em geral, persistem e com as diferenças de ênfase e de arranjo institucional existentes entre as experiências em curso, não se pode falar senão em *sistemas públicos de emprego* em construção (AZEREDO, 1998). Atualmente, esses sistemas

7 Ortega et al. (2006) se refere, mais especificamente, aos discursos empresariais e governamentais.

encontram-se situados entre o paradigma da flexibilidade e a resistência à precarização do mercado de trabalho (DEDECCA et al., 2007).

1.2 Sobre o caráter tardio e fragmentado das políticas públicas de emprego no Brasil

No que se refere ao Brasil, na condição de país capitalista periférico, produziu-se um contraste, visto que a industrialização, o processo de assalariamento e a instituição da proteção social se estabeleceram, correspondentemente, em caráter tardio, parcial e precário. No caso brasileiro, produziu-se, nesse contexto, uma clara discrepância nas condições de trabalho e de vida entre trabalhadores rurais e urbanos, “nortistas” e “sulistas”, da indústria e dos serviços, qualificados e não qualificados, assalariados e autônomos, formais e informais.

Quando a indústria e o mercado de trabalho ganhavam relevância na economia brasileira, os países centrais do capitalismo já haviam ingressado no paradigma *taylorista-fordista*. Entretanto, o país só virá a sentir claramente seus efeitos a partir do final da década de 1950, com a implantação das indústrias automobilística e de eletro-eletrônicos. Mesmo assim, o padrão industrial resultante desse novo ciclo econômico só parcialmente pôde ser caracterizado como *fordista*. Lipietz (1989), se referindo a casos como o do Brasil, usou a denominação “fordismo periférico”. Sob fortes contrastes entre as condições de trabalho propiciadas por indústrias “modernas” e “tradicionais”, indústria e serviços, cidade e campo, Centro-Sul e Norte-Nordeste, o mercado de trabalho brasileiro adquiriu, historicamente, as marcas da dualidade, da heterogeneidade e da flexibilidade, tornando-se constitutivamente precário (AZEREDO, 1998; POCHMANN, 2001).

Apesar disso, algumas medidas de proteção ao trabalhador vinham sendo tomadas desde o começo do século XX⁸. São exemplos: a lei de proteção contra o acidentado, em 1919; a criação de caixas de aposentadoria e pensão, em 1923; a criação do seguro contra a doença, em 1927. Porém, foi com o Estado Novo que o mercado de trabalho passou por sua mais

8 Sobre o desenvolvimento das políticas públicas de emprego no Brasil, ver por exemplo: Azeredo (1998); Barbosa e Moretto (1998); Pochmann (1998); Moretto et al. (2003); Fausto et al. (2003); Brasil (2004 e 2005); Todeschini (2005 e 2007).

ampla estruturação, com: a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930; a lei de sindicalização, em 1931; a instituição da carteira profissional e a regulamentação da jornada de trabalho de 8 horas, em 1932; a lei da assistência e previdência social, em 1934; a consolidação das leis trabalhistas na CLT, em 1943; sob uma demanda crescente do processo de industrialização por qualificação profissional, foram criados o Senai e o Senac, na década de 1940 – vindo a compor mais tarde o “Sistema S” (passando a incluir, ainda, Sesc, Sesi, Senat, Senar, Sest e Sebrai); entre outras medidas.

Aliado a isso, foi instituído o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra – PIPMO, em 1963, sob a responsabilidade do MEC para complementar as ações de formação profissional já desenvolvidas pelo Sistema S e pelas escolas técnicas públicas; foi criado, em 1965, o Fundo de Assistência ao Desempregado para dar suporte a um auxílio-desemprego; foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, em 1966; no mesmo ano, foi instituído o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, com o objetivo de flexibilizar o processo de demissão; em 1974, o PIPMO passa à alçada do Ministério do Trabalho, vindo a desenvolver ações de qualificação, aperfeiçoamento e especialização; em 1975, foi criado o Sistema Público de Emprego – Sine.

Em um contexto de crise de emprego e de redemocratização do país, a partir dos anos 1980, várias medidas concorrem para, pela primeira vez na história do país, colocar-se a possibilidade de construção de um sistema público de emprego: em 1986, foi instituído o seguro-desemprego, medida consolidada e ampliada com a Constituição de 1988, quando também foi criado, para viabilizá-lo financeiramente, o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

A partir de 1990, com a adoção no país das medidas de liberalização e privatização da economia (desencadeadas com o governo Collor), a *reestruturação produtiva* se intensificou. Associando-se às mudanças na gestão do trabalho no interior das empresas, e no sentido de favorecer a sua *flexibilização*, sucede-se, ao longo da década, um conjunto articulado de ações governamentais visando a *desregulamentação* das relações de trabalho. Frente a um crescente desemprego, argumentava-se que, com isso, seriam reduzidos os custos com encargos sociais, incentivando-se as contratações e favorecendo-se a sua formalização.

Particularmente os Governos Collor e FHC adotaram a estratégia de iniciar esse processo por partes, e não a partir de uma reforma de conjunto. Objetivavam, de um lado, restringir a participação do Estado na regulação do direito individual do trabalho e, por outro, limitar o poder sindical quanto à negociação coletiva e ao direito de greve (OLIVEIRA, 2002). Algumas dessas medidas: lei das cooperativas profissionais (desobrigando-as de verificar os encargos trabalhistas), de 1994; desindexação salarial, em 1995; restrição do poder de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, em 1995; denúncia da convenção 158 da OIT, em 1996 (a qual limitava a dispensa imotivada); restrição do exercício da greve dos servidores públicos; liberação do trabalho aos domingos, em 1997; instituição do trabalho por tempo determinado, do trabalho voluntário (sem encargos sociais e trabalhistas), do “banco de horas”, do trabalho por tempo parcial, da suspensão do contrato de trabalho, em 1998, etc. Em 1998, o governo, reunindo várias dessas medidas e incluindo outras, apresentou a PEC 623, propondo mudanças na legislação sindical e na contratação coletiva (KREIN, 2001). Não obstante o caráter constitutivamente flexível e precário das relações de trabalho no país, se impôs o discurso da *desregulamentação*.

A relação entre a sociedade e o Estado esteve profundamente marcada, ao longo dos anos 1990, pela tensão entre dois paradigmas. De um lado, a referência das lutas e conquistas travadas, sobretudo, nos anos 1980, cuja expressão mais emblemática foi a Constituição “Cidadã”, a qual instituiu direitos sociais e políticos em um patamar inédito no país, assim como previu a constituição de espaços de participação da sociedade civil organizada na gestão das políticas públicas. De outro lado, sob os efeitos das investidas das políticas *neoliberais*, se colocou a referência da Reforma do Estado, por meio de uma operação que combinou, em uma mão, um processo de desresponsabilização crescente do Estado quanto à prestação de serviços públicos sociais previstos constitucionalmente à sociedade e, em outra, um esforço de conversão de *sujeitos políticos* em “parceiros” do Estado (adquirindo a denominação de “terceiro setor”) na execução (focalizada e precarizada) de tais serviços. As instituições não estatais passam a ser solicitadas a participarem da execução de serviços sociais em um contexto de crescente retração do Estado, no que concerne a financiamento e a gestão dos serviços públicos (DAIN; SOARES, 1998). Nesse registro, os referidos

serviços perdem o sentido de *direitos sociais*, convertendo-se em *negócios privados* e objetos de uma *nova filantropia social* (TELLES, 1999).

Foi sob tal tensão que sucessivas ações governamentais foram implementadas. No que diz respeito mais especificamente às *políticas de emprego*, algumas merecem destaque. Por ocasião da Constituição de 1988, foi criado o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, inicialmente, para viabilizar o financiamento do seguro-desemprego (uma das mais importantes conquistas sociais daquela edição da Carta Magna). Em 1990, foi instituído o Conselho Deliberativo do FAT – Codefat, com o propósito de gerir os recursos do FAT, em termos colegiados e de modo tripartite e paritário, contando com representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo. Os representantes dos trabalhadores são indicados pelas centrais sindicais e confederações de trabalhadores e os representantes dos empregadores, pelas respectivas confederações. Na medida em que foi aumentando o número de centrais sindicais, cresceu também o número de representantes de cada bancada, mas sempre observando-se o caráter paritário do órgão. A presidência do Codefat é exercida em sistema de rodízio, entre as três bancadas. Em 1994, começam a ser constituídas, por Resolução do Codefat, as comissões estaduais e municipais de emprego, com composição também tripartite e paritária. Na verdade, não cabe ao Codefat criar Conselhos/Comissões, mas determinar critérios para que sejam por ele reconhecidos, uma vez criados pelos respectivos poderes executivos estaduais e municipais. Os representantes dos trabalhadores, nesses casos, são indicados pelas centrais sindicais, federações de trabalhadores e alguns sindicatos de maior destaque na respectiva região. A partir de 1994, os recursos do FAT passaram a financiar, além do seguro-desemprego, diversas políticas, tidas como de emprego/trabalho, a exemplo de programas de microcrédito, por meio do Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger e, a partir de 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Em 1995, também contando com recursos do FAT, foi instituído o Plano Nacional de Formação Profissional – Planfor, com a meta de atingir no final da década cerca de 20% da População Economicamente Ativa – PEA.

São inúmeros os balanços que se podem fazer do desempenho desses programas. Aqui, no entanto, nos interessa destacar os seguintes aspectos:

a) as políticas públicas de emprego, que foram formuladas de maneira mais sistêmica a partir do início dos anos 90, tiveram um caráter fundamentalmente reativo, diante do quadro de crise estrutural do emprego e como contraface da opção por uma política macroeconômica orientada prioritariamente para a estabilização monetário-fiscal⁹;

b) desenvolveram-se paralelamente ao tratamento dado pelo próprio governo à normatização das relações de trabalho, marcada, de um lado, conforme já tratamos, por sucessivas investidas no sentido da flexibilização e, de outro lado, por um esforço sistemático de desqualificação da proposição, apresentada pelas centrais sindicais, no sentido da constituição, no país, de um “sistema democrático de relações de trabalho”;

c) resultaram de um processo contraditório, marcado tanto por um claro esforço de desresponsabilização do Estado frente às políticas sociais, como por um diverso e difuso movimento por parte da sociedade civil organizada, visando ampliar a participação quanto à formulação e gestão das políticas públicas;

d) tomados em si, tais programas estão marcados por inúmeras fragilidades, particularmente pela incapacidade de atuarem de maneira efetivamente articulada¹⁰.

Sob tal perspectiva, as políticas públicas de emprego não poderiam senão ter uma natureza *compensatória e focalizada*.

9 “Desde os anos 90, a postura oficial do governo de desvincular as questões relativas à geração de emprego da política macroeconômica, marcada pela rápida e pouco seletiva abertura comercial, pela forte dependência de financiamentos externos, tem sido um dos fatores decisivos para a adoção de um tipo de política social com caráter reativo, voltada basicamente para a correção pontual das distorções do mercado de trabalho” (DIEESE, 2001, p. 260).

10 “O Brasil tem muito a avançar em relação ao tema do trabalho. Até agora não conseguiu constituir uma política pública do trabalho capaz de enfrentar adequadamente as novas bases do problema do desemprego. É o caso, por exemplo, da ausência de um serviço público nacional de atenção ao emprego. O país possui algumas instituições e programas voltados ao mercado de trabalho, porém sem capacidade de atuação de maneira articulada e integrada no acolhimento do desempregado, o que limita sua efetividade e sua eficácia” (POCHMANN, 2001).

1.3 Um novo cenário se inaugura a partir de 2003: novas possibilidades e desafios

O novo governo, através do MTE, parte do reconhecimento de que a política de estabilização iniciada em 1994, apoiada na abertura econômica e na estratégia deliberada de apreciação cambial, impactou negativamente no mercado de trabalho, aprofundando o problema do desemprego, ampliando o grau de informalidade e provocando uma queda significativa na evolução real dos rendimentos. Admite o problema do emprego como uma questão social. Considera que a reversão desse quadro passa fundamentalmente pela “retomada sustentável do crescimento econômico, resultado tanto de uma mudança da política econômica como da realização das reformas necessárias para o desenvolvimento do país” (MTE, 2003, p. 19).

Compreende, ainda, que ao Estado também está reservada a tarefa de “implementar ações no sentido tanto de minorar os problemas sociais causados pelo desemprego como de criar formas de estimular e complementar a atuação do mercado para a geração de trabalho, emprego e renda” (MTE, 2003, p. 20). Reforça, com isso, a necessidade de constituição de um Sistema Público de Emprego: “A entrada do trabalhador neste sistema deve permitir-lhe o acesso ao seguro-desemprego, à qualificação profissional e ao serviço de intermediação de emprego, congregando ações federais, estaduais e municipais, públicas e privadas” (MTE, 2003, p. 20). O Sistema Público de Emprego deve estar integrado às políticas de desenvolvimento econômico e social.

De outra parte, como uma ação igualmente indispensável, traz para a agenda política o debate sobre a democratização das relações trabalhistas. A constituição do Fórum Nacional do Trabalho – FNT se inscreve nessa perspectiva, ao buscar, “por meio do processo participativo, envolver representantes de trabalhadores, de empregadores e de governo, trazer respostas às demandas discutidas pela própria sociedade, mediante a assunção de compromissos mútuos de solução negociada de conflitos” (MTE, 2003, p. 22). A problemática também se viu redimensionada com as mudanças, no sentido positivo, expressas nos indicadores do mercado de trabalho: elevação da taxa de emprego, do grau de formalização dos contratos de trabalho, dos níveis salariais etc. (KREIN; MORETTO, 2005; BALTAR et al., 2009)¹¹.

No âmbito das *políticas públicas de emprego*, várias medidas foram tomadas. Em 2003, foi criado o Plano Nacional de Qualificação – PNQ, em substituição ao Planfor. Em 2004, foi criado o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNPE. Em 2004 e 2005, embalado pela ampliação das políticas, assim como pelo crescente interesse em articulá-las entre si, o Ministério do Trabalho e Emprego organizou, respectivamente, o I e o II Congresso Nacional do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, envolvendo gestores de políticas de trabalho, membros de comissões de emprego, intelectuais e organizações representativas da sociedade. Ambos os referidos congressos incluíram momentos preparatórios nos grandes municípios e em todos os estados da federação. Constituíram-se, assim, em momentos de mobilização e discussão privilegiados sobre a formulação de um horizonte mais estratégico para as políticas de emprego e trabalho no país. Diante de uma trajetória tardia e fragmentada de construção das políticas públicas de emprego no Brasil, tais congressos colocaram-se o desafio prioritário de criar as condições da integração sistêmica das funções de seguro-desemprego, intermediação de mão de obra, formação, orientação e certificação profissionais, políticas específicas para a juventude, programas de geração de emprego, trabalho e renda, sistema de informação sobre o mercado de trabalho.

Apesar da importância adquirida pelo sistema Codefat e da efetiva participação das três bancadas nos seus diversos níveis de constituição, representando uma experiência bem contrastante com a prática histórica da gestão pública no país, de caráter marcadamente autoritário, as dificuldades e limitações dessa experiência têm sido bem flagrantemente. Um dos aspectos mais positivos a realçar é o de que o Codefat vem atuando com bastante regularidade e tomando decisões que efetivamente influenciam na gestão dos recursos do FAT. Entretanto, ao mesmo tempo, mesmo no que se refere ao Codefat, há limitações, como a forte interferência do Governo Federal na destinação e gestão desses recursos (por exemplo, o órgão não tem controle sobre a parte dos recursos do FAT que é destinada ao BNDES). Mas as limitações e fragilidades se encontram mais fortemente localizadas

IBGE avaliou o comportamento do mercado de trabalho entre 2003 e 2008. O levantamento mostra que o nível de formalização pulou de 49% para 53,4% em 2008. Junto a isso, cresceu também o contingente de trabalhadores que contribuíram para a Previdência Social. Em 2003, 61,1% da população ocupada fazia essa contribuição; essa proporção subiu para 64,1% no ano passado”.

nas comissões estaduais e municipais de trabalho e emprego (e ainda mais enfaticamente nestas últimas): suas atribuições institucionais não são claras; não há recursos previstos para a sua instalação, nem para financiar os membros no desempenho de suas atividades, nem tampouco para propiciar uma formação mais sistemática de seus representantes (não obstante bem avaliadas experiências nacionais e locais de formação); há sempre muita interferência do Poder Executivo; a representação sindical nem sempre é efetiva e sua atuação nem sempre ocorre em bases unificadas; até o momento esses órgãos não se constituíram em espaços com visibilidade pública em um patamar suficiente para canalizarem as demandas sociais, convertendo-as em objeto de negociação social.

Mesmo sob o Governo Lula, quando o elemento da participação, do controle e da negociação sociais se colocaram em um outro patamar, inclusive no campo da regulação das relações de trabalho (com a constituição do Fórum Nacional do Trabalho), mas também das políticas públicas de emprego e trabalho (com os avanços na formulação e articulação de um projeto de Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda), o sistema Codefat se manteve com dificuldades de se afirmar como um espaço efetivo de controle social e as organizações sindicais não têm conseguido empreender uma forma de participação que consiga pressionar positivamente esse espaço no sentido de sua publicização e que consiga estabelecer uma ponte entre o mesmo e as lutas sindicais. Por outro lado, as *políticas públicas de emprego, trabalho e renda* não superaram sua condição histórica fragmentada e seu caráter “de programa”, não se constituindo, ainda, em “políticas de Estado”. Apesar dos avanços, não é possível se falar na existência de um Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda no país, nem em uma dinâmica de participação e controle sociais mais efetivos.

Referências

- ARENDRT, H. *A Condição Humana*. São Paulo: Forense Universitária, 1999.
- AZEREDO, B. *Políticas públicas de emprego: a experiência brasileira*. São Paulo: ABET, 1998.
- BALTAR, P.; KREIN, D.; LEONE, E. Economia e mercado de trabalho no Brasil. In: LEITE, M. e ARAÚJO, A. (Org.). *O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México*. São Paulo: Annablume, 2009. p. 37-45.
- BARBOSA, A.; MORETTO, A. *Políticas de emprego e proteção social*. São Paulo: ABET, 1998.
- BRASIL. *I Congresso Nacional: sistema público de emprego, trabalho e renda*. São Paulo: MTE, Codefat e Fonset, 2004.
- _____. *II Congresso Nacional: sistema público de emprego, trabalho e renda*. São Paulo: MTE, Codefat e Fonset, 2005.
- BRASIL. Governo Federal. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). *Orientação Estratégica e Programas: Plano Plurianual 2004/2007*. Brasília, DF, 2003.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CODEFAT. *Resoluções*. Disponível em: <portal.mte.gov.br/codefat/legislacao.htm>. Acesso em: 18 fev. 2006.
- COSTA, C. et al. Controle social da política pública de trabalho, emprego e renda no Brasil: desafios e potencialidades. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R. (Ed.). *Novo momento para as comissões de emprego no Brasil?* São Paulo: Unitrabalho/A+ Comunicação, 2007.
- DAGNINO, E. A Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. In: DAGNINO, E. (Ed.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 279-301.
- DAIN, S.; SOARES, L. Reforma do Estado e Políticas Públicas: Relações Intergovernamentais e Descentralização Desde 1988. In: OLIVEIRA, M. (Ed.). *Reforma do Estado e Políticas de Emprego no Brasil*. Campinas: IE/Unicamp, 1998. p. 31-72.

DEDECCA, C. et al. Transformações recentes do sistema público de emprego nos países desenvolvidos: tendências e particularidades. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R. (Ed.). *Novo momento para as comissões de emprego no Brasil?* São Paulo: Unitrabalho, 2007. p. 15-64.

DIEESE. *A Situação do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Dieese, 2001.

ESPING-ANDERSEN, G. O futuro do *Welfare State* na nova ordem mundial. *Lua Nova*, n. 24, São Paulo: Cedec, 1995.

FAUSTO, A. et al. *Políticas públicas de trabalho e renda: na América Latina e no Caribe*, t. 1 e 2, Brasília, DF: Flacso/Brasil; Editora Abaré, 2003.

FREYSSINET, Jacques. *Le chômage*. 11. ed. Paris: La Découverte, 2004.

HANSEN, H. Tendências do sistema público de emprego no mundo. In: MTE (Ed.). *I Congresso Nacional: sistema público de emprego, trabalho e renda*. São Paulo: MTE, Codefat e Fonset, 2004. p. 38-44.

KREIN, D. *O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil nos anos 90*. 2001. 202 f. Dissertação (Mestrado em Economia Social e do Trabalho)–Programa de Pós-Graduação em Economia Social e do Trabalho, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2001.

KREIN, D.; MORETTO, A. O crescimento da formalização do emprego: como explicá-lo? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO

– Abet, 9., nov. 2005, Recife. Anais... Recife: Abet, 2005.

LIMA, A. A qualificação no sistema público de emprego: uma análise a partir das Resoluções do Codefat. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R. (Ed.). *Novo momento para as comissões de emprego no Brasil?* São Paulo, Unitrabalho/A+ Comunicação, 2007. p. 89-114.

LIMONCIC, F. Os inventores do New Deal: Estado e sindicato nos Estados Unidos dos anos 1930. 2003. 289 f. Tese (Doutorado em História Social)–Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2003.

LIPIETZ, A., Fordismo, fordismo periférico e metropolização. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 2, n. 10, p. 303-335, 1989.

_____. *Audácia: uma alternativa para o século 21*. São Paulo: Nobel, 1991.

MORETTO, A. et al. Os descaminhos das políticas de emprego no Brasil. In: PRONI, M.; HENRIQUE, W. (Ed.). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Editora Unesp; Campinas: IE/Unicamp, 2003. p. 231-278.

OLIVEIRA, M. A. *Política trabalhista e relações de trabalho no Brasil: da Era Vargas ao Governo FHC*. 2002. 365 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas)–Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2002.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Convenções*. Disponível em: <www.ilo.org>. Acesso em: 16 fev. 2007.

ORTEGA, A. et al. *Paro, exclusión y políticas de empleo: aspectos sociológicos*. Valencia: Tirant Lo Blanch, 2006.

POCHMANN, M. As políticas de geração de emprego e renda: experiências internacionais recentes. In: OLIVEIRA, Marco Antônio de (Ed.). *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil*. Campinas: IE/Unicamp, 1998. p. 109-124.

_____. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. Campinas: Boitempo, 2001.

PONTUAL, P. A formação de conselheiros como política estratégica: relato e reflexões sobre a experiência da Unitrabalho. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R. (Ed.). *Novo momento para as comissões de emprego no Brasil?* São Paulo: Unitrabalho/A+ Comunicação, 2007. p. 137-162.

RIBEIRO, N.; KRAUSE, S. Participação e representação política nas comissões/conselhos de trabalho, emprego e renda: a democracia participativa em construção. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R. (Ed.). *Novo momento para as comissões de emprego no Brasil?* São Paulo: Unitrabalho/A+ Comunicação, 2007. p. 171-199.

SANTOS, B. de S. *A flexinsegurança*. Disponível em: <www.ces.uc.pt/opiniaio/bss/188en.php>. Acesso em: 15 ago. 2007.

SAUL, A. et al. Síntese avaliativa dos Planos Territoriais de Qualificação – PlanTeQs – 2003/2005. In: SAUL, A. e FREITAS, C. (Ed.). *Políticas públicas*

de qualificação: desafios atuais. São Paulo: Unitrabalho/A+ Comunicação, 2007. p. 137-164.

TATAGIBA, L. Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (Ed.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil.* São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 47-104.

TELLES, V. *Direitos Sociais: Afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

THUY, P. et al. *El servicio público de empleo en un mercado de trabajo cambiante.* Madrid: OIT e Ministerio del Trabajo y Asuntos Sociales de España, 2001.

TODESCHINI, R. *Desafios para a construção do sistema público de emprego, trabalho e renda.* Brasília, DF: SPPE/TEM, 2005.

_____. A construção do sistema público de emprego no Brasil e a gestão tripartite. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R. (Ed.). *Novo momento para as comissões de emprego no Brasil?* São Paulo; Unitrabalho/A+ Comunicação, 2007. p. 65-88.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. O PNQ e as Perspectivas e Desafios da Política Pública de Qualificação na Paraíba. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R. (Ed.), *Qualificar para Quê? Qualificação para Quem?* São Paulo: Unitrabalho; Campina Grande: EdUFMG, 2006. p. 171-214.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. (Ed.). *Novo momento para as comissões de emprego no Brasil? Sobre as condições da participação e controle sociais no sistema público de emprego em construção.* São Paulo: Unitrabalho/A+ Comunicação, 2007. 2 v.

2

A BUSCA PELO EMPREGO NO BRASIL E NO AGRESTE

Diogo Henrique Helal

(Universidade Federal da Paraíba – UFPB)

2.1 Pesquisando o tema

Toda experiência de pesquisa certamente está ligada a alguma experiência pessoal do pesquisador. No meu caso, não houve fuga a esta regra.

O trabalho tem sido meu principal tema de pesquisa desde o final de minha graduação em Administração (2001, na Universidade Federal de Pernambuco). A temática, contudo, não foi escolhida ao acaso. Decorreu de experiências que tive no mercado de trabalho em Recife, ainda como estudante e estagiário. Destas, a mais marcante foi o estágio na Diretoria de Recursos Humanos, no Banco do Estado de Pernambuco (Bandepe), já privatizado, pertencente ao Banco Real, àquela época.

Ingressei no banco após processo seletivo rigoroso e competitivo em maio de 1998 e lá permaneci até o final de 1999. A Diretoria de RH, quando de meu ingresso, possuía cerca de setenta funcionários, responsáveis por todas as atividades da área. O banco vivia um intenso momento de ajustes, decorrentes de sua privatização. O novo controlador buscava maior eficiência e resultados mais vantajosos. Para um estudante de Administração, tudo aquilo parecia encantador. Flexibilização organizacional, eficiência, resultados eram questões defendidas pelos “gurus” da disciplina. A outra face, mais perversa deste processo, logo apareceu. Os funcionários, antes tão importantes ao banco, passaram a ser tratados como um “peso” a ser retirado em busca da importante reestruturação. No período que lá estive, a Diretoria foi reduzida para apenas sete funcionários. Dentre os demitidos, estavam muitos dos responsáveis pela reestruturação e ajustes no banco e na diretoria. Ao perceber o real jogo ao qual estávamos submetidos, ao notar o quão descartáveis éramos na ótica da empresa, decidi sair.

A partir daquele momento, comecei a me inquietar e a me preocupar com as questões ligadas ao trabalho, emprego e mercado de trabalho em geral. A desilusão com o mundo dos negócios e a inquietação

com o mercado de trabalho me trouxeram a necessidade de continuar estudando, de buscar respostas às minhas inúmeras dúvidas sobre o tema. O mestrado apareceu logo como uma possibilidade, iniciada em 2002, no Programa de Pós-Graduação em Administração, na UFPE. Orientado pelo professor Jorge Alexandre Neves, estudei os impactos da flexibilização organizacional no mercado de trabalho nacional e, em especial, no acesso ao emprego formal e gerencial no país. Utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), defendi a dissertação *Flexibilização do Trabalho, Estrutura Ocupacional e Empregabilidade no Brasil: de 1973 a 1996*, em novembro de 2003.

A entrada no doutorado se deu logo em seguida, agora na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O interesse, àquele momento, era conhecer mais profundamente a dinâmica da desigualdade social no país. Desta vez, orientado pela professora Danielle Cireno Fernandes, elaborei a tese *A Dinâmica da Estratificação Social no Setor Público Brasileiro: meritocracia ou reprodução social?*, defendida em agosto de 2008.

De volta a Recife no mesmo ano, ingressei, como pesquisador, na Fundação Joaquim Nabuco, onde me dediquei a continuar as pesquisas sobre Trabalho e Desigualdades Sociais, minha principal linha de pesquisa. Nesse ínterim, criei, no CNPq, o grupo de pesquisa Núcleo de Estudos sobre Trabalho, Ocupações e Profissões (Netop), que conta com a valiosa participação de vários pesquisadores do trabalho, em várias dimensões, no país.

Em dezembro de 2011, ingressei na Universidade Federal da Paraíba, no Departamento de Administração e no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA). Após o ingresso no programa, reorganizamos uma das ênfases de uma das linhas de pesquisa, resultando na criação de uma sublinha chamada *Estado, Trabalho e Sociedade*, e de um grupo no CNPq, com mesmo nome (Núcleo de Estudos sobre Estado, Trabalho e Sociedade – Nets).

Este artigo busca sistematizar os principais resultados e reflexões de quase quinze anos de formação acadêmica e pesquisa sobre a busca pelo emprego, bem como lançar um olhar sobre como tal questão se configura no Agreste pernambucano.

2.2 A busca pelo emprego

O mundo organizacional tem convivido com constantes mudanças e transformações desde a Revolução Industrial. Em comum, é possível observar a forte inserção de tecnologia no processo produtivo e os consequentes impactos negativos no mercado de trabalho, tanto qualitativos como quantitativos. Diante de tal contexto, este artigo busca discutir a configuração e as barreiras existentes na busca pelo emprego no Brasil em geral e no Agreste especificamente.

Tais mudanças, além de reconfigurarem as organizações, alteraram o mercado de trabalho em todo o Brasil, que, segundo Pochmann (2001), vem vivendo um momento de desestruturação. Para o autor, os novos conhecimentos científicos e tecnológicos se associaram às exigências empresariais de contratação de empregados com polivalência multifuncional, maior nível de motivação e habilidades laborais adicionais no exercício do trabalho.

Sobre esse processo de flexibilização do trabalho e seus impactos na mão de obra brasileira, um dos pontos que merece ser mais bem estudado e analisado refere-se à busca pelo emprego.

Esta questão, estudada por diversas áreas do saber, pode ser abordada a partir de duas perspectivas: macro e micro. A micro tem sido fortemente explorada pelos economistas, em especial, os da corrente neoclássica. Nesta visão, a busca pelo emprego é resultado de investimentos e esforços individuais. A teoria do capital humano (BECKER, 1964; MINCER, 1974), melhor exemplo desta abordagem na economia, preconiza, por exemplo, que maiores investimentos em educação irão garantir maiores retornos salariais e maior empregabilidade.

Trata-se de uma visão limitada sobre o assunto. Ao descontextualizar o acesso ao emprego, é como se os economistas considerassem que somos “filhos de chocadeira”: não importa de onde viemos, onde nascemos, nossa trajetória e o meio que nos cerca; os investimentos em capital humano nos equiparam e são capazes de garantir maiores e melhores retornos no mercado de trabalho.

A promessa de mobilidade social oferecida às classes dominadas como resultado da vitória na “livre competição meritocrática” baseia-se na educação formalmente democrática

proposta pelos “liberais”. [...] A “igualdade de oportunidades” é ponto importante da ideologia capitalista, pois garantiria aos mais capazes, aos mais esforçados, [...] o acesso às melhores posições. A educação tornaria permeáveis as classes sociais de modo que, quem não “subisse”, ou não se teria esforçado o suficiente, ou teria sido menos capaz. (ROSSI, 1980, p.70-71).

Este discurso meritocrático é também presente no atual debate sobre empregabilidade. Tal palavra, hoje na moda, vitimiza o indivíduo, responsabilizando-o unicamente pela obtenção (ou não) do emprego. É, na verdade, um processo de transferência de responsabilidade pela obtenção do emprego da sociedade e do Estado para o indivíduo.

A ênfase nas competências em lugar de qualificações (HIRATA, 1994; RAMOS, 2001) também intensifica a discussão da empregabilidade. Ao enfatizar características individuais, como criatividade e adaptabilidade, a noção de competência transfere do social para o individual a responsabilidade pela inserção profissional dos indivíduos. Em contexto organizacional mais estável, como o fordista, o acesso às ocupações, em especial as gerenciais, dependia eminentemente da posse de determinada qualificação técnica. As políticas públicas de emprego, bem como os programas de qualificação oferecidos pelas organizações (SENAI, SESC, entre outros) tinham então o propósito de oferecer as qualificações necessárias aos trabalhadores, a fim de garantir sua inserção no mercado de trabalho. A noção de competência, ao atualizar a de qualificação, torna-a menos dependente dos esforços públicos e mais dos esforços individuais. Aspectos como criatividade, habilidade de comunicação e polivalência são difíceis de serem ensinados e dependem basicamente de atributos individuais e/ou familiares, como a posse de capital cultural e social, por exemplo.

A mídia tem defendido que empregabilidade é a capacidade de adaptação da mão de obra às novas exigências do mundo do trabalho. Não há, entretanto, consenso em relação a essa visão. Diversos outros autores referem-se à empregabilidade como discurso neoliberal, que transfere a responsabilidade pelo emprego da sociedade e do Estado para o próprio trabalhador. Carrieri e Sarsur (2002), por exemplo, entendem a empregabilidade como estratégia adotada pela alta administração das empresas, no sentido de transferir da organização para o trabalhador a responsabilidade da não contratação ou da demissão.

A perspectiva macro, por sua vez, considera como importante e fundamental a estrutura social no acesso ao emprego. Nesta abordagem, por exemplo, questiona-se o papel da educação como equalizador de oportunidades sociais, destacando que a expansão da educação tem servido para perpetuar e mesmo para promover a desigualdade social. Por exemplo, para aqueles que representam a perspectiva da reprodução social, a expansão da educação é o canal principal por onde o desenvolvimento capitalista perpetua o antagonismo de classe, através da seleção e treinamento de indivíduos para representar papéis ocupacionais que meramente refletem as posições sociais de suas famílias. Assim, educação é vista como um instrumento de dominação social (BOWLES; GINTIS, 1976; EDWARDS, 1979).

A partir da visão macrosocial, a educação também pode ser entendida como o caminho pelo qual o capital cultural é transmitido (BOURDIEU, 1973) e age como um veículo poderoso de reprodução social (COLLINS, 1971, 1979).

A teoria do capital cultural foi desenvolvida por Bourdieu e seus colaboradores (BOURDIEU, 1979, 1987; BOURDIEU; PASSERON, 1977) e foi apresentada como um contraponto à visão funcionalista da teoria sociológica da modernização¹² (PARSONS, 1974) e à abordagem neoclássica da “teoria do capital humano”. Para Dumais (2002), capital cultural é compreendido como competência linguística e cultural e como amplo conhecimento da cultura que pertence aos membros de classes superiores, e que é encontrada menos frequentemente entre as classes mais baixas. Segundo seus teóricos, o processo de expansão do acesso à educação, causado pela modernização, não leva a uma maior igualação de oportunidades, uma vez que as famílias, vindas de estratos sociais superiores, continuam garantindo vantagens para seus descendentes por meio da transmissão do capital cultural.

Bourdieu (1979) destaca que a definição funcionalista da educação, que ignora a contribuição que o sistema de ensino traz à reprodução da estrutura social, sancionando a transmissão hereditária do capital cultural, encontra-se, de fato, implicada numa definição do “capital humano” que não tem nada de humanista, pois não escapa ao economicismo e ignora, por exemplo, que o rendimento escolar

12 Tal abordagem acredita que o processo de modernização possibilitaria a redução de diferenças sociais, por meio de obtenção de educação formal, uma vez que a sociedade se apresenta como meritocrática.

depende do capital cultural previamente investido pela família no indivíduo.

Para Bourdieu (1987), estudantes com maior estoque de capital cultural, ou seja, estudantes oriundos de famílias com habilidades e preferências da cultura dominante, são mais capazes de descodificar as regras do jogo implícitas nas escolas e na própria sociedade.

Entendemos que a melhor maneira de se compreender a busca pelo emprego ocorre a partir de uma posição que considere tanto os investimentos individuais, quanto as possibilidades e barreiras que a sociedade oferece no que se refere à obtenção de um emprego.

Este é o entendimento de Thurow (1977), ao apresentar suas noções de modelo de competição de trabalho (*job competition model*) e fila de trabalho (*labor queue*). O autor considera que há duas filas: a de trabalhadores e do trabalho em si (*labor queue*). A obtenção do emprego (*matching processes*) ocorre por meio da combinação das duas filas: os trabalhadores ficam posicionados com base em seus custos de treinamento (treinabilidade), assim sendo selecionados para ocuparem os cargos. Como há assimetria de informação no mercado de trabalho, e como o custo de se observar a “treinabilidade” de todos os possíveis candidatos é alta, os empregadores utilizam as características do *background* do indivíduo que possam estimar o custo do treinamento. Destas características a principal é a educação (vista como uma forma de treinamento).

Outro ponto relevante deste modelo de competição por cargos reside no fato de ele considerar a posição relativa dos trabalhadores em relação às características do *background*. Para os economistas neoclássicos, investimentos em capital humano asseguram maiores retornos no mercado de trabalho. Para Thurow (1977), tais retornos estão condicionados à posição relativa do trabalhador na fila, ou seja, dependem das características de *background* dos outros indivíduos na fila, além de depender das características do cargo, como já destacado.

2.3 Resultados de pesquisa

As pesquisas que temos desenvolvido sobre o tema mostram claramente que a visão micro é equivocada quando se trata do acesso ao emprego no país. Nossos resultados tem demonstrado uma redução do

efeito da escolaridade no acesso a empregos formais no Brasil. Investimentos em educação continuam a apresentar retornos positivos, porém bem menores do que os observados em décadas passadas. Observa-se ainda que tais investimentos em educação não tornam o mercado de trabalho um ambiente de igualdade de oportunidades: a elite continua a garantir a seus descendentes as melhores oportunidades, e as barreiras de sexo e cor continuam a existir.

O Brasil tem vivenciado um forte desequilíbrio entre a ampliação do acesso ao ensino superior e o crescimento de vagas no mercado de trabalho. Em nosso entender, faz-se necessária uma maior e melhor articulação entre os cursos a serem oferecidos e as oportunidades no mercado de trabalho que eles poderão atender. Nota-se uma ação pouco presente do Ministério da Educação no que se refere à autorização de novos cursos; além da válida preocupação com a qualidade do curso, há de se observar o mercado no qual tal curso irá se inserir. Em cursos como Administração, por exemplo, percebe-se um claro excesso de oferta, o que banaliza a formação e diminui seus retornos salariais e ocupacionais.

Neste processo de massificação da educação, as empresas passam a utilizar outros critérios para o recrutamento e seleção. Se há 30 anos uma vaga aberta para candidatos de nível superior atraía uma determinada monta de interessados, a mesma vaga, nos dias de hoje, passa a atrair uma quantidade bem maior de candidatos. Tal realidade faz com que as empresas tenham de utilizar critérios cada vez mais subjetivos para a escolha de qual candidato obterá a vaga. Neste momento, questões como capital cultural e social (redes de relacionamento), bem como estereótipos no mercado de trabalho passam a ter papel de destaque.

Os resultados de nossas pesquisas apontam ainda que, em ocupações de maior nível hierárquico, como as gerenciais, tais elementos subjetivos são mais importantes. Resta claro o tipo ideal no mercado de trabalho nacional: homem, jovem, branco, de região desenvolvida do país.

Diante da permanência desta estrutura de desigualdades no mercado de trabalho, são fundamentais as políticas de ação afirmativa no país. Por exemplo, pesquisa realizada com estudantes de Administração da UFPE em Recife-PE mostra uma clara mudança de perfil entre os concluintes e ingressantes. Em função de acertada concessão de bônus na nota do vestibular para estudantes oriundos de escola pública, observou-

se, entre os ingressantes, maior percentual de mulheres e negros, em comparação ao perfil dos concluintes.

2.4 O emprego em Pernambuco e no Agreste

O Brasil, nos últimos anos, tem reduzido a desigualdade, inclusive a regional. Tal redução, contudo, não tem ocorrido na mesma intensidade em todos os estados e capitais. Pernambuco, apesar do forte crescimento econômico, não tem logrado reduzir, na mesma intensidade, suas diferenças.

Dados do IBGE indicam queda da diferença de renda entre São Paulo e o resto do Brasil. Apesar de São Paulo ser a Região Metropolitana (RM) com maior rendimento médio real (R\$1.637, em fevereiro de 2011), em relação ao mesmo mês em 2003, foi a RM que apresentou menor crescimento da renda (6,8%). Em quase toda a região Nordeste, o crescimento foi superior a 40%. A RM do Recife destaca-se por apresentar menor rendimento médio (R\$ 1.052) e menor crescimento da renda entre as RM nordestinas (13,5%).

Parte deste resultado se deve à concentração de investimentos públicos e privados na região de Suape. Há forte desigualdade entre as partes norte e sul na própria RM do Recife. Os resultados se devem também a um histórico de baixos investimentos no estado. Apesar do grande fluxo de investimentos que Suape tem trazido, é urgente uma política industrial que contemple as outras regiões de Pernambuco, em especial o Agreste.

A forte tradição mascate de Caruaru aparece no perfil de seu emprego formal: dos 53.524 postos de trabalho na cidade, 16.798 eram no comércio e 14.446 em serviços (dados referentes a 31/12/2009, MTE). Estes foram os setores com maior flutuação e saldo positivo em 2010 (acrécimo de 1.071 e 1.714 postos de trabalho no comércio e serviços, respectivamente).

Apesar da geração de vagas nestes setores, Caruaru apresentou baixo rendimento médio, em 2010: R\$595,52 (Comércio) e R\$663,67 (Serviços). São valores bem inferiores à média observada na RM do Recife. Outro dado alarmante refere-se à baixa intermediação de mão de obra na cidade: dos 53.524 empregos formais existentes em 2009, apenas foram captadas 3.375 vagas e colocados 2.695 candidatos.

2.5 Reflexões e Sugestões

O problema do emprego no Brasil não é apenas o de geração, mas o de permitir que os novos empregos apresentem qualidade e salários mais elevados, preferencialmente nas regiões mais desfavorecidas. A realidade nacional tem indicado não haver um “encaixe” entre as vagas e os desempregados. É real a escassez de gente preparada (não apenas em educação formal) para preencher os postos de trabalho que são gerados. Tal realidade é especial em Pernambuco. Uma das grandes empresas presentes em Suape, o Estaleiro Atlântico Sul, tem realizado fortes investimentos em treinamento para suprir tal deficiência.

De outro lado, tem se observado a forte presença de profissionais de fora do estado em ocupações de maior *status*, como as gerenciais e as de perfil técnico.

Pernambuco precisa continuar a gerar postos de trabalho, não apenas na região de Suape, e, de outro lado, permitir que tais oportunidades sejam ocupadas por profissionais do estado.

Isso nos leva a sugerir uma política de formação educacional que dialogue e acompanhe mais de perto o perfil das ocupações. Os investimentos em educação precisam ser direcionados e acompanhados de uma política industrial que gere oportunidades de trabalho em diversas regiões do estado.

Sempre que se discute Educação, utiliza-se o exemplo da Coreia do Sul, país que investe fortemente na área desde a década de 1950. O que se esquece de ressaltar é o fato de que tais investimentos em educação foram acompanhados da criação e ampliação de um Parque Industrial, a partir de uma sólida parceria entre o Estado sul-coreano e a iniciativa privada, os chamados *Chaebols*. Estes grupos foram pressionados para focar seus esforços em determinados ramos industriais, em vez de competirem em uma multiplicidade de ramos diferentes.

Essa parceria entre Estado, sociedade e iniciativa privada tem sido bem sucedida, inclusive no Brasil. Pesquisa realizada por Almeida (2008) analisa a formalização e crescimento de pequenas e médias empresas no interior do Brasil. O autor destaca três cidades: Toritama (PE), Jaraguá (GO) e Nova Serrana (MG). Nestes três municípios observou-se destacada formalização a partir das seguintes iniciativas:

- a) Clara ligação entre a regularização e o lucro: as empresas estavam interessadas em cumprir a lei, a fim de obter acesso aos subsídios para participação nas feiras de negócio, por exemplo, ou utilizarem serviços oferecidos pelo Sebrae ou pelo governo do estado, através das associações empresariais locais;
- b) Aliança, nem sempre formal, entre agentes de desenvolvimento, fiscais da lei e associações empresariais;
- c) Implementação de políticas simples e customizadas para resolver problemas específicos em cada município;
- d) Aplicação gradual da lei, com mudança de foco – do processo para o resultado.

A realidade nacional mostra, sem dúvidas, que há clara necessidade de fortalecer o ensino técnico, atrelando-o às oportunidades no mercado de trabalho, considerando as particularidades e potencialidades locais. De outro lado, urge um programa eficiente para o primeiro emprego, que incentive as empresas a contratar jovens sem experiência.

Há de se efetivar a intermediação de mão de obra via Sistema Nacional de Emprego (Sine), que precisa atuar como canal de informação sobre as vagas de emprego, em parceria com a iniciativa privada, e de maneira descentralizada, levando as oportunidades para quem precisa. Isso passa por estimular as empresas na utilização e divulgação de suas vagas no SINE e pela criação de mais postos de atendimento em diversas regiões do estado.

Referências

ALMEIDA, Mansueto. Além da Informalidade: entendendo como os fiscais e agentes de desenvolvimento promovem a formalização e o crescimento de pequenas e médias empresas. *Texto para Discussão*, n. 1353, IPEA, Rio de Janeiro, p. 1-45, agosto de 2008.

BECKER, Gary. *Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. Nova York: NBER/Columbia University Press, 1964.

BOURDIEU, Pierre. Cultural Reproduction and Social Reproduction. In: BROWN, R. (Ed.). *Knowledge, Education and Cultural Change*. London: Tavistock, 1973. p. 71-112.

BOURDIEU, Pierre. Les trois états du capital culturel. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, v. 30, p. 3-6, nov. 1979.

BOURDIEU, Pierre. Reprodução cultural e reprodução social. In: MICELI, S. (Org.). *A economia das trocas simbólicas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987. p. 295-336.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean. *Reproduction in education, society and culture*. London: Sage Publications, 1977.

BOWLES, Samuel; GINTIS, H. *Schooling in Capitalist America*. New York: Basic Books, 1976.

CARRIERI, Alexandre, SARSUR, Amira. M. Percurso semântico do tema empregabilidade: um estudo de caso em uma empresa de telefonia. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - ENANPAD, 26, 2002, Salvador, BA, Brasil. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpad, 2002. 1 CD-ROM.

COLLINS, Randall. Functional and Conflict Theory of Educational Stratification. *American Sociological Review*, 36, p.1002-1019, 1971.

COLLINS, Randall. *The Credential Society*. New York: Academic Press. 1979.

DUMAIS, S. Cultural capital, gender, and school success: the role of habitus. *Sociology of Education*, 75(1), p. 44-68, 2002.

EDWARDS, R. *Contested Terrain: The Transformations of the Workplace in the Twentieth Century*. New York: Basic Books, 1979.

HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETTI, C. et al. (Org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINCER, J. *Schooling, experience, and earnings*. Nova York: NBER/Columbia University Press, 1974.

PARSONS, Talcott. *O sistema das sociedades modernas*. São Paulo: Pioneira, 1974.

POCHMANN, M. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

RAMOS, Marise. *Pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez, 2001.

ROSSI, W. G. *Capitalismo e educação: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista*. 2. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

THUROW, Lester. Education and economic equality. In: KARABEL, J.; Halsey, A. (Org.). *Power and Ideology in Education*. New York: Oxford University Press, 1977. p. 325-335.

3

JORNADA EXTRAORDINÁRIA: QUANDO A CONSTITUIÇÃO É CONTRA O CIDADÃO

Marco Aurélio da Silva Freire

(Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico – Asces; Faculdade de Filosofia de Caruaru – Fafica)

Oton de Albuquerque Vasconcelos Filho

(Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico – Asces; Universidade de Pernambuco – UPE)

3.1 Cidadania e a Constituição Cidadã

Podemos conceber a cidadania como um conceito em aberto, que se adéqua e se desenvolve conforme as necessidades e particularidades de cada momento social e político. Isso porque a cidadania pode ser entendida sob vários ângulos, de acordo com as condições históricas, econômicas, sociais, culturais e jurídicas, incorporando, nesse conceito, elementos de diversas características ideológicas, as quais aparecerem no decorrer dessa evolução.

Como resultado disso, atualmente, o termo cidadania vem sendo empregado de maneira mais recorrente por um variado número de pessoas, associado a diversos sentidos e intenções, diante de sua rápida compreensão e disseminação pelos meios sociais (SILVA, 2009, p. 45).

A ideia de cidadania fora expandida ao longo do tempo, uma vez que, quando surgiu a noção de “direitos do cidadão”, sua abordagem relacionava-se aos direitos políticos.

Essa primeira concepção pertence ainda ao contexto das revoluções burguesas e se ampara na ideia de contenção do Estado, ou seja, limitação dos poderes do Estado sobre os governados. Baseado em T. H. Marshall (1967), que, analisando o caso inglês e sem pretensão de universalidade, generalizou a noção de cidadania e de seus elementos constitutivos; a cidadania seria composta dos direitos civis e políticos – direitos de primeira dimensão –, e dos direitos sociais – direitos de segunda dimensão.

Ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, foi ampliado o conceito de cidadania e de direitos, fazendo parte dele os direitos civis e sociais. Portanto, a igualdade inerente à cidadania só seria alcançada juntamente com a extensão simultânea desses direitos: liberdade (civil), participação (política) e necessidades (sociais).

Entretanto, não podemos esgotar o ciclo evolutivo do conceito de cidadania nestes três aspectos citados. Atualmente, há o desenvolvimento de uma concepção de cidadania no tocante à ampliação de direitos e interesses coletivos e difusos, os chamados direitos de terceira dimensão¹³ (BONAVIDES, 1997, p. 523).

Os direitos civis, conquistados no século XVIII, correspondem aos direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade, ir e vir, à vida, segurança etc. São os direitos que embasam a concepção liberal clássica. Já os direitos políticos, alcançados no séc. XIX, dizem respeito à liberdade de associação e reunião, de organização política e sindical, à participação política e eleitoral, ao sufrágio universal etc. São também chamados direitos individuais exercidos coletivamente e acabaram se incorporando à tradição liberal.

E, por fim, surgiu a noção de discriminações inversas que consiste em compensar discriminações sociais negativas contra minorias étnicas, sexuais e deficientes físicos. Importante ressaltar que, ao realizar discriminações positivas, há um rompimento com a concepção universalista dos direitos do cidadão, vindo à tona as diferenças e condições particulares de grupos minoritários. No entanto, o princípio da igualdade não é quebrado, o que há, como nos diz Marcelo Neves (1994, p. 255), é “apenas a pluralização da cidadania”.

A cidadania fora ampliada e possibilitada mediante um processo de juridificação das relações de poder. Cada uma das fases da cidadania corresponde a uma positivação de determinados direitos, sejam eles direitos subjetivos privados, direitos subjetivos públicos, direitos de participação e direitos sociais.

No Brasil pós-regime militar, o debate sobre as questões da cidadania ganhou fôlego. Com o advento da Constituição Federal de 1988, que teve

13 “São os direitos humanos de terceira geração aqueles que ultrapassam em seus limites subjetivos a figura de um indivíduo, de um grupo, ou de um determinado Estado. O seu asseguramento ou a sua violação atingem inarredavelmente este conjunto indeterminado de indivíduos.”

como um de seus propósitos instaurar a democracia e institucionalizar os direitos humanos no país, a cidadania passa a um patamar diferenciado.

A partir do momento no qual a Constituição colocou o princípio da dignidade da pessoa humana em primeiro plano, logo em seu primeiro artigo, inciso III, instituiu um novo valor que confere suporte a todo o ordenamento jurídico e que deve sempre ser levado em conta por todos aqueles que precisam interpretar qualquer norma existente no direito brasileiro.

Como nos diz Ingo Sarlet (2006, p. 70):

A qualificação da dignidade da pessoa humana como princípio fundamental traduz a certeza de que o artigo 1º, inciso III, de nossa Lei Fundamental não contém apenas (embora também e acima de tudo) uma declaração de conteúdo ético e moral, mas que constitui norma jurídico-positiva dotada, em sua plenitude de *status* constitucional formal e material e, como tal, inequivocamente carregado de eficácia, alcançando, portanto, a condição de valor jurídico fundamental da comunidade.

Além disso, a Carta Magna também inovou ao colocar a cidadania neste mesmo patamar, como consta no artigo 1º, inciso II. Ou seja, com o advento da Constituição, a cidadania passa a configurar como uma das pilstras do Estado Democrático de Direito instalado no Brasil desde então.

Ao recepcionar o valor da dignidade da pessoa humana, juntamente com a questão da cidadania, como princípios fundamentais, o legislador constituinte brasileiro deixou claro que o legado da nova carta estaria comprometido com o asseguramento de pontos básicos para o exercício pleno da cidadania, respeitando os novos valores incluídos na legislação.

Numa rápida análise da estrutura do texto constitucional, é possível perceber que, a partir de uma visão unificada desses novos valores (dignidade da pessoa humana e cidadania), a Constituição realiza a ideia da indivisibilidade dos direitos fundamentais, trazendo os direitos sociais como parte dos direitos fundamentais.

Isso é importante de ser ressaltado, haja vista que, nas Constituições brasileiras anteriores, os direitos sociais apareciam no capítulo destinado à ordem econômica e social, mas não como direitos fundamentais que são.

Desse modo, verificando o desenho esquemático da carta brasileira, vemos que ela é a primeira em considerar que os direitos sociais são fundamentais e, aos trazê-los junto aos demais, fica claro que lhe seria inconcebível separar o valor liberdade (direitos civis e políticos) do valor igualdade (direitos sociais, econômicos e sociais).

Portanto, a própria noção de cidadão trazida a partir de 1988 é modificada. Cidadão passa a ser o indivíduo a quem a constituição confere, ao mesmo tempo, direitos e garantias, sejam individuais, políticos, econômicos, sociais e culturais, e lhe dá o poder de seu efetivo exercício, além de meios processuais efetivos contra o abuso do próprio Estado e seus agentes, bem como contra o abuso de terceiros.

Claro está que a ideia de participação política do cidadão na vida pública é evidenciada, é incentivada nesta legislação, indo de encontro a uma imagem recorrente de que o cidadão seria encarado como “dócil, passivo, domesticado, pagador, contribuinte, e destinatário do poder”, como diz Paulo Ferreira da Cunha (2007, p. 20), e que completa: “e quando se acredita em medidas para aproximar o Estado do cidadão a imagem que surge é de um gigante soberano que se curva, num sorriso postiço, frente ao vassalo anão”.

Essa concepção de cidadania advinda das ideias liberais considera que o exercício de direitos e deveres estaria atrelado aos direitos políticos e vinculados ao Estado pelo nascimento ou naturalização, ou seja, a cidadania seria entendida como um atributo concedido pelo Estado ao indivíduo nacional.

O problema desta cidadania meramente liberal está em superdimensionar o direito eleitoral, tanto em sua capacidade ativa (direito de votar), quanto em sua capacidade passiva (direito de ser votado) como a participação do cidadão por excelência no processo decisório do país.

A partir de 1988, no entanto, os cidadãos têm espaços de participação direta e não apenas indireta no tocante aos novos espaços políticos públicos. É incentivada a participação da sociedade civil de maneira plural e organizada por meio de associações, movimentos sociais, sindicatos, partidos, conselhos gestores de políticas públicas, etc.

Neste ponto, podemos enfatizar a qualidade com a qual a Lei Maior brasileira veio a ser conhecida desde o momento de sua promulgação no dia 5 de outubro de 1988. Desde então, chamam-na de Constituição Cidadã. Este é o novo sentido de ser cidadão. O sujeito de direitos é pleno

quando participa de várias etapas sobre a qual se desenrola a vida, tais como: Política, na qualidade da representação política, de poder votar e se candidatar conforme as regras, mas também como partícipe ativo do processo de construção comunitária que a cidadania possibilita, através de mecanismos de associação ou de movimentos sociais.

Quanto ao mundo do trabalho, o sentido de ser cidadão também é alargado pela possibilidade de ampliação da participação dos envolvidos em questões relativas ao emprego, à sindicalização e às reivindicações próprias desse universo. É fato que nem sempre isso ocorre, ou seja, a constituição, embora permita uma melhor qualidade da participação quando comparada às cartas anteriores – por vezes, inspirada em princípios nobres, como o da proteção do trabalhador, duração do tempo de trabalho –, pode cair em contradição, o que acarreta, na verdade, o contrário do que ela pretende.

3.2 Fundamentos Delimitadores da Duração da Jornada

Antes de tratarmos a respeito de tais princípios, necessário se faz distinguirmos noções correlatas com a da duração do trabalho. São elas: jornada de trabalho e horário de trabalho.

A duração do trabalho constitui uma ideia mais ampla, se comparada às duas expressões acima citadas. No desenho de Delgado (2009, p. 778), aquela “Abrange o lapso temporal de labor ou disponibilidade do empregado perante seu empregador em virtude do contrato, considerados distintos parâmetros de mensuração: dia [...], semana [...], e até mesmo ano”. Isso quer significar que esta nomenclatura revela-se como o gênero das demais.

A jornada de trabalho, por seu turno, tem íntima relação com o período de execução ou tempo à disposição do empregado ao empregador em um lapso espacial de um dia. Esta é a noção mais técnica “em face de o verbete, em sua origem, referir-se à noção de dia (por exemplo, no italiano: *giorno – giornata*; e no francês: *jour – journée*)” (DELGADO, 2009, p. 779). No entanto, a doutrina tem ampliado o alcance da expressão, de modo a contemplar lapsos temporais superiores à referência “dia”. Nesse sentido, também se inclinou o legislador, impressão obtida quando analisamos o artigo 59, § 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.¹⁴

14 Art. 59 [...] § 2º Poderá ser dispensado o acréscimo de salário, se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela

O horário de trabalho tem relação com o momento inicial e final de execução de atividades ou tempo à disposição do empregador dentro de uma mesma jornada, respeitados os intervalos de descanso devidos ao trabalhador. Neste aspecto, também tem sido alargado o conceito de horário, vinculando-o ao lapso temporal semanal. Declara Delgado (2009, p. 779) que “em tal amplitude, o horário corresponderia à delimitação do início e fim da duração diária de trabalho, com respectivos dias semanais de labor e correspondentes intervalos intrajornada.” É o que se nomeia de horário semanal.

Efetivada a distinção destes conceitos, cabe, neste momento, relacionar os princípios que serviram de fundamento para a delimitação da duração do trabalho – jornada e horário do trabalho. Esta medida humanística teve maior evidência com as apologias anarquistas (BAKUNIN, 1999, p. 20), marxistas (ENGELS; MARX, 2001, p. 127) e doutrina social da Igreja (LEÃO XIII, 1991, p. 56), que se insurgiu contra as longas jornadas de trabalho impostas pelos empregadores, sobretudo a mulheres e crianças, violando, assim, a dignidade humana do trabalhador e o colocando na posição de mero objeto catalisador de lucro.

O primeiro fundamento delimitador da duração do trabalho é de ordem fisiológica. Barros (2010, p. 661-662), ao analisar o tema, declara que:

As normas sobre duração do trabalho têm por objetivo primordial tutelar a integridade física do obreiro, evitando-lhe a fadiga. Daí as sucessivas reivindicações de redução da carga horária de trabalho e alongamento dos descansos. Aliás, as longas jornadas de trabalho têm sido apontadas como fato gerador de estresse, porque resultam em um grande desgaste para o organismo. O estresse, por sua vez, poderá ser responsável por enfermidades coronárias e úlceras, as quais estão relacionadas também com a natureza da atividade, com o ambiente de trabalho e com os fatores genéticos.

Neste estado de arte, o desenvolvimento produtivo pelo trabalho só será benéfico ao ser humano na justa medida de sua execução; até o momento em que não venha comprometer as funções do próprio corpo. Do

correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma *das jornadas semanais de trabalho* previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

contrário, conspirará contra a vida do que se encontra envolvido em uma relação jurídica, vendendo o seu trabalho, no anseio da busca de aquisição das utilidades necessárias a sua subsistência.

Outro fundamento justificador da delimitação da duração da jornada é de ordem social. O homem é um ser social por excelência. Para envolver-se nesta dinâmica necessita tempo para se relacionar com outros seres humanos com o fim de “promover convivência familiar, lazer, distração e entretenimento” (MARTINEZ, 2010, p. 259). Barros (2010, p. 662) realça esta necessidade, aduzindo que “durante o dia o empregado necessita de tempo para o convívio familiar e para os compromissos sociais.” Nesta perspectiva, a dinâmica envolvendo o mundo do trabalho contemporâneo tem cada vez mais mitigado esta necessidade que é inata aos seres humanos e necessária para o desenvolvimento de uma sociedade fraterna, sob a vertente familiar e social em seu mais amplo sentido.

Um terceiro fundamento delimitador da duração do trabalho, envolvendo mais o interesse do empregador, é o de natureza econômica. Segundo tal argumento, encontrando-se o empregado descansado, tem ele maior força no tocante à produção na atividade que exerce.

Finalmente, é necessário considerar o fundamento de ordem humana para que a duração do trabalho seja limitada. Entendemos que este pilar é sobremodo importante e tem o condão de tutelar a própria vida do trabalhador, em sua acepção mais restrita, para inibir possíveis acidentes de trabalho em decorrência de um estado de exaustão do trabalhador pelo excesso de atividade, fora ou dentro do ambiente do trabalho.

A função dos princípios na contemporaneidade tem seu uso para além da integração da norma jurídica. Isto quer significar que não servirão eles apenas no caso de ausência de regra jurídica que regule determinado comportamento entre as pessoas. Ganham destaque os princípios na fase de elaboração da própria norma, com vistas ao ordenamento não padecer de vícios ou ir de encontro aos interesses dos seus tutelados.

No exercício da atividade de legislar, seja pela função legislativa, pela executiva ou mediante atividade judicial e, ainda, no processo de elaboração de normas trabalhistas pelos próprios atores sociais¹⁵, quando a matéria em destaque diz respeito à duração do trabalho, necessário se faz

15 Estas normas são materializadas pela elaboração de Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho.

que os detentores destas competências estejam atentos aos pilares inerentes à saúde do trabalhador sob pena de o próprio ordenamento se insurgir contra a finalidade da própria norma.

No item que segue, veremos que o constituinte originário, ao tratar da temática relativa à duração do trabalho, se contrapôs à dignidade do trabalhador e à função social do trabalho.

3.3 A Constituição Federal de 1988 e a Jornada Extraordinária

A Carta de 1988, se comparada ao texto constitucional de 1967, privilegiou a pessoa humana em detrimento da organização do Estado. Este fato é comprovado quando analisamos as duas cartas constitucionais. Na de 1967, há um cuidado primário na forma e organização estatal, ao passo que, na de 1988, o sistema constitucional dá evidências de resguardo à própria pessoa e, mediatamente, ao Estado. Quis ela acentuar a pessoa como sujeito de direito e, nessa qualidade, era necessário resguardar a dignidade do trabalhador.

Adentrando-se na matéria relativa à duração do trabalho, o constituinte entrou em flagrante contradição com a tutela da vida do empregado. Isto porque cancelaram os elaboradores da “Carta Cidadã” a jornada extraordinária como regra e não pela via de excepcionalidade.

Dispõe o texto constitucional de 1988, em seu o artigo 7º, inciso XIII o seguinte:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

A redação deste texto merece uma análise mais aprofundada. A norma constitucional está a admitir o trabalhador dispor de sua vida, à medida que lhe permite trabalhar, de forma contínua, mais de oito horas diárias. E mais, em nome da manutenção da atividade empresarial, permite que estas horas sejam compensadas em lapso temporal não superior a

um ano, desde que haja previsão em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho e, segundo a interpretação deste dispositivo pelo Tribunal Superior do Trabalho¹⁶, esta pactuação poderá também se operar mediante acordo escrito entre empregado e empregador. Não se está aqui a incentivar a troca de trabalho em sobrejornada por pagamento em dinheiro, mas estamos aqui a evidenciar que a ordem constitucional – para viabilizar a duração do trabalho em um quantitativo de horas superior ao estabelecido na própria constituição – traz alternativa que se encontra em descompasso com as medidas protetoras à saúde do trabalhador. *Nesse sentido, não há proteção, mas o texto constitucional vai na contramão dos interesses do empregado, porque vai de encontro aos próprios fundamentos que justificam a delimitação da duração do trabalho.*

Como se não bastasse tal fato, ainda que não houvesse a possibilidade de compensarem-se as horas extraordinárias trabalhadas, o constituinte de 1988, sob o discurso de proteção ao trabalhador, majorou o percentual relativo ao adicional por horas extraordinárias de 25% (vinte e cinco) para, no mínimo, 50% (cinquenta por cento). Na verdade, estamos diante de uma flagrante violação à vida humana com uma roupagem de proteção. Esta seria real se a Carta de 1988 vedasse a prática de horas extras em situações que não evidenciassem necessidade imperiosa.

Neste sentido, é pertinente citar a máxima proposta por Maximilien Robespierre (RAVENTÓS, 1999, p. 17): “De todos los derechos, el primero es el de existir. Por lo tanto, la primera ley social es aquella que garantiza a todos los miembros de la sociedad los medios para existir; todas las demás leyes están subordinadas a esta ley social”¹⁷.

Assim, não primando a Carta de 1988 pela preservação da vida dos trabalhadores, admitindo a duração do trabalho em descompasso com os princípios acima elencados, encontra-se ela legitimando a admissibilidade de longas jornadas de trabalho sob o amparo do sistema capitalista contemporâneo. Desta forma, na prática, é possível atestar que, neste aspecto, a “Constituição Cidadã” vai na contramão dos interesses dos trabalhadores, adaptando-os a uma condição de objeto para alimentar o sistema capitalista.

16 Súmula 85, I do TST – A compensação de jornada de trabalho deve ser ajustada por acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva.

17 “De todos os direitos o primeiro é o de existir. Portanto, a primeira lei social é aquela que garante a todos os membros da sociedade os meios para existir; todas as demais leis estão subordinadas a esta lei social”. Tradução livre dos autores.

3.4 A Consolidação das Leis Trabalhistas e a Jornada Além da Normal

A Consolidação das Leis do Trabalho teve sua regra, em se tratando de duração do trabalho, recepcionada pela “Constituição Cidadã”. Tem um texto mais enfático cujo conteúdo é seguinte:

Art. 59 A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 2 (duas), mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho.

Assim, também privilegia o funcionamento da atividade empresarial em detrimento da própria vida do trabalhador, já que contempla a possibilidade de realização de horas extras continuamente.

Este fator é bastante nocivo aos empregados, pois, sob o rótulo de suprimento de suas necessidades (quando as horas extraordinárias são pagas), incentiva os trabalhadores ao consumo e, sob esta base, proporciona a estes serem reconhecidos socialmente. Outro fator que é extremamente maléfico é que a continuidade das horas em sobrelabor inviabiliza a concretização do fundamento de ordem social, necessário ao homem no meio em que convive. Finalmente, a permissibilidade das horas extraordinárias sem caráter de excepcionalidade impede o ingresso de outros trabalhadores no mercado formal de trabalho, o que agrava ainda mais a problemática inerente à criação de empregos no Brasil.

Nesta linha de pensamento, acabou a Consolidação das Leis do Trabalho por inverter a ordem para realização de horas extras, chancelando, em sintonia com a Constituição Federal, a possibilidade de realização de trabalho além da jornada não pela via da excepcionalidade. Por conseguinte, violou também o legislador ordinário os fundamentos da duração do trabalho que deveria tutelar a preservação da vida dos trabalhadores – parte hipossuficiente na relação jurídica de emprego –, substituindo o *status* de sujeito de direito por mercadoria.

3.5 A “Contribuição” dos Sindicatos para Realização das Horas Extraordinárias

Com o correr do tempo, o capitalismo conseguiu dismantelar os fins propostos pelas associações sindicais estabelecidas no final do século XIX na Europa e na experiência brasileira no início do século XX. É que este órgão viabilizador da emancipação dos trabalhadores, em sua gênese, era constituído por duas vertentes, a saber, a político-revolucionária e a reivindicativa.

Cuidou também aquele sistema em estabelecer a divisão dos trabalhadores por categorias, o que fragmentou a força desses empregados em oposição à premissa proposta por Marx (2001, p. 49): “trabalhadores uni-vos”.

A quebra do pilar político-revolucionário dos sindicatos implicou a manipulação do Estado e seu sistema vigente no desuso de uma arma capaz de libertar os trabalhadores da hegemonia estatal. Por essa razão passaram a confundir a via reivindicativa com o próprio aspecto político, o que levou os órgãos de classe a buscar primariamente melhores condições de trabalho, esquecendo-se de lutar pela condição de sujeitos enquanto trabalhadores.

Em se tratando de duração do trabalho, este aspecto é muito bem evidenciado à medida que as postulações do órgão sindical são no sentido de aumentar o valor monetário do adicional de horas extras, já que a Carta Magna estabelece o patamar mínimo de 50%. Ou seja, a luta sindical deveria ser no sentido de primar pela vida humana e pela permissão de realização de horas extras somente em caráter de excepcionalidade, mas cuida de vindicar parcelas de ordem econômica para compensar o desgaste de um bem maior – a vida, que não pode ser aferida economicamente.

3.6 Trabalho Extraordinário e Estudo de Caso dos Alunos do Curso de Direito da Faculdade Asces

Em pesquisa sociojurídica realizada na Faculdade Asces¹⁸, no período de 2009 a 2010, foram evidenciados os seguintes resultados no tocante aos impactos do trabalho em sobrejornada na vida dos alunos questionados.

18 A população questionada foi 25% dos alunos do Curso de Direito desta Instituição de Ensino Superior.

Na análise do binômio trabalho/relação familiar, mais da metade do grupo questionado, 54,7%, avaliou a existência de influência do seu trabalho no cotidiano familiar. Também responderam que ficavam mais entusiasmados com o trabalho do que com a família ou qualquer outra coisa 12,6%. A maioria, 78,4%, respondeu que “Há vezes em que consegue trabalhar vigorosamente e outras em que não consegue”. Os percentuais dos que levavam trabalho para casa, inclusive nos finais de semana e nas férias, foram respectivamente: 43%, 35,2% e 20,2%. Sobre a desintegração familiar, 29% declararam que os demais membros da família desistiram de esperá-lo na hora combinada, somado ao fato de 40,7% entenderem que esta situação constitui um problema. Este cenário é tão agressivo que 60,7% pretendem resolver esta dificuldade por se contrapor às necessidades de integração familiar e social.

A pesquisa ainda revelou que, na comparação entre os períodos (1º ao 5º e 6º ao 10º), é possível observar que as duas maiores diferenças percentuais ocorreram na questão: “Há influência do seu trabalho na sua relação familiar?”, 13% mais elevada entre os alunos do 6º ao 10º (61,5% x 48,5%) e “Como pretende resolver a dificuldade relacionada com a desistência da família para esperar no horário marcado?” 14,9% mais elevada no grupo do 6º ao 10º períodos (69,0% x 54,1%).

Verifica-se, desta forma, que a violação aos princípios da duração do trabalho se mostrou extremamente preocupante na vida dos estudantes de Direito da Faculdade Asces, com a concretização de efeitos maléficos na população estudada.

Se, na amostra pesquisada, os impactos do trabalho em sobrelabor revelam-se nocivos à integridade física, social e familiar, possivelmente os efeitos deste cenário tendem a ser danosos para outros universos laborais, englobando os demais trabalhadores do Agreste de Pernambuco.

3.7 Considerações Finais

Embora o alargamento do termo cidadania venha a alcançar cada vez mais pessoas, fazendo com que passe a ser utilizado de maneira mais cotidiana por grande parte da população, bem como pelos acadêmicos que se dispõem a compreender essa fase atual do processo de globalização e da reestruturação do sistema capitalista, vemos que ainda há muito a se ponderar sobre essas questões.

O mundo do trabalho atual sofre em demasia as consequências danosas desse modelo baseado na exploração da riqueza e no consumo exacerbado. De todo modo, a principal legislação brasileira, que é a Constituição Federal de 1988, lança mão de um artifício importante para tratar do tema da cidadania e da defesa do trabalhador em relação a princípios fundamentais como a vida e a saúde.

Em um primeiro momento, a Constituição alargou o conceito de cidadania, trabalhando ele juntamente com a ideia de dignidade da pessoa humana. Essa ampliação permitiu ultrapassar a velha ideia de cidadania liberal, baseada apenas no argumento dos direitos políticos, notadamente, os eleitorais, o que se configurava como uma visão estreita do conceito, além do que o manter perenemente preso à ideia de nacionalidade tão somente.

Para cristalizar a ideia de cidadania e colocá-la a serviço de uma sociedade mais justa, livre e solidária, como inserido entre os próprios objetivos da república (art. 3º), constantes na Lei Fundamental, aparece o princípio da dignidade da pessoa humana, que, posto ao lado do conceito de cidadania, possibilita uma leitura mais ampla da ideia de um sujeito partícipe do processo de construção de sua própria vida, trabalho e comunidade.

Ocorre que, quando se trata de observar os direitos sociais, o que no caso da Constituição de 1988 já fora um grande avanço, uma vez que as outras cartas disso pouco tratavam, ocorreu uma contradição, a nosso ver, marcante para a vida real dos trabalhadores e trabalhadoras submetidos ao regime formal de emprego no Brasil.

Com o discurso de proteger o trabalhador, a Carta Magna procura chancelar a jornada extraordinária como regra e não de maneira excepcional. Desse modo, a Constituição, infelizmente, coloca o trabalhador em uma posição difícil, qual seja, a de objeto.

A Carta não prima pela preservação da vida dos trabalhadores no momento em que admite a duração do trabalho em descompasso com os princípios da duração do trabalho, pois, na prática, a lei permite a implantação de longos turnos, o que atua diretamente contra o princípio da vida e da saúde do trabalhador, elemento que a Constituição mais deveria observar, principalmente, em se tratando da relação de trabalho em um sistema como o capitalista.

Isto vai se refletir em jornadas sucessivas de trabalho, em que o trabalhador é “incentivado” pelo patronato a aderir a esse modelo vigente.

O mais contundente, no entanto, é que os sindicatos, que foram desenhados como um mecanismo de participação do cidadão-trabalhador nas decisões referentes ao seu emprego e condições de trabalho, operam no sentido de corroborar com o sistema e não em promover uma conscientização dos trabalhadores, visando um processo emancipatório para alçá-los a condição de sujeitos de direito.

Desse modo, quando se observa a realidade de alunos-trabalhadores, aqueles que têm, ao mesmo tempo, que trabalhar para o sustento de sua vida e estudar para melhorar suas condições de concorrência no mercado, mais notadamente, alunos inseridos no mercado de trabalho local, uma vez que são oriundos e integrantes da região que nos cerca, têm-se o quanto é danoso o fato de o cidadão ter de dar ao trabalho um tempo extra que vai se agregando de maneira silenciosa e pela via econômica.

Quando menos se espera, o cidadão agrega mais tempo do que gostaria de fazê-lo ao próprio trabalho, minando sua dedicação às questões familiares e social, reduzindo seu grau de participação na própria comunidade a que pertence e, conseqüentemente, invalidando os próprios preceitos que a Constituição de 1988 tanto lutou para ver integrados à vida social brasileira. A ideia de um cidadão partícipe, influente e ativo em sua própria comunidade, que decide junto a seus pares, o que seria mais relevante e de maior importância para o meio social no qual vive. É este ideal que deveria ser perseguido justamente por aquela que discursa primar por sua consecução, tanto em nossa região, assim como âmbito nacional e global.

Referências

BARROS, Alice Monteiro de. *Curso de direito do trabalho*. 6. ed. São Paulo: LTr, 2010.

BAKUNIN, Mikhail Alexandrovic. *Textos anarquistas*. São Paulo: L&PM, 1999.

BONAVIDES, P. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Malheiros, 1997.

BRASIL, *Constituição Federal* (1988). São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. Presidência da República. *Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943*. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 9/8/1943. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 4 dez. 2013.

CUNHA, Paulo Ferreira da. *Constituição, crise e cidadania*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de direito do trabalho*. 8. ed. São Paulo: LTr, 2009.

LEÃO XIII. *Rerum Novarum*: Carta Encíclica sobre as condições dos operários. São Paulo: Loyola, 1991.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINEZ, Luciano. *Curso de direito do trabalho*. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

NEVES, Marcelo. Entre Subintegração e Sobreintegração: A Cidadania Inexistente. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, RJ, v. 37, n. 2, p. 253-275, 1994.

RAVENTÓS, D. *El Derecho a la existencia*. Barcelona: Ariel Practicum, 1999.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SILVA, Larissa Tenfen. Cidadania Participativa: Algumas considerações político-jurídicas. In: SOUZA, Mônica Teresa Costa; LOUREIRO, Patrícia. (Org.). *Cidadania: Novos temas velhos desafios*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009. p. 45-65.

4 O HOMEM DE NEGÓCIOS CONTEMPORÂNEO: TRÊS PERFIS EM CONSTRUÇÃO

Marcio Sá

(Universidade Federal de Pernambuco – UFPE)¹⁹

4.1 Introdução

Foi por acreditar que o homem de negócios é um dos personagens principais de nossa sociedade, quer seja no âmbito mais geral do Brasil ou mesmo mais específico do Agreste, que o elegi como fenômeno a ser pesquisado desde o início de 2009. Diversas etapas foram vencidas desde então (cf. SÁ, 2010a, 2010b, 2011b; SÁ et al., 2010a, 2010b) e, em decorrência disso, uma série de artigos e o próprio livro *O homem de negócios contemporâneo* foram recentemente publicados. A principal questão que norteava esta investigação científica era justamente: *Quais são os modos de pensar, agir e sentir (as disposições²⁰) que principalmente caracterizam o homem de negócios contemporâneo?*

Este capítulo tem como objetivo apresentar avanços conquistados naquele percurso por meio de detalhamento – viabilizado pela realização de novas entrevistas com indivíduos atuantes no campo dos negócios a partir dos perfis anteriormente apresentados em Sá (2010b) – dos principais traços de três perfis em construção: (1) *Formado para os negócios*, (2) *Ascendente social por meio dos negócios*, e (3) *Herdeiro da tradição do comércio*.

19 Registro agradecimentos aos então estudantes do Curso de Administração do Centro Acadêmico do Agreste (CAA) da UFPE, Marianny Jessica Silva – então bolsista do CNPq, José Rafael Barbosa, Genildo de Almeida, Thyago Fernandes da Silva e Andreza Galindo pela colaboração na realização das entrevistas que dão suporte a este artigo; registro também um agradecimento institucional à Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesq) da UFPE pelo apoio na realização da pesquisa.

20 Na pesquisa e neste texto, disposições são modos de pensar, agir e sentir – não se trata do pensamento, ação ou sentimento em si, mas sim do que está por trás deles, que “não pode ser observado diretamente”, mas que pode ser construído interpretativamente e ser visto como “molas propulsoras” de diversos pensamentos, ações e sentimentos observáveis no cotidiano dos homens de negócios. Esta concepção é apropriada dos trabalhos de dois sociólogos franceses, Pierre Bourdieu (1994, 2007) e Bernard Lahire (2004, 2005, 2006a).

No quadro que apresento a seguir ainda nesta **Introdução**, tanto alguns critérios decisivos às escolhas dos entrevistados quanto o método e os capitais (que diferenciam os perfis) são brevemente recuperados de trabalhos anteriores (cf. SÁ, 2010a, 2010b). O cerne deste capítulo está justamente nesta caracterização mais detalhada de cada um dos três perfis que se dá ao longo da seção os **Avanços na caracterização dos perfis**. Nas **Considerações finais** se destaca a relevância da compreensão apropriada acerca deste personagem para que, então, políticas públicas pertinentes possam vir a ser elaboradas e especificamente direcionadas para este público.

Os critérios, o método e os capitais²¹

Para seleção dos entrevistados, dois aspectos foram fundamentais e decisivos para a faixa etária escolhida (entre trinta e quarenta anos): (1) Não serem nem jovens entrantes (que, nesta condição, estão bastante suscetíveis a incorporar discursos e práticas demandadas pelo mercado e, assim, se adaptar às suas exigências) e, ao mesmo tempo, não serem já empresários ou executivos muito bem estabelecidos e, assim, com seu “complexo disposicional” possivelmente mais “estabilizado”. Ou seja, a faixa etária e, conseqüentemente, o tempo de atuação no “campo” dos negócios foram decisivos para escolha dos indivíduos a serem entrevistados. Outro critério também foi considerado para a seleção e realização de entrevistas com o perfil, sua acessibilidade. Para acessá-los foi utilizada a mesma estratégia adotada por Lahire (2004) na qual se buscou uma pessoa não tão próxima que poderia vir a se sentir inibida ou constrangida em revelar “seus segredos” para alguém que vê com frequência, e, por outro lado, não completamente desconhecida ou sem uma indicação de um conhecido, para que, assim, o entrevistado se sentisse confiante em revelar detalhes de sua história de vida.

O roteiro para a entrevista foi estruturado e adaptado a partir de roteiro desenvolvido já utilizado em pesquisa anterior (cf. SÁ, 2011a). Este foi dividido em nove partes as quais têm como temas: o trabalho, a vida econômica, o consumo e o lazer, as opiniões políticas e

convencionais, a vida escolar, a familiar, as relações de gênero, a visão que o entrevistado tem de si mesmo e a religião. Estes temas são propostos por meio de questões que devem orientar a interação sociolinguística com o entrevistado. Nela se procura tanto deixar o entrevistado ao máximo à vontade quanto estabelecer um tom de conversa.

As três primeiras entrevistas realizadas foram transcritas, resumidas, apresentadas e analisadas preliminarmente com a colaboração da equipe de estudantes envolvidos na pesquisa nos capítulos cinco, seis e sete de Sá (2010b)²². Após a realização dessas primeiras entrevistas, foi possível definir, de modo mais preciso, os perfis que então puderam ser tomados como os “tipos puros (ou ideais)” (WEBER, 1999) de partida para as próximas entrevistas. Na realidade, estes perfis não serão encontrados tais quais o foram definidos anteriormente, afinal, são eles instrumentos teóricos criados para serem confrontados com novos casos empíricos no desenvolvimento da investigação. De modo geral, são apontados alguns traços pertinentes em termos de volume e tipos de capitais que seriam mais característicos a cada um deles, nos termos desenvolvidos pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu.

Indo além da concepção marxista, Bourdieu (1994, 2007) irá compreender o termo capital não somente pelo acúmulo de bens e riquezas econômicas, mas também pelos recursos ou mesmo poder que se manifesta em atividades sociais. Assim, além do *capital econômico* (renda, salários, imóveis), é decisiva para o sociólogo a compreensão de *capital cultural* (saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos, ou também por meio de inserção e convívio sociais em determinados espaços sociais²³), *capital social* (relações sociais que podem ser convertidas em recursos) e o *capital simbólico* (aquilo que chamamos de prestígio ou honra e que permite identificar os agentes no espaço social). Nesta perspectiva, as desigualdades sociais não decorreriam somente de desigualdades econômicas, mas, sim, do volume e da estrutura destes capitais distribuídos entre os membros das diferentes classes sociais (SOCHA, 2008, p. 46).

22 No total, foram realizadas dezesseis entrevistas com oito pessoas.

23 Afinal, saber bater palmas no momento adequado num concerto de música clássica ou escolher o vinho apropriado à temperatura ou momento do dia exemplificam tipos de conhecimentos também denominados como “capitais culturais” por Bourdieu.

Para o avanço na caracterização destes três perfis foram acessadas e entrevistadas mais cinco pessoas de ramos de atuação distintos das anteriores²⁴. É a partir deste conjunto ampliado de entrevistas que são construídos os três perfis a seguir – todos contextualizados na região Nordeste, no estado Pernambuco e nas cidades nas quais foram realizadas as entrevistas.

Na seção seguinte, no início de cada tópico-perfil, são recuperadas as definições básicas apresentadas no livro supramencionado para que, a partir de cada uma delas, sejam desenvolvidos os respectivos perfis.

4.2 Avanços na caracterização dos perfis

4.2.1 Formado para os negócios

Tem origem social no que convençionamos denominar de classe média. Estudou em boas escolas particulares na infância, teve acesso ao ensino superior e, em certa medida, faz “bom uso” da língua e demonstra familiaridade com tecnologias de gestão e conceitos/termos de mercado (tais como: segmento de mercado, público-alvo; desempenho; produtividade; efetividade etc.). De modo direto ou indireto, acessa a rede social da família (ou mesmo a sua) para se projetar profissional ou socialmente. Usufrui do capital econômico disposto pela família. Tem trajetória de vida e disposições bastante típicas da classe média (SÁ, 2010b, p. 248-9).

– *Origem, escolaridade e “herança” dos pais*: seus pais apresentam ocupações características da classe média (são advogados, engenheiros, executivos, funcionários públicos, bancários etc.). Ou seja, tiveram a oportunidade de ingressar e até mesmo concluir o ensino superior, tendo uma formação universitária específica para o desempenho de atividade socialmente reconhecida e valorizada como **profissão**²⁵. Podem até ter

24 As cinco entrevistas, que também servem de fonte dos dados empíricos utilizados nos avanços apresentados a seguir, foram realizadas entre agosto e outubro de 2010 com empresários e executivos atuantes em Recife, Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe e somadas às anteriores.

25 Aqui se entende profissão como sendo a especificação, a especialização e a combinação de competências que permitem a uma pessoa se assegurar de chances permanentes de abastecimentos e ganhos (WEBER citado por LAHIRE, 2006b, p. 43). Em particular, este uso é feito no sentido de um indivíduo ter passado por uma formação

tido algum tipo de dificuldade e limitação econômica quando crianças, mas, quando adultos, o sustento da família nunca foi algo criticamente preocupante, tendo em vista o *status* socioeconômico que alcançaram.

Numa trajetória de sentido distinto, podem também ter tido uma infância mais abastada e, não conseguindo manter o padrão social dos seus pais, “desceram” um tanto na hierarquia social, porém sem chegar a enfrentar o drama que os membros das classes populares enfrentam (diga-se: luta cotidiana pela subsistência, escassez de recursos econômicos, relativa ou mesmo grande instabilidade profissional, grande limitação em relação aos planos para o futuro dos filhos etc.).

São esses pais que deixam como herança para o perfil a crença de que há uma ampla gama de possibilidades na vida que lhes são viáveis, bem como a convicção de que podem vir a ser “alguém na vida” – algo decisivo para o desenvolvimento da autoestima e autoafirmação do perfil. Tendo relativa “liberdade” (embora esta seja, em muitos casos, permeada pelas expectativas do que eles próprios desejam e esperam do filho, algo, obviamente, valorado socialmente como um “bom futuro” profissional) para escolha do curso universitário a ingressar, caso **escolham bem as suas profissões** e apresentem posturas profissionais similares a dos pais, desenvolvem a convicção de que terão a capacidade de alcançar e dar uma vida tranquila para suas futuras famílias.

Além dessa herança constitutiva do perfil, há também outras nas esferas econômica e social, por exemplo. Geralmente, este perfil usufrui direta ou indiretamente do capital econômico que os pais acumularam ao longo de sua trajetória de vida (ou mesmo que já o havia herdado dos seus ancestrais...). Ou seja, pode usufruí-lo diretamente ou, então, ter o conforto existencial de saber que, caso acesse ou tenha problemas neste campo, tem a quem recorrer. Dois dos entrevistados que serviram à elaboração deste perfil ilustram bem este aspecto. O primeiro deles teve, aos vinte e quatro anos, a possibilidade de abrir um negócio próprio, uma franquia de uma multinacional, com um capital que o pai lhe forneceu. O segundo fez uso da herança da mãe para comprar seu primeiro apartamento.

específica para tal e ser remunerado pelo que se produz a partir desta. Inclusive, esta formação pode não ter sido especificamente em administração, mas numa das engenharias, por exemplo. No entanto, a soma desta formação com as experiências profissionais que o perfil vai tendo ao longo de sua trajetória profissional o possibilita ser considerado um indivíduo que hoje tem, nos negócios, uma profissão.

De modo geral, a visão percebida dos pais deste perfil é que seu filho possa vir a se realizar como profissional de destaque em sua área, obviamente considerando a manutenção do padrão econômico da família (ou mesmo melhorando-o). Um dos entrevistados, falando sobre o que pretendia fazer em termos de orientação profissional para seus filhos, disse que “*a única coisa que eu vou dizer a ele, que meu pai sempre disse a mim, é: quer ser isso? Seja o melhor. Pelo menos esteja entre os melhores*”²⁶. Além das lições elementares conforme os pais dos demais perfis (que veremos a seguir), de modo geral, os “feitos” desses filhos são motivos de grande orgulho dos pais que “enchem a boca” para propagá-los entre os amigos. Afinal, este orgulho pode ser visto como um tanto quanto próprio, ou seja, de si mesmo por meio da extensão ou ampliação de suas virtudes na prole.

Ao longo da infância, adolescência e vida adulta, o filho-perfil é tratado como “um fim em si mesmo”, ou seja, para ele se faz tudo o que estiver ao alcance dos pais, que agem motivados pela expectativa de propiciar a ele as melhores condições para que possa vir a se desenvolver e, futuramente, ser reconhecido como uma pessoa valorosa e de destaque profissional (sendo, assim, detentora daquilo que Bourdieu denominou de “capital simbólico”).

É a partir desta origem de classe que surge o perfil *formado para os negócios*. Um jovem que, ao partir destas condições, direciona sua formação e atividades profissionais para o campo dos negócios.

– *Trajatória escolar e vias de inserção socioprofissional*: foi por meio desta condição socioeconômica que seus pais conseguiram arcar com os custos de uma boa escola particular para o perfil que cresceu e foi educado no seio da classe média. Uma escola e trajetória de inserção social desse tipo são vistas como sendo algo comum para eles.

O estudo escolar fez parte do seu cotidiano desde cedo, tanto pelas cobranças dos professores quanto domésticas. Afinal, muitos dos pais deste perfil ou acompanharam o desempenho escolar do filho ou contrataram “professores particulares” para tal (principalmente nos primeiros anos da vida escolar, quando as crianças ainda estão incorporando as disposições para disciplina e concentração necessárias aos estudos).

26 Este e outros trechos que aparecerão ao longo do trabalho (em itálico e entre aspas) são trechos das transcrições das entrevistas realizadas.

O ambiente doméstico geralmente também é composto por espaços que possibilitam o estudo, bem como os pais provavelmente apresentam hábito de leitura (mesmo que seja somente de jornais ou revistas) e disciplina em termos de horários e atividades a serem realizadas conforme tal²⁷.

Outro aspecto. Desde cedo, já na escola – e, obviamente, de modo pré-reflexivo, por ser uma consequência de estar e crescer naquele meio social –, constrói amizades ou relações sociais com pessoas que podem vir a lhe possibilitar, quando já jovens ou adultos, o acesso a oportunidades profissionais. Ou seja, o perfil tem, no início de sua vida e em sua adolescência, a oportunidade de, por meio da escola e de um lar minimamente estruturado (pais que dão o exemplo da disciplina do trabalho, da leitura e que separam espaços dentro da casa para atividades intelectuais), desenvolver-se cultural e intelectualmente, além de inserir-se socialmente num contexto a partir do qual possibilidades de futuro tenderão a emergir.

São atividades comuns na sua infância e adolescência: o estudo de instrumentos musicais, a prática de esportes ou dança, participação em jogos escolares, dar continuidade à formação católica por meio de ritos como primeira eucaristia e crisma, excursões escolares etc.

Diante de tudo isso, caso assim o quis (e se preparou para tal), este perfil teve um “fácil acesso” (se comprado com os demais a seguir) às melhores faculdades de sua cidade-região-país. A inserção profissional num determinado campo pôde-se dar por intermédio de uma das pessoas com as quais sua família, ou ele, mantém laços sociais. Dois exemplos. Um dos entrevistados conseguiu um estágio e depois um emprego para a esposa por meio da rede social do seu pai; o outro teve a oportunidade de obter seu primeiro estágio por meio da mãe da sua então namorada. Ou seja, este perfil dispõe tanto do “capital social” que herda da família quanto da rede social que construiu na escola, no clube que frequentou, no curso de línguas que fez, ou mesmo na faculdade, como fontes de possibilidades de estabelecer relacionamentos sociais que viabilizam a inserção profissional.

Tudo isso sem falar nas competências que vai incorporando ao longo de sua trajetória de vida e formação universitária-profissional. Afinal,

27 Acredito que faça uma significativa diferença ter em casa, por exemplo, um escritório ou espaço similar destinado a atividades de estudo e/ou trabalho intelectual (e ver seus pais utilizando-o para tal) e, de outro lado, crescer e viver numa casa apertada, com poucos cômodos, sem a possibilidade de, no lar, usufruir de um ambiente favorável à concentração.

tanto pode estudar nas melhores faculdades quanto ter a oportunidades de experiências profissionais enriquecedoras. Estas últimas, inclusive, que poderão vir a ser mais significativas em termos de incorporação de conhecimentos práticos do que a própria formação universitária.

Em síntese, para se projetar profissionalmente, este perfil dispõe de algo que se pode denominar de “capitais bourdieusianos” em bom volume, podendo vir a ter formação teórica e prática em negócios. Na realidade, como apontado anteriormente, estes são, para ele, uma profissão. Um aspecto final importante a ser destacado é que, de modo geral, este perfil não teve contato com grandes adversidades econômicas ao longo de sua vida.

– *Hábitos de consumo e lazer típicos de classe média*: historicamente, ao longo de sua trajetória de vida, este perfil foi habituado a frequentar restaurantes de certo requinte, apresentar “gosto”²⁸ gastronômico relativamente diferenciado. Usa roupas de marcas com mais frequência e “naturalidade” e mora em bairros específicos de classe média. Escuta MPB, assiste ao *Jornal Nacional*, filmes e programas da TV paga. Dispõe de um leque mais amplo de possibilidades de lazer e atividades propiciadoras de “fruição da vida” que os demais perfis, tais como frequentar clubes e casa de praia e/ou de campo da família.

Todos os entrevistados que serviram à elaboração deste perfil apontaram para o fato de que gostariam de (e deveriam) ler mais, apontaram também que hoje o fazem principalmente para desenvolver-se profissionalmente, ou seja, leem principalmente revistas especializadas, jornais e afins, sempre algo que possa vir a ter algum proveito para sua atuação profissional.

28 É em *A Distinção...* que Bourdieu observa, na França, que as classes populares tinham alimentações mais pesadas como batatas e massas; já as classes média e alta, uma alimentação mais leve, comiam peixes, entre outros alimentos não considerados tão “fortes” ou pesados. O problema para ele está na crença observável nos discursos captados do senso comum, ou até mesmo de algumas correntes teóricas, que o gosto é algo nosso, inato, quando, na verdade, esses gostos dependem do contexto de socialização primária e a quais tipos de práticas sociais o indivíduo é apresentado e inserido ao longo da sua trajetória de vida. Quem o educou? Com quem ele conviveu quando cresceu? Que tipo de comida as pessoas com as quais eles se relacionam comem? Estas seriam perguntas que ajudariam a busca dos porquês do gosto por certo tipo de alimento numa classe e não noutra. Na realidade, esses gostos nos são apresentados por meio de contextos de socialização e ação nos quais nós fomos criados ou passamos a viver e que estão diretamente relacionados à nossa condição e/ou trajetória de classe (SÁ, 2010a, p. 4; 2010b, p. 262).

– *Demais características identificadas*: há uma noção clara e ação no sentido de manter-se na classe social de onde parte. A ascensão rumo à classe “alta” é desejada, mas esta não é a única forma de vir a ser considerado bem-sucedido na vida.

Não gosta de “perder tempo”, suas leituras podem exemplificar o foco que estabelece, em sua vida, para a *empresa-carreira*. Sua projeção (e visão) de futuro está diretamente relacionada a tal aspecto, ou seja, *ao desenvolvimento dos negócios- carreira*. A ausência de prática religiosa ou de apoio comunitário nos casos entrevistados pode ser outro indício neste sentido.

De modo geral, busca a realização profissional por meio dos negócios que não são apenas uma fonte de renda, mas, sim, uma fonte de autoafirmação e reconhecimento social. Destacam os grandes nomes nacionais e internacionais dos negócios em suas falas como exemplos nos quais se espelhar, ou seja, sua referência profissional de sucesso é o “super-homem” dos negócios (cf. SÁ et al., 2010b), grandes empresários e executivos de reconhecido “sucesso” nacional e internacional.

Em sua fala, faz bom uso da língua e apresenta postura segura sobre si e sobre o que diz – algo que pode ser relacionado à questão da autoestima e autoafirmação propiciada pela família, bem como recorre aos termos e conceitos de mercado com habilidade. Demonstra capacidade de realizar análises de conjunturas e tendências de mercado com certo refinamento, relacionando fatores macros e micros, citando casos. Enfim, como aponta a denominação do perfil, teve sua formação orientada no sentido dos negócios.

4.2.2 Ascendente social por meio dos negócios

Tem origem social nas classes populares brasileiras. Não estudou em boas escolas particulares na infância e adolescência; com dificuldade e/ou determinação, completou o ensino médio ou até mesmo teve acesso ao ensino superior. Somente com esforço, pode vir a dominar o correto uso da língua (algo que também pode não acontecer a depender do caso e de sua trajetória de vida) e, posteriormente, conhecer os conceitos/termos de mercado. A princípio, não dispõe de rede social que lhe seja útil para se projetar profissional e/ou socialmente. É também desprovido de capital econômico familiar ou próprio no início de sua vida adulta. Obteve capital cultural, ou por meio de aprendizado prático e/ou cursos técnicos, que lhe

permitiram conhecer bem sua área de atuação, ou então pela realização de curso universitário (superando dificuldades e limitações de partida para isso). Tem trajetória de vida e disposições bastante típicas (disposição para “superação de si” ou autossuperação²⁹, disciplina etc.) de pessoas que precisaram ascender socialmente e, assim, mudar de classe, ou seja, o que Bourdieu denominou de *trânsfuga de classe*. A determinação e a luta diária para “vir a ser alguém na vida” são marcas dos momentos significativos de sua trajetória (SÁ, 2010b, p. 249).

– *Origem, escolaridade e “herança” dos pais*: a origem familiar deste perfil está vinculada às classes populares, ou seja, tende a ter como pais pessoas que trabalham como pequenos comerciantes, costureiras, professoras “primárias”, trabalhadores braçais (caminhoneiros, pedreiros, marceneiros etc.) que, somente com muita dificuldade e esforço, conseguiram chegar a concluir o antigo segundo grau, havendo obviamente uma alta possibilidade de não tê-lo conseguido.

Um exemplo. Um dos entrevistados contou que iniciou sua vida no trabalho familiar, no entanto, foi além do modo de fazer negócios dos seus pais, em especial se o compararmos com o próximo, o *herdeiro da tradição do comércio*. Ou seja, também pode vir a aprender a negociar na prática e com a família, mas supera o modelo-referência familiar (como veremos ao longo da caracterização deste perfil).

Este perfil apresenta como característica a educação num contexto de limitações materiais, não herda dos pais significativo volume de dinheiro ou bens (capital econômico), muito menos ampla rede de conhecidos e contatos (capital social), além dos próprios familiares, aos quais possa vir a recorrer diante dos mais diversos desafios da vida. Recebe como principal ensinamento moral a máxima de “ser honesto e trabalhador”; essa é a honra de uma família pobre que olha para as classes média e alta “de baixo pra cima”, mas que, ao mesmo tempo, se orgulha de possuir “capitais simbólicos” como honestidade e disposição para o trabalho.

29 Estas disposições seriam as inclinações e propensões – que podem ser observadas empiricamente por meio de trechos da história de vida de um indivíduo e que apontam para pensamentos, sentimentos e ações – que visam à superação de uma condição de vida anterior ou atual e, conseqüentemente, a projeção do indivíduo para uma outra situação de vida vista por ele como melhor, tanto para ele quanto para seus familiares. Para que esta superação aconteça é (ou foi) preciso que ele incorpore algumas disposições, reforce algumas outras, ou, então, “desative” outras que compõem seu “estoque disposicional”, mas que não seriam pertinentes a este tipo de movimento (cf. SÁ, 2011a).

Nessa realidade, o aprendizado (capital cultural) que recebe da família tende a ser pequeno – obviamente, considerando a hierarquia valorativa vigente na sociedade brasileira contemporânea. De modo geral, podem até vir a hoje apresentar bom domínio da língua, mas este foi obtido por meio de esforço significativo neste sentido. No entanto, em muitos casos, o modo de falar é de alguém de origem humilde que geralmente se coloca numa postura de “inferioridade cultural” diante do entrevistador.

– *Trajatória escolar e vias de ascensão*: estudou em escola pública³⁰, ao menos completou o antigo segundo grau e pôde apresentar, a partir de então, uma das duas trajetórias rumo à ascensão socioeconômica a seguir – ambas são influenciadas decisivamente pelo tipo de relação com os estudos que o perfil estabeleceu ao longo de sua trajetória escolar.

Na primeira e mais comum na região do Agreste pernambucano, monta-se um negócio próprio e, caso este requeira conhecimentos específicos, procura-se fazer tantos cursos técnicos quantos forem necessários. No entanto, quando sua trajetória se encaminha neste sentido, este perfil apresenta uma capacidade diferenciada de aprender na prática, ou seja, de ser autodidata. Na segunda, o caminho é investir bastante nos estudos formais e dar continuidade superando as dificuldades econômicas para tal. Nesta, a formação superior (e uma eventual pós-graduação) se dá à noite, concomitantemente a alguma atividade laboral durante o dia.

Ambas as trajetórias de ascensão cobram do indivíduo alguns traços de personalidade socialmente construídos neste processo. Muita coragem, determinação e disciplina, tendo como foco a “superação de si” e de sua condição social de partida por meio de grande dedicação aos negócios e/ou aos estudos.

– *Superação da condição de partida*: neste percurso, demonstra coragem para investimentos em capacitação ou mesmo na inserção em novos mercados, mesmo além das suas posses, e disciplina para manter-se ascético nos hábitos de consumo por longos períodos (quando necessário). No caso de ser executivo e precisar andar “mais arrumado”, compra roupas de grifes para transitar no meio, assim atendendo à “norma implícita” e modificando seus hábitos originais, tendendo inclusive a declarar ter um “novo gosto” por grifes em decorrência disso.

30 É claro que há possibilidade de ter estudado numa escola particular, porém é praticamente impossível que tenha sido numa das melhores da cidade.

Dois exemplos podem ilustrar essa característica *em termos de incorporação de capitais* sociais e culturais. Uma das entrevistadas, que hoje trabalha como executiva, foi, paulatinamente e ao longo de sua trajetória, conhecendo pessoas e se fazendo conhecida neste meio no campo específico de negócios no qual se projetou profissionalmente. Foi também por meio de uma graduação seguida de pós-graduação que se posicionou neste mercado e hoje recebe um bom salário.

Outro entrevistado, mesmo não tendo ingressado numa faculdade, demonstra grande capacidade de busca por aprendizado (em cursos técnicos e eventos especializados) necessário ao crescimento do negócio e, assim, também incorpora capital cultural específico para tal. Inclusive, este traço do perfil pode ser observado no investimento na formação e modo como fala dos filhos. A boa escola particular, o curso de inglês e a prática de um esporte são exemplos de investimentos feitos na próxima geração para que ela também faça deslocamento social ascendente ou, ao menos, tenha experiências que ele mesmo não teve na infância. Isso é motivo de orgulho e geralmente leva o entrevistado a “encher a boca” para falar das possibilidades que está oferecendo aos filhos. Possibilidades essas que, obviamente, não teve na sua infância.

– *Foco na empresa-carreira*: um aspecto importante para a superação da condição de partida é uma grande determinação no sentido do desenvolvimento da empresa e/ou carreira. Algo que pode ser observado por meio da prioridade que o perfil tende a estabelecer, a depender de sua condição atual de executivo ou empresário, na ascensão profissional por meio da carreira (no caso de um executivo) ou da estruturação e crescimento da empresa (no caso de um empresário). É recorrente, nas entrevistas realizadas, a pretensão de estruturar melhor o negócio e/ou crescer ainda mais na carreira. No entanto, algo que é comum ao perfil anterior se configura de modo diferente por dele requerer extrema dedicação para superar suas condições de partida (algo que não acontece no perfil *formado para os negócios*).

Capital de giro e investimentos na empresa são prioridades que podem ser vistas na resposta a uma das perguntas feitas aos entrevistados “*você gasta seu dinheiro com o quê?*” Disse um deles: “*Hoje é todo reinvestido na empresa.*” Em síntese, ao começar “do zero” (ou quase disso), quer uma empresa quer uma carreira, foca suas energias bastante nisso, mais até do que na própria família e/ou outras dimensões da vida.

– *Visão de futuro relacionada aos negócios e/ou carreira:* característica também referente ao perfil anterior, no entanto, diferente em termos dos percursos a serem seguidos neste sentido. Aqui, o empresário ascendente social precisa aprender (por meio de cursos técnicos ou por autodidatismo mesmo) para ensinar aos funcionários e, em certa medida, se projetar como modelo ao procurar transmitir-lhes seu modo de pensar. Neste mesmo sentido, outro aspecto é a visualização de novos negócios e investimentos neles, tais como, mudança de ramo ou busca por inovação com criatividade.

Tomando como horizonte de futuro o crescimento profissional, com dedicação aos estudos, supera limitações de formação básica ou mesmo econômicas para concluí-los. Também aceita empregos “com futuro”, mesmo que com baixo salário, tendo em vista o desenvolvimento da carreira e um melhor futuro nela mais adiante. Articula-se com possíveis parceiros comerciais ou mesmo colegas de campo de trabalho para criar e fortalecer uma boa rede social (que não tinha inicialmente). De modo geral, acredita em sua capacidade intuitiva para seguir adiante em “projetos para o futuro” do negócio e/ou da carreira, mesmo contrariando a opinião dos outros.

– *Hábitos de consumo e lazer simples e convencionais:* geralmente apresenta gosto convencional por música, é eclético quando tem hábito de assistir filmes, pode tomar como meta ler um número específico de livros por ano, mas dificilmente consegue implementá-la. Na alimentação, prefere comidas simples, principalmente regionais ou massas, e frequenta principalmente restaurantes de bairro (subúrbio). Quando consegue viajar a lazer, o faz no fim de ano com a família, para “sair da rotina”. Tende a possuir carros tantos quantos forem necessários e, se possível, importados (sendo este hábito contraditório ao traço do ascetismo, no entanto, a aquisição deste bem somente se dá quando consegue desenvolver ou negócio ou a carreira, ou seja, quando se encontra em situação econômica significativamente estável). Por exemplo, após cerca de dez anos de empresa estabelecida, um dos entrevistados tinha acabado de trocar o seu antigo carro (também importado) por outro novo.

De modo geral, apresenta gosto simples em relação às roupas que compra e usa, não fazendo questão de marcas e preferindo o estilo informal (salvo casos de inserção profissional em meios que requeiram outros hábitos como no caso anteriormente apontado), bem como na decoração da casa

que geralmente é “bem simples”, “tem os móveis necessários, eu gosto de ficar bem à vontade. Minha casa é bem à vontade mesmo!”

– *Demais características identificadas*: este perfil tende a incorporar os jargões de mercado que não lhe são originalmente familiares. Por exemplo, apresenta discurso-clichê de valorização dos funcionários: “A empresa também é de vocês... a gente tem crescido... é que eu tenho uma equipe muito boa!”³¹

O investimento de sua vida no negócio é algo marcante nos relatos dos entrevistados que serviram à composição deste perfil. Um exemplo: somente depois de atingir metas nos negócios e/ou na carreira é que se permite a realização de um sonho, o da casa própria, por exemplo.

Este perfil, mais que os outros, apresenta orgulho de sua trajetória de vida, afinal, ao longo dela geralmente teve a capacidade de enfrentar longas e sucessivas jornadas de trabalho para ascender nos negócios. Em termos gerais, atribui seu relativo êxito de hoje também a isso, a sua determinação no trabalho atrelada à disciplina econômica e, obviamente, por ter geralmente alguma prática religiosa (diferentemente do perfil anterior), a Deus.

Em um dos casos, alguns valores fortes vinculados à cultura e prática religiosa comunitárias foram observados. Ou seja, a inserção do entrevistado numa igreja evangélica lhe possibilitava o desenvolvimento de uma série de atividades comunitárias e mesmo a ter projetos de, no futuro, dedicar-se mais a este campo.

Em síntese, coragem, disciplina e determinação, direcionadas para o êxito no mercado, são os traços marcantes deste perfil ao longo de sua trajetória de autossuperação para ascensão social por meio dos negócios. Por fim, é válido ressaltar que a referência do “super-homem” de negócios não é forte aqui como o é no perfil anterior.

31 Infelizmente não foi possível ter acesso aos funcionários dos entrevistados e/ou fazer uma análise mais aprofundada sobre, em que medida, este discurso se aproxima da prática. Como foi observado comunitarismo na prática religiosa de um dos entrevistados, suspeita-se que estas podem, sim, também ser implementadas, na medida do possível, em suas relações de trabalho com seus funcionários.

4.2.3 Herdeiro da tradição do comércio

Este perfil pode ser melhor reconhecido não em termos de sua origem social, mas, sim, por meio das práticas que apresenta, já que é, como o título diz, o herdeiro de uma tradição. Podendo até ter estudado em escolas particulares na infância, este perfil apoia a compreensão de casos de pessoas que agem de modo mais concernente aos contextos correntemente denominados mais “tradicionalistas” do que “modernos”. De modo direto ou indireto, acessa a rede social da família (ou mesmo a sua) para resolver assuntos profissionais ou sociais. Pode até usufruir de certo capital econômico familiar, mas faz uso deste em termos de reprodução do modelo tradicional-comercial herdado. Não apresentou, ao longo de sua trajetória, grandes esforços no sentido da obtenção de conhecimento/capital cultural. Tem trajetória de vida e disposições “herdadas” e similares às dos pais e do contexto social no qual os pais atuaram (SÁ, 2010b, p. 249-50).

– *Origem, escolaridade e “herança” dos pais*: vejamos duas origens possíveis deste perfil. Uma primeira bastante comum ao contexto do Agreste pernambucano³². Um casal de agricultores-comerciantes vem de um interior menor para Caruaru, tendo estudado muito pouco e não concluído o primeiro grau. O filho, ainda pequeno, seguiu os pais ao começar a trabalhar logo cedo no comércio: “*as pessoas daqui começam cedo, elas começam logo a aprender a negociar, eu mesmo aprendi muito cedo, eu já fiz roupas, já vendi na feira*”. Uma segunda, observada em Recife, está vinculada ao fato de os pais serem proprietários de algum tipo de comércio no qual o perfil cresceu e se inseriu ao ponto de um dos entrevistados afirmar “*que minha vida no comércio é por causa do meu pai*”. De um modo ou de outro, os pais deste perfil, muito dificilmente, completaram o antigo segundo grau.

É importante frisar aqui que a “herança da tradição do comércio” não se trata apenas ou exclusivamente de uma herança familiar. Um filho de um funcionário público pode também crescer inserido num contexto de negócios, que pode ser mais aproximado da ideia de tradição e, assim, vir a se desenvolver neste campo no mesmo sentido de alguém que tenha uma das origens acima apresentadas. Deixo claro aqui que não se trata, de

32 Ver as histórias de “Justino” e “Neide”, personagens dos capítulos três e quatro de Sá (2011a), que podem ilustrar a compreensão desta possível origem do perfil. Outra possível origem pode ser vista no capítulo sete, “Um empresário que se diz comerciante”, em Sá (2010b, p. 211-39).

modo algum, de “herança genética”, mas, sim, da reprodução de práticas que caracterizam este tipo de atividade comercial.

Não é improvável que eles herdem certo capital econômico, principalmente um negócio próprio iniciado pelo pai e que o perfil dá continuidade. A força da tradição do comércio neste tipo de família pode ser ilustrada pela máxima lição que se mostrou recorrente nos perfis entrevistados: “*meus pais ensinaram a comprar e a pagar*”.

– *Trajatória escolar e incorporação da tradição do comércio*: de modo geral, este perfil apresentou desempenho fraco nos estudos escolares e a este foi combinada uma precoce inserção na dinâmica de um comércio familiar, no qual comumente se cresce (e não em casa, estudando). Tanto trechos da entrevista quanto a análise feita anteriormente sobre um dos entrevistados – que “na realidade, seus pais não o cobravam em relação aos estudos na infância e a oficina do pai foi o caminho da adolescência por meio do qual ele pôde ‘escapar dos livros’ rumo ao trabalho” (SÁ, 2010b, p. 236) – apoiam tal interpretação.

Não incorpora, ao logo de sua trajetória, significativo volume de conhecimento especializado, quer seja por curso técnico ou mesmo na escola. Não desenvolve competências administrativas específicas e reproduz um modelo de fazer negócio similar ao que teve contato desde cedo, justamente por meio daquela inserção precoce em comércio familiar. É importante registrar que se trata do privilégio de um modo de pensar e agir que se origina no desenvolvimento de sabedoria (argúcia, perspicácia etc) e habilidade para fazer negócios em detrimento de uma busca por conhecimentos especializados para tal (como pode ser visto nos perfis anteriores, em particular o primeiro).

O crescimento, a adolescência e o início de vida adulta inseridos no contexto comercial e, concomitantemente, fraco desempenho e desinteresse pela escola fazem com que este perfil seja mais facilmente caracterizado pela incorporação de um modo de pensar e agir pertinente a este tipo de atividade do que propriamente por sua origem social (muito embora esta, obviamente, seja relevante aos seus hábitos e modo de pensar e ser).

– *Reprodução do modelo de partida*: como os principais conhecimentos que utiliza em seu cotidiano de vida-trabalho são incorporados por meio da observação e da própria prática, este perfil muito frequentemente aprende a trabalhar nos negócios com os familiares mais

próximos e incorpora, em sua vida, este aprendizado da prática comercial. Em decorrência da não incorporação plena da disciplina escolar ou de disciplina ascética por outros meios, não tende a estabelecer uma rotina “profissional e disciplinada” (principalmente se comparado aos outros perfis). Geralmente, faz cálculos estritamente econômicos, não levando em consideração aspectos valorativos e/ou afetivos acerca das questões. Ou seja, sua dimensão valorativa-subjetiva tende a priorizar o cálculo utilitário do quanto se ganha numa negociação, por exemplo.

Aparenta relativo conforto no modelo herdado, ou seja, em ver e fazer as coisas de modo similar aos seus antecedentes. Muito embora seja bastante comum (mais do que nos outros perfis) a presença de familiares nos negócios, tanto pode ver nos filhos o esteio da continuidade dos seus negócios quanto querer para eles um futuro diferente, a exemplo de cursar uma universidade, algo mais comum.

Na ampla maioria dos casos, os integrantes deste perfil tornam-se comerciantes por necessidade, reprodução social ou mesmo por não enfrentarem (ou mesmo não terem tido condições para tal) um curso universitário e, assim, não terem uma “profissão” de nível “superior”, como colocou “Manuel”, respondendo uma pergunta sobre o que o levou a ser empresário:

de verdade, a minha incompetência! Porque eu acho que um empresário é aquele cara que não conseguiu ser nada na vida, aí vai ser comerciante. O comerciante, não é uma profissão, é uma ocupação. Enquanto o cara tem o seu negócio, ele está ocupado, então ele é comerciante. Quando o cara quebra, ele é o quê? Nada. Ele não tem uma profissão. Então, um comerciante é um incompetente que não conseguiu ser gente na vida.

A ideia de competência é vista como sendo algo inerente ao outro, “competência é São Paulo..., quem é bom, tá lá!”.

– *Visões de mundo e de futuro relacionadas aos negócios e/ou à carreira:* de modo geral, não apresenta planos estruturados, sistematizados ou mesmo coerentes de mudanças em relação ao seu futuro de trabalho. Um deles chegou a dizer que o que quer, em relação ao futuro, é “*continuar trabalhando*”.

Um exemplo da visão conformada de um dos entrevistados deste perfil pode ser observado nesta máxima que repete ao longo de sua entrevista ao falar de exemplos de pessoas irresponsáveis com a vida e com o trabalho: “*peças acomodadas não mudam*”.

– *Hábitos de consumo e lazer*: a postura de comerciante é levada para seus hábitos de consumo. Nas compras, um exemplo pode ser dado por meio do que uma das entrevistadas colocou sobre seu c6njuge (também comerciante) ao dizer que “*ele pede desconto até nas bananas*”. De modo geral, não apresenta hábitos de lazer significativamente diferentes do perfil anterior e ainda certa restrição a viagens ao exterior: “*viajar só pelo Brasil mesmo, não quer ir muito longe não...*”. Ou mesmo chega a afirmar que “*eu não tenho lazer não, só faço trabalhar*”.

– *Demais características identificadas*: os integrantes deste perfil apresentam pouca reflexão crítica sobre si mesmos e uma visão binária da realidade, “*se é organizado na vida, é nos negócios, a pessoa não pode ser uma nos negócios e outra na vida...*”. Tendem a apresentar não muitos conhecimentos gerais e, num dos casos, Deus muito presente no discurso, porém não relacionado à prática religiosa continuada.

De modo geral, não ordenam suas falas, nem fazem uso apropriado da língua, nem também de conceitos e termos de mercado. Os entrevistados que possibilitaram a composição deste perfil apresentaram dois modos de falar, que são o eloquente e o desordenado (no caso de um empresário recifense), ou triste, arrastado e conformado (no caso de uma comerciante de Santa Cruz do Capibaribe).

Distantes em seus traços dos dois perfis anteriores, em particular do primeiro, a referência do “super-homem” é algo também distante deles, que não se comparam com tal modelo, ou, quando o fazem, demarcam uma grande diferença.

4.2.4 Breves comentários finais sobre os perfis

A diferença entre os perfis é, a princípio, uma diferença de origem social, trajetória de vida, contexto no qual se vive (e se atua) hoje e tipo de capital que se acumula. Origem social, bem como o contexto, em particular a cidade na qual se mora e os tipos de serviços (restaurantes e cinemas, por exemplo) que esta dispõe, tendem a ser determinantes nos hábitos de lazer de seus integrantes.

No contexto pesquisado, os familiares se fazem presentes nos negócios, bem menos no perfil formado para os negócios e bem mais no herdeiro da tradição do comércio. Em todos os perfis, indistintamente, a referência dos pais é marcante. Ser ou não empresário implica em diferença no modo de se vestir, que tende a ser observada nos dois primeiros perfis (mais formal no caso de se tratar de um executivo e mais despojado no caso do empresário).

Visão de mundo aberta para práticas comunitárias pode vir a ser uma possibilidade de desenvolvimento de ética e preocupação solidárias, neste sentido, observada principalmente no perfil do *ascendente social por meio dos negócios*.

No geral, sobre temas como aborto, homossexualismo, política de cotas, bolsas família e escola, os três perfis tendem a apresentar visões e opiniões conservadoras. Estas tendem a ser maiores nos herdeiros da tradição do comércio.

Além de, obviamente, terem como traço “congenito” o fato de suas elaborações terem se dado a partir de entrevistas em profundidade com algumas pessoas atuantes no campo dos negócios, como o próprio título do capítulo aponta, estes são perfis *em construção*, ou seja, seguem abertos aos rumos da pesquisa.

4.3 Considerações Finais

Muito mais do que uma sociedade que valora bastante o trabalho, o sistema-mundo capitalista possibilita que indivíduos que se destacam em alguns campos passem a ser admirados e tomados como referência de “sucesso” (enquanto ideal socialmente construído e compartilhado) em nosso tempo. De modo geral, a sociedade nos leva a observar uma pessoa que “se deu bem” nos negócios como alguém que conseguiu êxito na competição do mercado e “venceu na vida”, quer seja por meio de um negócio próprio “que deu certo”, quer seja por meio de um “bom” posto numa “boa” empresa. No entanto, na realidade, encontramos homens e mulheres de carne e osso, que se emocionam ao falar sobre sua vida, que se empolgam ao lembrar suas conquistas ou lamentam as oportunidades perdidas, que tentam articular discursos coerentes sobre si mesmos, que agem com efetividade em algumas situações (e não noutras) e que nos desafiam a compreendê-los a fundo (SÁ, 2011b).

O esforço no sentido da caracterização dos perfis de homens de negócios atuantes na sociedade contemporânea, em particular, no Nordeste e em Pernambuco (leia-se: Recife, Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe) é mais uma etapa necessária para que uma compreensão-explicação acerca dos seus *modos* de agir, pensar e sentir (suas disposições) possa vir a ser desenvolvida a partir das caracterizações acima realizadas.

Acredito que este entendimento é fundamental à formulação de políticas públicas pertinentes, em particular para a sua educação e conscientização sobre os tipos de pensamentos e práticas de negócios que sejam concernentes aos (ou ao menos respeitem os) interesses coletivos de nossa sociedade.

Por fim, há uma interdependência cuja explicitação gostaria de fazer para fins de conclusão. Para que haja mudança de grande impacto social, numa sociedade de mercado como a nossa, é preciso que a própria sociedade, por meio do Estado e de suas políticas públicas, atue no sentido de estimular a mudança na mentalidade e nas práticas nos negócios. Sem interferência educacional societária e estatal, creio que seja muito difícil promover mudanças necessárias nos modos de se fazer negócios e, sem homens de negócios cada vez mais atuantes de modo que viabilizem uma sociedade melhor em termos de retidão, justiça, igualdade, respeito aos funcionários ou subordinados, ao meio ambiente e ao Estado etc., fica muito difícil realmente melhorá-la.

Referências

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1994 [1972]. p. 46-81.

_____. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Editora Zouk, 2007 [1979].

LAHIRE, Bernard. *Retratos Sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. Patrimônios individuais de disposições: Para uma sociologia à escala individual. *Sociologia, Problemáticas e Práticas*. Portugal, n. 49, 2005, p. 11-42.

_____. *A cultura dos indivíduos*. Porto Alegre: Artmed, 2006a.

_____. *La condition littéraire: la double vie des écrivains*. Paris: La Découverte, 2006b.

SÁ, Marcio. A sociologia disposicionalista e o homem de negócios contemporâneo. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD(EnEO), 6., 2010, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Anpad, 2010a. p. 1-16.

_____. *O homem de negócios contemporâneo*. (Com a colaboração de Elisabeth dos Santos, Marianny Jessica Silva, José Rafael Barbosa, Genildo de Almeida, Thyago Fernandes da Silva e Cássio Lucena). Recife: Editora da UFPE, 2010b.

_____. *Feirantes: Quem são e como administram seus negócios*. Recife: Editora da UFPE, 2011a.

SÁ, Marcio. Pesquisa Social em Administração: Uma Trajetória em Retrospectiva. In: _____. *Frutos do Agreste: sobre ensino e pesquisa em Administração*. Recife: Editora da UFPE, 2011b. p. 89-110.

SÁ, Marcio et al. Por um lugar no mercado... Ou jovens em luta na TV: O que os fazem perder? In: JUNQUEIRA, L. *Cultura e classes sociais pela perspectiva disposicionalista*. Recife: Editora da UFPE, 2010a. p. 63-88. (Trabalho também apresentado pelos autores, com o mesmo título, no XXXIV EnANPAD – Encontro anual da ANPAD –, realizado no Rio de Janeiro em 2010).

_____. O “super-homem” de negócios. In: JUNQUEIRA, L. *Cultura e classes sociais pela perspectiva disposicionalista*. Recife: Editora da UFPE, 2010b, p. 271-304. (Trabalho também apresentado pelos autores, com o mesmo título, no XXXIV EnANPAD – Encontro anual da ANPAD –, realizado no Rio de Janeiro em 2010).

SOCHA, Eduardo. Pequeno glossário da teoria de Bourdieu (Dossiê Pierre Bourdieu). *Revista CULT*. n. 128, Ano 11, set 2008, p. 44-65.

WEBER, Max. Objetividade do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. In: _____. *Metodologia das Ciências Sociais* (Parte 1). 3. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1999. p. 107-154.

5 DEMIURGOS³³ DE SI: O TRABALHO ARTESÃO NO ALTO DO MOURA E OS DESAFIOS DO CONTEMPORÂNEO

Ana Márcia Batista Almeida

(Universidade Federal de Pernambuco – UFPE)

5.1 Introdução

Todos sabemos que, no imaginário cristão, há um tempo no qual o homem não existia. Foi assim até que o criador resolveu inventá-lo, usando o barro como matéria-prima. Tal qual um oleiro, Deus moldou os homens. É o barro, portanto, o que dá forma ao corpo, o que o traz para o terreno, o que o torna finito, exibindo a nossa condição de seres passageiros. Do barro viemos e a ele retornaremos, nos ensina a Bíblia.

Naquele universo simbólico, o barro estabelece as distinções entre o céu e a terra, entre o material e o espiritual, entre o eterno e o fugidio. Na cultura cristã, o barro é, enfim, a metáfora que torna visível os nossos limites. É por isso que podemos dizer que ele é símbolo da vida.

Longe do universo religioso, perto do mundo das ciências, nos estudos e pesquisas históricas, o barro - particularmente as produções cerâmicas - é um dos mais significativos vestígios da passagem dos homens pela Terra. Historiadores dedicados à pesquisa sobre a cultura material, por exemplo, encontram na cerâmica uma das mais importantes fontes de pesquisa para entender elementos que, entrelaçados nos fios dos dias, nos permitem desvendar como as diferentes sociedades atravessaram os tempos e construíram sua historicidade, como os vestígios que são aqueles objetos de cerâmica nos “falam” sobre nós a partir de outros tempos, de outras sociedades. É por isso que é também um indício da cultura.

Mais que símbolo da vida ou indício da cultura, no entanto, o barro é o que dá sustento e mantém de pé os artesãos do Alto do Moura, em Caruaru, Agreste de Pernambuco. O artesão, esse demiurgo que com sua

33 Para Platão, o demiurgo é um fundador, um artesão do mundo que, sem criar de fato a realidade, modela e organiza a matéria caótica preexistente através da imitação de modelos eternos e perfeitos.

prática constrói um mundo imagético - permeado de figuras, formas e cores - é, muitas vezes, visto como um sujeito da tradição, um enclave do tempo, um ser que pertence a uma vida cujo fluir não é mais o que o rodeia.

Esse olhar encantado sobre o fazer e o ser do artesão deriva, no entanto, quase sempre, de uma percepção idealizada do passado e da tradição, caracterizados pela recusa das mudanças trazidas pelas novas forças que atuam na sociedade de massa. É um olhar que simplifica a realidade, ao pensar que os artesãos - distantes e imunes ao mundo que os cerca - são, unicamente, guardiões da memória e das simbologias que, do passado, impulsionam nossas identidades. De acordo com esse raciocínio, o artesão tem no seu trabalho uma dimensão áurea que se explica e justifica por si só, longe das forças e estruturas do mercado.

Por fim, ainda segundo essa interpretação, como membro daquilo que comumente nomeamos como “cultura popular”, o artesão seria um demiurgo que faz a mimese de si mesmo, (re)inventando com sua arte o bucólico universo da tradição, das práticas e modos de fazer que se escondem nas franjas de um tempo perdido.

No caso particular dos artesãos do Alto do Moura, o seu trabalho, por “dar vida” a uma miscelânea de símbolos das cenas cotidianas, materializa a possibilidade de reencontrarmos esse tempo que, supostamente, não pertence apenas a ele, mas a todos nós. Carros de boi, caçadores, bandas de pífano, vaqueiros, etc. são reminiscências das nossas vidas, das nossas formas de ser e agir no mundo³⁴.

Nada de desmerecimento há em compreender a vida e a prática artesãs assim. Para nós, no entanto, percorrer esse caminho de interpretação é colocar o trabalho - o artesão - numa esfera descolada da dinâmica do tempo. O trabalho, a arte, que evoca o passado dialoga com o presente. E, nesse presente, a mercantilização das relações sociais, promovida pelas estruturas do capitalismo, trouxe para o cenário da História um modelo de sociedade cuja face torna-se mais visível nas dinâmicas do mercado³⁵.

Basta observar as mudanças, os desvios e as trampolinagens que os artesãos fazem para sobreviver nesse novo tempo para percebermos

34 Para uma reflexão mais detalhada sobre o trabalho do artesão do Alto do Moura e suas significações, cf. Ferreira e Silva Filho (2009).

35 É válido lembrar as lições de Karl Polanyi (1980), para quem toda sociedade histórica tem mercado. Mas apenas no capitalismo o mercado, ou seja, a economia, se transformou na esfera determinante da estruturação da vida cotidiana.

as forças dessas dinâmicas atuando sobre a matéria do artesão-demiurgo. São exemplos dessas transformações o surgimento de novas peças e as adaptações no processo produtivo que dialogam com os dizeres dos clientes, com a linguagem do mercado.

Esse mundo novo que o capitalismo criou atraiu para o seu campo gravitacional praticamente todas as produções humanas. Na órbita do capital, a sociedade de mercado se institui como a instância hegemônica da vida cotidiana. Assim, tudo pode ser transformado em mercadoria, inclusive as produções culturais, as obras artísticas produzidas pelo trabalho do artesão do Alto do Moura.

Diante dessas questões, o que nos interessa, nesse trabalho, é compreender como os artesãos se sentem vendo suas criações culturais – o produto do seu trabalho – sendo mercantilizadas e esvaziadas das dimensões de “unicidade” e “aura” que, tradicionalmente, caracterizavam a criação artística até a ascensão da cultura de massa. Pensando as imbricadas relações entre arte, política e cultura, buscamos também dar espaço às experiências de políticas públicas que objetivam aproximar o trabalho artesão do mundo do mercado, reduzindo os conflitos e dilemas provocados pelas contradições nas relações arte-cultura; mercadoria-economia. Essa realidade é exemplificada a partir da “Carteira do Artesão”, um programa que intenciona dar uma maior visibilidade ao ofício do artesão, abrindo-lhe, institucionalmente, novas possibilidades de interação com o mercado na obtenção de créditos, regulamentação das suas vendas, mexendo, diretamente, na relação ateliê-loja, produção-consumo.

5.2 O Trabalho Artesanal e o Mercado

A mão é metonímia da nossa humanização. Modeladora das coisas, com ela transformamos o mundo, fabricamos objetos, inventamos usos. Se produzir cultura é mudar a natureza, através do trabalho, a mão é a mais perfeita ferramenta que temos. Em alguma medida, toda ferramenta, todo mecanismo é a extensão da mão, ampliação das capacidades do nosso corpo. Paradoxalmente, portanto, a mais complexa ferramenta da cultura é uma criação da natureza.

Desde 1876 que Friedrich Engels já anotara as imbricações entre a mão e o trabalho. Num clássico texto, ele assinalara que o trabalho, fonte das

riquezas, é fruto das mãos. Mas, como pensador dialético, percebendo as nuances da existência, ele estende e inverte essa relação, nos propondo que também a mão possa ser compreendida como fruto do trabalho. Ou seja, para Engels, o labor contínuo, o esforço repetido por milênios, acabou por modelar a mão, dando-lhe as feições que hoje vemos. A mão, portanto, faz o trabalho, mas, do mesmo modo, o trabalho faz a mão (ENGELS, 1999).

Como sabemos, até a ascensão da sociedade industrial, o fazer manual era a forma determinante de organização das atividades produtivas. As estruturações do mundo do trabalho estavam restritas à relação braçal *versus* intelectual. Foi a mecanização do mundo, promovida pela industrialização acelerada, sobretudo, a partir do século XIX, que colocou a máquina no centro das ações e inaugurou um tempo cuja hierarquização do trabalho passou a ter novas faces, fundamentando-se nas dicotomias braçal/mecanizado, manual/automatizado, artesanal/industrial.

Como fruto desse processo, o trabalho manual foi sendo enclausurado em espaços de significação bastante específicos, reduzindo-o a um campo discursivo restrito. Ao contrário das atividades mecanizadas – associadas a noções como rapidez, avanço, regularidade, industrialização e progresso –, o trabalho braçal foi sendo carregado de simbologias vinculadas ao passado, impregnadas de sentidos negativados como lentidão, atraso, irregularidade, artesanal e tradicional.

Comprimido pelo peso desses olhares negativos, o trabalho manual refugiou-se nos espaços que lhe permitiam novos significados positivos, vinculando-o, por exemplo, à possibilidade de preservação da memória e da história das sociedades. Assim, muitas vezes, ele foi percebido como uma prática que se associa à simplicidade e à essência das ações humanas, aquilo que, possivelmente, há de fundamental à existência, para além das forças do mercado capitalista.

É nessa batalha pelas significações que se encaixa o trabalho artesanal. Nesse jogo, velhas palavras podem ganhar novos sentidos. É assim com o termo “tradicional”. Entendida pelo *mainstream* do capitalismo como um sinônimo de atraso, retrocesso, pela negação do progresso e do futuro, a tradição será retomada como o palco onde encenamos, mais vivamente, os papéis das nossas identidades. Nesse novo olhar sobre o passado, a tradição passa a ser compreendida como algo positivo, por ser o possível fundamento da nossa historicidade. Vista assim, a tradição e as

práticas a ela associadas, como o trabalho artesanal, retornam à cena da História, mas como heróis – e não vilões – das tramas sociais.

Muito embora práticas como o trabalho artesanal tenham retornado à cena da História pela coxia, não devemos esquecer que o cenário era outro: estamos agora numa sociedade bastante diferente daquela que marcou a consolidação do mundo industrial no século XIX. Estamos no auge do processo capitalista. Numa palavra, estamos na sociedade de consumo, como propõe Baudrillard (2005), num tempo ardiloso, caracterizado pela profusão dos objetos, como signos de nossa pretensa civilidade. Nesse tempo do capital, os esforços intentam nos fazer acreditar que nossa realização está no ato de alcançar, de tocar os objetos, como se fossem os mantos sagrados desse novo tempo.

Mas, como sabemos, esse é um olhar encantado que se delicia com a face feérica dos objetos, não percebendo que o capitalismo desafia o seu novelo nas teias da globalização, apoiado pela mídia e tendo o capital financeiro como regulador das trocas e mediador das relações sociais. As dimensões de tempo e espaço alteraram-se e as experiências são tidas como simultâneas. Rompem-se as tradicionais fronteiras entre o aqui e o lá, entre o ontem e o hoje. As novas tecnologias nos permitem, por exemplo, viver a fascinante(?) experiência de assistir, hoje, no Brasil, a um jogo que acontece/ aconteceu(?) amanhã, no Japão. A técnica e a ciência propiciam espaços de convivência e proximidade entre pessoas, cidades, países e continentes. A ideia de um todo integrado e propiciador de unicidade apresenta-se na grande aldeia global (SANTOS, 2005).

Como nos advertiu Milton Santos, a globalização vendida como fábula criou a necessidade irreversível de nos inserirmos neste “modelo de desenvolvimento e contemporaneidade”, em que o poder global (FIORI, 2007) ocupava as múltiplas dimensões da vida. O autor assinala, então, a existência de uma face perversa da globalização; uma nova forma de totalitarismo: o globalitarismo, que se encobre nas vestes de um discurso pretensamente democrático.

A globalização perversa manifesta-se no esvaziamento e fugacidade dos contatos sociais; na repressão da cultura popular em nome da cultura de massa, reforçando o papel superior da técnica e o ideal de crescimento econômico ilimitado, que dispensa expressões mais singulares e, em alguma medida, aversas à hegemonia neoliberal e à produção em série, representação

típica da dinâmica capitalista no mundo da produção-trabalho. O artesão do Alto do Moura está nesse mundo de conflitos, de disputas entre a fábula e a perversidade, como um David, diante do Sistema Golias. Nessa luta, ainda precisamos de fundas e pedras. Talvez seja preciso retomar antigas armas e projéteis - como o Estado e as Políticas Públicas - para a arte e para a cultura. Mas é preciso, também, saber a quem, historicamente, essas armas e projéteis têm servido.

5.3 Política Pública e Arte no Brasil

A relação entre política pública e arte no Brasil, historicamente, foi marcada por tensões e conflitos. Ao longo do século XX, por exemplo, diversas ações governamentais foram implementadas tendo como pano de fundo uma percepção de que os jogos da cultura eram fundamentais para a realização de projetos políticos.

Apenas como ilustração dessa realidade, descrevemos alguns momentos históricos nos quais essas ações se tornaram excessivamente nítidas na História do Brasil, ao longo do século XX.

Primeiramente, podemos retornar à década de 1930, época do Governo Vargas. Saindo dos debates sobre a identidade nacional, simbolicamente sintetizados na Semana de Arte Moderna de 1922, políticos, intelectuais e artistas buscavam entender como se manifestaria o “caráter nacional brasileiro”. Para alguns, esse caráter estaria encravado na nossa capacidade antropofágica de deglutir a cultura exterior e criar, a partir disso, uma cultura brasileira. Para outros, nosso caráter nacional estaria na falta de caráter nacional. Ou seja, na ausência da unidade capaz de traduzir o brasileiro de norte a sul. Éramos complexos demais, mestiços demais, múltiplos demais para termos uma identidade sólida e identificável a distância.

Independentemente do resultado desses debates, nos interessa perceber que a partir de então o governo institucionalizou uma série de ações que, através da arte e da cultura, buscava disseminar uma identidade capaz de unir todos os brasileiros. Foi no jogo dessas ações, por exemplo, que o samba se tornou uma espécie de música representativa do Brasil.

Nos anos 1950-60, por sua vez, as ações de desenvolvimentismo não estiveram alheias ao papel da cultura. O Brasil Bossa Nova era, a um só

tempo, movimento cultural e capital político, uma vez que colocava o Brasil no rol dos países produtores de uma arte admirável. O presidente JK, por exemplo, teve seu nome colado ao estilo bossa-novista, exibindo, a partir da política, a imagem de um Brasil civilizado, criador de uma cultura elevada.

A explosão do Golpe de 1964, obviamente, significou o encaixe da relação política *versus* cultura em novas bases. O Estado autoritário sabia da necessidade de controle sobre a produção e a disseminação de produtos culturais (ORTIZ, 1991, 1994). Assim criaram-se órgãos públicos para, de um lado, censurar as produções que ameaçavam a Ditadura e, de outro, incentivar aquelas que a exaltavam. No bojo desse movimento, o governo ditatorial tomou decisões políticas que interferiam, diretamente, sobre a produção, disseminação e significação das produções culturais. A própria criação do Ministério das Telecomunicações, em 1967, é, em certa medida, parte de um projeto político mais amplo que visava levar a todo o Brasil os símbolos e os padrões de comportamento que a Ditadura julgava adequados aos brasileiros.

Ao mesmo tempo, no começo dos anos 1960, também a Esquerda buscava dialogar com o universo cultural do Brasil, com movimentos como Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC-UNE), buscando uma conscientização do povo a partir da sua cultura, do reconhecimento da “verdadeira cultura do povo”.

A Redemocratização, certamente, impôs uma nova dinâmica à relação cultura- política no Brasil. A Constituição de 1988 (capítulo III, Secção II), acrescida de Emendas Constitucionais (particularmente a EC 48, de 2005), coloca cultura como elemento cuja responsabilidade de preservação está tanto no Estado quanto na comunidade.

No Governo Collor, já no começo dos anos 1990, ressalta-se como política pública para a cultura a publicação da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991, comumente chamada de Lei Rouanet), que coloca novos atores - pessoas físicas e empresas privadas - como sujeitos incentivadores da cultura. A lei foi bastante criticada por artistas e intelectuais que viram nela dois grandes riscos. Primeiramente, a crítica se dirigia à possibilidade de o Estado esquivar-se da sua responsabilidade como investidor na cultura. Em segundo lugar, os críticos viam na lei a possibilidade de os agentes financiadores terem o domínio dos projetos culturais que queriam financiar, deixando de fora as

produções que não se encaixassem nos seus gostos estéticos ou nas suas posições políticas.

Nesse rápido voo panorâmico, uma realidade, ao menos, salta à vista: no Brasil do século XX, o Estado intentou, a partir de políticas públicas, direcionar a arte e a cultura para que essas atendessem, em grande medida, aos interesses dos projetos de governo. Como consequência disso, nos lembra Marilena Chauí (2006), ficamos, como cidadãos, distantes da “cidadania cultural”, alijados de refletirmos, mais criticamente, sobre os símbolos e as marcas que os dominadores nos apresentavam como sendo a tradução de nós mesmos, impossibilitados de produzirmos as balizas que limitam, ou interferem, nas políticas culturais no Brasil.

Em todo caso, o cenário atual indica a ausência de um projeto global de cultura, (talvez como uma consequência mesma da Lei Rouanet). Atualmente, vivemos a eclosão de políticas públicas pontuais vinculadas às questões culturais. Esse é, por exemplo, o caso da Carteira do Artesão, que sucintamente apresentaremos a seguir.

5.4 Políticas Públicas e Trabalho Artesanal: A carteira de Artesão e as ranhuras do encaixe

Se não participam ativamente da elaboração de políticas públicas para a cultura, paradoxalmente, nos alerta Chauí, o povo, a cultura popular, passa a ser colocada pela *intelligentsia* como ponto nodal para um processo de significação da identidade nacional. O povo seria, assim, o guardião da cultura, da história, do passado, da identidade. Ou seja, o mesmo Estado, a mesma política pública, que alija o povo da cidadania cultural coloca a cultura popular como a ponta primeira do fio que faz ser o que somos.

Assim, homens do povo, artistas do povo, lugares do povo, dizeres do povo, a cultura do povo, enfim, serão idealizados, hauridos de conflitos e apresentados como o pano de fundo das nossas subjetividades.

É, em parte, o que ocorre com símbolos do Nordeste³⁶, da cultura nordestina (ou do Agreste pernambucano) como o Alto do Moura e as obras do Mestre Vitalino. Um lugar e uma pessoa são capturados e projetados como tradutores das subjetividades do universo onde esse símbolos se inserem.

36 Para uma discussão acerca da maneira como se estrutura discursivamente a construção identitária do Nordeste, cf. Albuquerque Jr. (2001).

Materializados esses símbolos, ativados os circuitos de sua institucionalização, políticas públicas podem ser detonadas para divulgá-los. Promoção de festas, institucionalização de datas comemorativas são exemplos de ações do poder público sobre a cultura e a arte. Mas como encaixar os interesses entre políticas públicas e trabalho artesão, por exemplo, se a política pública, na democracia contemporânea, está diretamente relacionada às formas de governança que se direcionam para o desenvolvimento (modernidade/futuro) e o trabalho artesão aponta para a permanência (tradição/passado)?

Bresser-Pereira, durante reunião do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em 2005, destaca o papel do Estado na promoção de ações que legitimem a consecução de políticas democráticas. Neste contexto, políticas públicas de qualidade, particularmente as econômicas e sociais, asseguram o alcance dos objetivos no cotidiano da gestão pública.

Políticas públicas são ações articuladas do Estado visando à promoção de medidas que contemplem os atores sociais no exercício de atividades específicas que beneficiem a coletividade ou grupos profissionais em particular. Neste contexto, podemos destacar a criação do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), como projeto orçamentário que beneficia artesãos profissionais.

O PAB foi criado nos anos 1990, conforme decreto nº 1.508, de 31 de maio de 1995, e vincula-se ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O PAB tem como objetivo:

a geração de trabalho e renda e a melhoria do nível cultural, profissional, social e econômico do artesão brasileiro. [...] Nesse sentido, são desenvolvidas ações voltadas à geração de oportunidades de trabalho e renda, o aproveitamento das vocações regionais, a preservação das culturas locais, a formação de uma mentalidade empreendedora e a capacitação de artesãos para o mercado competitivo, promovendo a profissionalização e a comercialização dos produtos artesanais brasileiros. O Programa é responsável pela elaboração de políticas públicas em nível nacional. Para tanto, conta com a parceria das Coordenações Estaduais de Artesanato, unidades responsáveis pela intervenção e execução das atividades de desenvolvimento do segmento. (BRASIL, 2012, p. 9).

Em Pernambuco, o PAB está representado pelo programa estadual de artesanato executado pela Agência de Desenvolvimento Econômico (AD Diper), cuja missão é realizar “ações em torno da captação de novos investimentos e de projetos estruturadores e impulsionadores do crescimento da economia local” (PERNAMBUCO, s. d.).

Dentre as ações realizadas pelo órgão, destaca-se a carteira do artesão, que é um projeto federal coordenado, em Pernambuco, pela AD Diper. A carteira do artesão é uma carteira profissional e tem o objetivo de formalizar e regulamentar a atividade do artesão, dando-lhe garantias, a exemplo de isenção de ICMS na emissão de notas fiscais, contribuição para o INSS, aquisição de maquineta para venda com cartão de crédito, acesso a financiamentos e possibilidade de participação em feiras, eventos, além de capacitações promovidas pelo MDIC (www.portaldoartesanato.pe.gov.br).

O projeto cadastrou, em todo o estado, mais de sete mil artesãos e a adesão tem sido significativa. Gestores públicos reconhecem que essa identidade funcional fortalece a categoria dos artesãos, dificultando a entrada de atravessadores, regulamentando uma atividade que diz respeito à arte popular e retrata a cultura de determinada região. Um deles afirmou que “a carteira fortalece a atividade dos artesãos e reconhece o seu trabalho, valorizando-o. Esta era uma reivindicação antiga”³⁷. Outro aspecto relevante diz respeito aos critérios utilizados para a concessão da carteira. Esta etapa inclui a “apresentação de peças produzidas e/ou confecção de uma delas junto a especialistas que avaliarão se o ‘candidato’ pode ser denominado artesão”³⁸.

Os jogos entre as estruturas econômica e cultural têm lances imprevistos e desafiadores. Daí porque falarmos em ranhuras no encaixe. Como fazer dialogar a cultura que coloca ou é colocada como força oppositora ao *mainstream* e o *establishment*? O fato é que, não raras vezes, as políticas públicas para uma esfera transbordam e invadem a outra. Ações como o PAB são exemplos disso. Como vimos, trata-se de um programa capitaneado pelo MDIC, cujas ações, no entanto, reverberam diretamente na vida cotidiana de artesãos, de mestres da cultura, portanto. Antes de serem simples opostos, os universos culturais e econômicos podem ser vistos como complementares na contemporaneidade.

37 Depoimento obtido em entrevista à coordenação do Centro de Artesanato do Agreste no dia 13/04/11.

38 Depoimento obtido em entrevista à coordenação do Centro de Artesanato do Agreste no dia 13/04/11.

5.5 Conclusão

Artesãos são demiurgos. Mas quais as imagens de si que eles fabricam? Se de um lado eles movimentam em suas peças, cores e formas signos da tradição (o cangaço, o forró, a feira, as procissões, etc.), por outro lado, eles têm um interesse e uma necessidade de que essas produções sejam consumidas e devoradas pela lógica do mercado. Nesse sentido, os artesãos percebem a dinâmica do mercado como uma instância incontornável, embora as resistências e práticas de trampolinagem possam se fazer presentes. Como afirma uma das nossas entrevistadas, “cair no mercado pode ser uma graça”.

Os artesãos não são os inocentes guardiões do passado, apenas. Mas podem utilizar esses dizeres, podem movimentar essas camadas discursivas, para disseminar uma carga simbólica de valores positivos, materializados numa outra forma de ver as práticas da tradição, que lhes associa à história e à memória, à identidade e à cultura.

O artesão, portanto, experencia vivamente sua prática cotidiana. Ele pode ser o processo produtivo fragmentado (pintar aqui, coser acolá, montar alhures); mesmo assim, no entanto, não perde a noção do produto do seu trabalho. Acompanha, de perto, as funções - utilitárias ou simbólicas - de suas peças. O artesão não se incomoda com a divulgação do seu trabalho como uma das dimensões construtoras de um discurso identitário da cidade de Caruaru. Mas deixa claro que isso é pouco, que é preciso garantir, também o fluir do dia a dia. Por isso, o artesão, com seu trabalho, nos interpela sobre a necessidade de desnaturalização e desidealização desse mesmo trabalho.

É fato que este trabalho tem como alvo a prateleira, a venda, o mercado. Mas, enfatizemos, isso não o inferioriza; apenas exhibe uma dinâmica, uma lógica, um sentido de produção que, em alguma medida, se distancia de uma concepção tradicional da arte, segundo a qual o artista produz para dar vazão aos seus sentimentos, às suas emoções. Suas criações são o resultado do seu esforço de materialização do seu estado de espírito, de sua condição existencial, de sua sensibilidade. Mas, se o que garante o gesto artístico, é o “ato criativo”, a arte que vira mercadoria não o exclui, inexoravelmente. Um quadro, um poema, uma canção, feitos por encomenda, por exemplo, são produtos artísticos, permeados de gestos criativos, mas, em certa medida, são, também, mercadorias.

Cercado pelo mundo mercantilizado, o trabalho artesanal cai no círculo do mercado, mas resiste, paradoxalmente, resiste como ponte-pedra por onde transita uma outra lógica, um outro mundo. Como ponte, é preciso fundação, apoio. Aqui, talvez, caibam o Estado e as políticas públicas para a cultura que, no caso do Brasil, como esboçamos rapidamente, foram marcadas por práticas que intentaram colocar a arte a serviço de projetos políticos mais amplos e controversos. Assim, muitas vezes, a cultura foi vista como uma esfera inferior e dependente do projeto/processo político.

Hoje, parece haver uma ausência de grandes linhas mestras de estruturação das políticas públicas para a cultura, embora haja programas como o PAB. O que fica ressaltado, nesse caso, é que se trata, primordialmente, de uma política pública para o desenvolvimento e não para a cultura. Cultura e economia são esferas distintas, porém múltiplos são seus pontos tangenciais. O PAB e a Carteira do Artesão são a prova viva dessa realidade. Apesar dos limites e das críticas que o Programa pode sofrer, resta perceber as possibilidades de aproximação entre os interesses do mercado e desejos de cidadãos e cidadãs que dedicam, através do seu trabalho, suas forças aos sonhos e às lutas pela construção de uma sociedade múltipla, e não unidimensional.

O artesão do Alto do Moura, melhor do que muitos outros, sabe que trabalhar é “pôr a mão na massa”. É preciso, então moldar o barro da nossa existência, fazermos-nos demiurgos de nós mesmos. Lutar cotidianamente por uma arte, uma política e uma cultura que, sem negar as forças do mercado, não se vendam acriticamente a ele; que nos façam mais sujeitos e menos sujeitados.

Referências

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa, Portugal: edições 70, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). *Programa do Artesanato Brasileiro (PAB)*. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=4&menu=2046>>. Acesso em: 24 abr. 2011.

_____. *Programa do Artesanato Brasileiro: Base Conceitual do Artesanato Brasileiro*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2012. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1347644592.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. *Princípios práticos de administração pública*. Nova Iorque: Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, 2005. (Comunicação à Quarta Reunião Anual do Comitê de Especialistas em Administração Pública do Conselho Econômico e Social – Ecosoc das Nações Unidas)

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania Cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

ENGELS, Friedrich. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. RocketEdition, 1999. Disponível em: <forumeja.org.br/br/sites/forumeja.org.br/files/F_ANGELS.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2011.

FERREIRA, Josué Euzébio; SILVA FILHO, Paulo Roberto de Freitas. *Do barro à expressão artística: As representações conceituais do trabalho artesanal do Alto do Moura – Caruaru, PE*. Caruaru: Edições Fafica, 2009.

FIORI, José Luis. *O poder global*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PERNAMBUCO. Agência de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (AD Diper). Apresentação. Disponível em: <www.addiper.pe.gov.br/site/page.php?page_id=58>. Acesso em: 24 abr. 2011.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

6

FEIRANTES: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES ³⁹

Marcio Sá

(Universidade Federal de Pernambuco – UFPE)

6.1 Introdução

De meados de 2007 a meados de 2010, dediquei maior parte de meus esforços investigativos para a realização da pesquisa que teve seus resultados recentemente publicados no livro *Feirantes: quem são e como administram seus negócios* (Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011). Seu lançamento recebeu ampla cobertura na mídia local, tendo sido conteúdo editorial dos principais veículos de comunicação do Agreste pernambucano⁴⁰.

De modo geral, este livro se propõe a responder às seguintes questões, principalmente às duas últimas: O que é, de fato, a feira de Caruaru? Quem são seus feirantes? Como eles administram seus negócios? Na realidade, a necessidade de conhecer o modo como membros das classes populares brasileiras, neste caso, os feirantes, administram seus pequenos negócios foi a razão maior que motivou a realização da pesquisa. Muito mais do que o estudo de uma questão local, pontual e específica de uma cidade do interior do Nordeste, *Feirantes* é resultado de um esforço compreensivo-explicativo da condição de vida-trabalho de pessoas que vivem, como estes feirantes, em contextos periféricos do mundo contemporâneo⁴¹. Por

39 Este texto é resultado da união e adaptação de minhas exposições em duas ocasiões, (1) no evento de lançamento de *Feirantes* realizado na Fafica em 15/03/2011 e (2) do debate promovido na Faculdade Asces por ocasião do 1º Encontro sobre Trabalho no Agreste em 14/04/2011. Aqui registro meus agradecimentos às duas instituições nas pessoas do Pe. Everaldo Fernandes (Fafica), pelo acolhimento do referido evento, e do Prof. Adilson Ferraz (Faculdade Asces), pelo convite para o debate antes mesmo de sua inserção na programação do encontro. Esta versão apresentada neste capítulo foi originalmente apresentada no XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (Abet) em 2011.

40 Aqui registro meus agradecimentos a todos os veículos e profissionais de comunicação da região que tiveram interesse e/ou efetivamente divulgaram o lançamento do livro.

41 Quando se fala em contexto periférico tem-se em mente que, na geopolítica do mundo, hoje, existem países centrais (ex. EUA, Alemanha, França, Japão) e periféricos (ex. Brasil, Índia, África do Sul e Argélia).

meio de sua leitura, talvez seja possível conhecer melhor a relação entre o capitalismo contemporâneo e a feira, as histórias de vida e as práticas administrativas dos feirantes de Caruaru e de pessoas que ocupam posição socioeconômica equivalente na hierarquia de classes do Brasil e do mundo (SÁ, 2011a).

Foi a relevância econômica, social e cultural para o Agreste pernambucano que se mostrou como critério fundamental para a escolha dos feirantes e dos seus pequenos negócios de feira como o primeiro fenômeno a ser por mim pesquisado na região.

Nas ocasiões nas quais pude apresentar e debater este livro junto à sociedade caruaruense, abordei algumas das principais contribuições que talvez possam nele existir (1) para o conhecimento de quem são e de como administram seus negócios os membros das classes populares brasileiras como a maior parte dos feirantes, (2) para a compreensão da própria vida e do trabalho dos feirantes de Caruaru (incluindo aqui uma síntese de parte dos resultados apresentados no livro) e (3) para o debate científico e social sobre os feirantes de Caruaru, sobre os membros das classes populares do Brasil e do mundo (principalmente aqueles que possuem os mais diversos tipos de pequenos negócios similares aos de feira), bem como sobre o modo como ambos administram seus negócios.

Este capítulo tem como objetivo apresentar estas três contribuições possivelmente existentes em *Feirantes*. Sua estrutura, bastante simples, é composta por mais duas seções além desta **Introdução**, sendo sua principal a próxima, na qual são apresentadas em sequência as **Possíveis contribuições** acima enumeradas. Por fim, as **Considerações finais** nas quais se recupera, em síntese, alguns pontos da conclusão do livro, bem como são apontadas reflexões acerca da formulação de políticas públicas para este público. Em síntese, este texto pode ser visto como o exercício de um pesquisador que se volta ao resultado do seu trabalho para apontar o que ele próprio imagina haver de útil neste.

6.2 Possíveis contribuições

6.2.1 Para o conhecimento de quem são e de como administram seus negócios os membros das classes populares brasileiras

Irei recorrer a duas ilustrações para abordar inicialmente esta primeira possível contribuição. A primeira delas é um trecho da música intitulada *Veneza, Veneza*, na qual seu compositor, Accioly Neto, retrata em verso cenas de Recife:

“É o centro da feira
Com seus labirintos
E mil molhos de coentro
Pra se tropeçar
É o rapa
É o tapa
É a bronca
É a briga
Eh boi!
E a gente se sente
Em plena Bagdá”.

A reflexão que gostaria de provocar a partir destas cenas é que, ao passear pela Feira de Caruaru, tanto é igualmente possível por lá observar o que disse o poeta sobre Recife quanto sentir-se, como ele, em plena Bagdá. Indo além, esta similaridade não se dá apenas em termos de feiras e dos feirantes em si, mas sim de milhões de pessoas no Brasil e mundo afora que vivem e trabalham em condições semelhantes às pessoas que pesquisei.

Com esta primeira ilustração, quero deixar claro a todos que *Feirantes* trata de uma questão que vai bem além da Feira de Caruaru e das pessoas que nela trabalham. Afinal, os versos que recuperei de *Veneza, Veneza* talvez possam servir muito bem para também descrever a Feira de Caruaru, ou mesmo a grande feira que fica mais próxima da sua casa, leitor. Ou seja, o horizonte da discussão para a qual o livro quer contribuir é o de quem são as pessoas que compõem as classes trabalhadoras do Brasil e do mundo, e como elas administram pequenos negócios, quer estejam eles

numa feira em Caruaru, num camelódromo em Recife ou mesmo numa praia em João Pessoa.

É, aliás, lá de João Pessoa, que me vem a segunda ilustração. A história de um trabalhador e de sua família, que conheci recentemente.

José tem cerca de trinta anos. De origem humilde, seu pai tem, há muitos anos, uma barraca de praia da qual tirou, com a ajuda da mãe, o sustento dos filhos. Casou-se logo jovem com Carmélia e juntos têm dois filhos, Igor e Emília, com onze e sete anos respectivamente. Todos finais de semana e feriados, eles montam seu “comércio-barraca” nas areias de uma praia de classe média-alta da capital paraibana. Chegam cedo num carro velho repleto de banquinhos plásticos, caçarolas, isopores e demais utensílios necessários à montagem do negócio. Vendem cervejas, refrigerantes, caldos, arrumadinhos, caranguejos, e peixes fritos lá mesmo, num fogo de brasa improvisado numa churrasqueira feita do que foi um dia uma jante de carro.

Para estar ali naquela manhã, José precisou comprar peixes, tratar caranguejos, colocar cervejas para gelar, cozinhar feijão, cortar verduras, enfim, precisou desenvolver uma série de atividades essenciais ao negócio. Durante todo o dia, sua dinâmica de trabalho é impressionante. Atende um a um seus clientes com atenção e rapidez. Orienta o filho mais velho para fazê-lo do mesmo modo. A pequena Emília brinca com as demais crianças que conheceu ali mesmo na praia, mas também lava pratos numa bacia. A sua esposa, vez por outra, atravessa a rua rumo a um apoio que encontraram, num prédio em construção, para guardar parte da parafernália que utilizam.

Foi uma amiga, que teve acesso em primeira mão a um exemplar do livro, quem reparou algo que me deixou extremamente feliz. Disse-me ela que era sobre a vida e o modo como um trabalhador como aquele administra seu negócio que *Feirantes* tratava.

É justamente o que ela viu nas areias daquela praia que espero que os demais leitores possam também vislumbrar nos lugares onde vivem e em pessoas que apresentam origem social e trajetórias de vida similares as de José e dos feirantes. O livro talvez tenha potencial para ser comparado com a realidade de outras pessoas e negócios que apresentam, em termos de posição na hierarquia socioeconômica do país e do mundo, similaridades com os trabalhadores pesquisados. E, se eu estiver correto, em muitos casos, essa comparação será inspiradora e poderá iluminar a compreensão

da condição do trabalhador-administrador de um pequeno negócio como o foi neste caso.

Ou seja, *Feirantes* é fruto de uma pesquisa que foi desenvolvida para ser confrontada com outros estudos e realidades. Nestes, pessoas originárias das classes populares também montam um pequeno negócio para dar subsistência aos seus familiares ou mesmo alimentar o sonho de vir a ascender social e economicamente nessa hierarquia que mencionei anteriormente. Uma das considerações às quais chego a partir do livro é que “irmãos” dos feirantes podem estar hoje em outra atividade, mas também podem amanhã vir para a feira, ou mesmo já foram feirantes em outra ocasião.

Contribuições mais específicas, no sentido do conhecimento de quem são e de como administram seus negócios os membros das classes populares brasileiras, são especificadas no tópico seguinte no qual também recuperarei, em síntese, alguns dos dados e resultados apresentados anteriormente.

6.2.2 Para compreensão da vida e do trabalho dos feirantes de Caruaru

Um dos pilares básicos que nos move na atividade científica é a crença de que, por meio dela, é possível nos conhecer melhor como sociedade e, a partir deste conhecimento, subsidiar nossa capacidade de autoquestionamento e, também (possivelmente), de automodificação.

São basicamente em dois sentidos nos quais penso que *Feirantes* possa vir a contribuir especificamente para a compreensão da vida e do trabalho dos feirantes de Caruaru. O primeiro deles é o do autoconhecimento dos próprios feirantes acerca de aspectos decisivos e condicionantes de suas vidas e do modo como trabalham. Estes aspectos, por mais que estejam presentes em seus cotidianos podem não ser, por eles, compreendidos. É claro que sabem e fazem negócios de feira como muitos de nós, não feirantes, não somos capazes de fazer. Mas uma coisa é a prática, outra é a compreensão sobre ela, ou mesmo sobre o que a antecede e condiciona. É no sentido dessa compreensão que acredito existir contribuição neste livro⁴².

Ou seja, em que os feirantes de hoje parecem ou diferem de seus pais e, de modo geral, da geração anterior? Quais aspectos de suas trajetórias de

42 O que não quer dizer que apenas nós, os acadêmicos, somos capazes de vir a compreender tal condição, mas, sim, que é este aspecto crucial do nosso trabalho.

vida são determinantes para ser quem são hoje? Quais visões de mundo e de negócios orientam suas ações? Por que negociam daquela forma e não de outra? Como aprenderam a fazer o que fazem? São justamente questões como essas que, no meu modo de ver, são importantes para este autoconhecimento que coloquei acima.

O segundo sentido no qual penso *Feirantes* poder contribuir para compreensão da vida e do trabalho dos feirantes de Caruaru é o de ele vir a servir como ponto de partida para a realização de novos estudos sobre a realidade de vida e trabalho do público pesquisado e, assim, ao se conhecer melhor esta realidade, poder modificá-la. Quer seja por meio de políticas públicas ou mesmo pela própria mudança nos modos como pensam e agem os próprios feirantes.

Mas, de fato e em termos objetivos, em que consistem essas duas contribuições? Ou seja, quais são os resultados que as tornam possíveis?

Para responder a estas questões, precisarei recorrer a uma ilustração. Para tal, recupero, no quadro abaixo, dados e análises apresentados no capítulo dois de *Feirantes*.

Feirantes: resultados em síntese⁴³

Em sua maioria, os feirantes são filhos de agricultores e donas de casa (ou agricultoras) que nasceram e viveram num contexto rural-interiorano e que estudaram, em média, três anos. Embora, se comparados com seus pais, seja observado um número bem maior de feirantes que nasceram em Caruaru (o dobro, 40% contra 20%), a maior parte deles, assim como seus genitores, nasceu numa outra cidade do interior ou na zona rural (51%). Em termos conjugais, 77,8% dos feirantes se encontram engajados em relacionamentos estáveis contra apenas 8,9% de solteiros. Antes de se tornarem feirantes, a maior parte dos entrevistados teve alguma atividade informal (40%), ou mesmo um emprego formal (31,1%). Na faixa etária, 35,6% têm entre 35 e 44 anos e 28,9% entre 45 e 54, ou seja, a maioria (64,5%) está na faixa dos 35 a 54 anos.

No total, seis dentre dez dos feirantes não concluíram o antigo primeiro grau, enquanto apenas 15,6% deles completaram-no. No geral, a média de anos de estudos dos entrevistados foi de 7,1 anos. A diferença entre homens (37,5%) e mulheres (23,8%), dentre os que tiveram um emprego formal, é outro dado importante; ao serem perguntados sobre sua penúltima atividade econômica, o maior percentual dos entrevistados que responderam a pergunta (24,4%) afirmaram ter tido outra atividade informal, enquanto apenas 13,3% responderam que tiveram um emprego formal.

Duas comparações relacionadas ao desempenho de atividades econômicas podem ser feitas entre os gêneros, recuperando os extremos do quesito escolaridade. O analfabetismo (14% nas mulheres e zero nos homens) e a conclusão do antigo segundo grau (16,7% para os homens e

43 Estes dados apresentados e analisados no capítulo dois (p. 55-79) de *Feirantes* foram obtidos por meio de questionário aplicado junto a feirantes do ramo de alimentação (almoços e lanches) da Feira de Caruaru. Foram entrevistados 90% dos feirantes que tinham barracas, boxes ou quiosques de alimentação que abriam seus comércios diariamente (N=50). Os critérios obrigatórios atendidos pelos pesquisados foram (1) abrir ao menos cinco vezes por semana, (2) ser o proprietário do negócio, e (3) ter como principal produto de venda almoço ou lanche. O questionário foi estruturado em seis partes: 1 – Aspectos Familiares; 2 – Perfis dos entrevistados; 3 – Sobre histórico recente da atividade econômica e formação para desempenho da atividade econômica; 4 – Sobre a origem do negócio atual; 5 – Informações gerais da administração do negócio; 6 – Políticas Públicas (SÁ, 2011, p. 213-4). Todos os dados apresentados neste quadro podem ser conferidos tanto em tabelas ao longo do referido capítulo do livro quanto em seu *Anexo Estatístico*.

4,8% para as mulheres) podem ser diretamente relacionados à diferença no percentual de homens que tiveram atividades anteriores formais (37,5%) em relação às mulheres (23,8%). Se um dos requisitos básicos exigidos ao ingresso no mercado de trabalho formal é a escolaridade completa, aqueles que não o atendem estão em desvantagem. Algo que acaba por apontar aos não escolarizados um caminho que lhes é possível, o da informalidade.

A maioria dos feirantes teve, antes do seu comércio atual, outra atividade informal (40%), e se somarmos este quantitativo aos de atividades familiares comerciais (11,1%) ou rurais (6,7%), chegamos ao total de 57,8% de feirantes que antes tiveram uma atividade não formal. Mais de sete dentre dez dos comerciantes entrevistados não realizaram qualquer tipo de curso profissional, 75,6% dos feirantes aprenderam a fazer o que fazem na prática ou mesmo observando a prática alheia. Há pouco mais de doze anos que os feirantes pesquisados estão com este negócio no ramo de alimentação na feira, 26,7% dos feirantes tiveram na família, por empréstimo (2,2%), doação (6,7%) ou herança (17,8%), a fonte do capital necessário ao início do negócio.

Cada feirante tem, trabalhando em sua barraca diariamente, uma média de quase dois (1,71) trabalhadores além dele próprio. No entanto, este número fica em apenas um (1), se desconsiderados os trabalhadores pertencentes à família do proprietário. Em média, a definição de atividades e funções a serem desempenhadas apresenta frequências próximas entre as opções, funções definidas totalmente (28,9%), funções definidas parcialmente (35,6%) e funções não definidas (26,7%).

Mais de seis feirantes entre dez (62,2%) fazem “de cabeça” o acompanhamento da movimentação financeira do negócio. Enquanto isso, o percentual de feirantes que fazem este acompanhamento por escrito não passa de 13,3%. Quanto à receita semanal do negócio, a resposta mais frequente foi “não sabe estimar” (26,7%). A maior parte dos feirantes também diz não fazer conta de quanto lucrou (35,6%), mas 22,2% deles dizem fazer uma contagem semanal.

Mais de 60% dos feirantes pensam em expandir o seu negócio, algo contraditório se observado o percentual de feirantes, apenas 17,8%, que dizem poupar mais de cem reais por mês em comparação aos 64,4% que afirmaram não poupar nada. Quando os feirantes foram perguntados sobre políticas públicas que poderiam melhorar seu negócio, 31,1% apontaram a oferta de empréstimo e/ou maior acesso ao crédito e 20% para a melhoria da organização da feira e do turismo.

A condição de vida “dupla” (moderna e tradicional) do feirante pode ser observada ao longo dos dados que recuperei no quadro acima. O modo como os feirantes administram seus negócios ilustra o drama periférico vigente ainda hoje para grande parte da população mundial, ou seja, o confronto entre ter vindo ao mundo configurado de determinado modo e ser projetado para um “outro” com distinta configuração e noção de temporalidade (cf. BOURDIEU, 1979; SA, 2011a, p. 78).

As mudanças recentes promovidas pelo poder público municipal na Feira da Sulanca⁴⁴ – de local em 2010, e de dia (da terça para a segunda-feira) em 2011 – são mais indícios que apontam para o fato de que:

a condição precária do feirante vem à tona numa situação como essa. O seu comércio relativamente estável pode sofrer abalos a depender de mudanças promovidas pelo Estado ou pelo Mercado (por exemplo, com a concorrência dos polos de comércio das cidades vizinhas Toritama e Santa Cruz do Capibaribe). É esta situação insólita que caracteriza o feirante – e demais trabalhadores em situações similares no Brasil e mundo afora.

Os dados estatísticos [do quadro acima], obviamente somados aos resultados constantes nos demais capítulos de *Feirantes*, nos apoiam no sentido de afirmar que o feirante, assim como diversos outros trabalhadores brasileiros em condições similares, é um indivíduo que “joga” sem compreender plenamente (ou até mesmo parcialmente) as regras do jogo no qual está inserido. Não se apercebe tomando parte de um macrossistema e sofrendo as consequências das implicações que este traz à sua vida cotidiana (algo semelhante ao que Bourdieu constatou na Argélia). (SÁ, 2011a, p. 171-172).

44 Trata-se de uma feira que acontece há décadas no mesmo espaço físico no qual está instalada a Feira de Caruaru. É considerada parte integrante da segunda. Na realidade, ela avançava pelas ruas circunvizinhas da feira e reunia milhares de pessoas que lá procuravam vender e comprar confecções fabricadas principalmente em cidades da região, tais como Toritama e Santa Cruz do Capibaribe. Até março de 2011, acontecia sempre às terças, dia no qual se dava grande movimento para os feirantes fixos detentores de barracas-boxes de alimentação, por exemplo (SÁ, 2011a, p. 44).

6.2.3 *Para o debate científico e social sobre os feirantes de Caruaru, sobre os membros das classes populares do Brasil e do mundo, e sobre o modo como estes administram seus negócios*

Além das duas possíveis contribuições anteriormente apontadas, também acredito que *Feirantes* possa vir a ser útil ao debate científico e social sobre os feirantes de Caruaru, sobre os membros das classes populares do Brasil e do mundo, e sobre o modo como eles administram seus negócios.

Inicialmente, em termos do debate social, o que gostaria de dizer sobre esta questão está atrelado ao fato de desconhecer trabalho científico anterior com o foco na história de vida dos feirantes e no modo como administram seus negócios, que apresente abordagem sociológica, em particular a partir dos trabalhos de Pierre Bourdieu (1979, 1994, 2006, 2007) e Bernard Lahire (2004, 2005a, 2005b, 2006), ou mesmo que reúna e analise dados quantitativos e qualitativos coletados especificamente para tal como está posto em *Feirantes*. Ou seja, se há conteúdo, abordagem teórica, reunião de novos dados e análise destes (apoiada em lentes teóricas apropriadas), há possibilidades que podem ser abertas por um trabalho como esse se observada a dimensão social de um tipo de ciência que se projeta para o debate público.

Esta ênfase e desejo de debate para além dos muros da academia podem ser vistos no estilo da redação do livro. A sua configuração final é fruto de grande esforço, ao tentar ao máximo reduzir o rebuscamento presente em muitos textos científicos e, assim, procurar me fazer claro a um público mais amplo. Ao proceder deste modo, pretendi projetá-lo para, possivelmente, vir a ser um animador de discussões, na sociedade agrestina em particular, sobre a condição dos milhares de trabalhadores e negociantes, não somente das diversas feiras, que se dão diariamente em praticamente todos os bairros de uma cidade como Caruaru, mas também de outros trabalhadores que, em posições socioeconômicas semelhantes, enfrentam desafios similares aos dos feirantes.

Há outro ponto que acredito tornar possível um debate social sobre as questões que são tratadas no livro. O fato de o mesmo ir de encontro à visão vigente entre grande parte dos intelectuais locais e na sociedade caruaruense de modo geral. Diferentemente de uma “recorrente exaltação” que pode ser vista ao longo de décadas das virtudes e peculiaridades da feira e do que

fazem seus feirantes, os argumentos e dados reunidos e apresentados em *Feirantes* caminham em sentido distinto ao desta “exaltação dos atributos” da feira e daqueles que a fazem, ao procurar ser razoável sobre o modo como hoje estão, descobrindo-os do “manto” regionalista e culturalista que insistentemente encobre a realidade dos feirantes e de seus negócios. Ou seja, acredito existir, neste livro, uma contribuição para a desnaturalização de uma visão tradicionalista e conservadora que ainda hoje resiste na própria sociedade caruaruense sobre o seu fenômeno original. Assim como o mundo, a feira e os feirantes vêm mudando nas últimas décadas. Não atentar para isso é ignorar o caminhar da história e da própria humanidade e continuar a repetir acriticamente um “mito fundador” que cada vez mais se distancia da realidade.

De modo específico, existem mais dois aspectos que gostaria de destacar no que se refere às possíveis contribuições de *Feirantes* especificamente ao debate científico, (1) para a academia brasileira de pesquisadores da área de Administração e (2) para a academia brasileira de pesquisadores da área de Sociologia.

No primeiro caso, além do uso de teoria e método de pesquisa social para a compreensão de fenômenos que são administrativos, há uma mudança no tipo de organização e no tipo de administração que se estuda de modo mais amplo nessa Academia. Ou seja, tanto *Feirantes* pode ser visto como um trabalho-exemplo do que venho denominando de pesquisa social em administração⁴⁵, quanto é um modelo de pesquisa sobre o modo como administram seus negócios membros das classes populares brasileiras.

No segundo, a observação das práticas administrativas como um fenômeno social que se constitui a partir da trajetória de vida de um indivíduo – e do que ele assimila e se modifica a partir de contextos de socialização e de ação que interferem decisivamente na pessoa e no administrador que

45 “Entendo que fazer ‘pesquisa social em Administração’ é recorrer à teoria, epistemologia e metodologia originalmente desenvolvida nas Ciências Sociais para compreender e explicar fenômenos que estão diretamente relacionados às organizações (ou mesmo nelas se dão) e/ou aos indivíduos responsáveis ou envolvidos em seus processos administrativos, porém não implicando diretamente em prescrições para seu aperfeiçoamento ou mudança. Ou seja, fazer este tipo de pesquisa é usar desses aportes no sentido de compreender e explicar fenômenos que não são obrigatoriamente vinculados a aperfeiçoamentos na administração, mas que são relevantes tanto ao contexto no qual esta se dá, quanto aos indivíduos que são por ela responsáveis nas mais diversas realidades organizacionais.” (SÁ, 2011b, p. 95)

ele se torna. De modo geral, as práticas administrativas dos trabalhadores das mais diversas classes não constituem fenômeno social de interesse dos sociólogos. No entanto, não se pode deixar de observar que são práticas anterior e ulteriormente sociais também, ou seja, surgem a partir de uma sociedade e têm seus resultados efetivados nela.

Para fins de conclusão desta seção, vejamos, na citação literal abaixo, pontos de chegada que ilustram estas possíveis contribuições aqui apontadas, originalmente abordados ao final do capítulo cinco do livro.

Não gostaríamos de concluir este capítulo sem deixar claro ao leitor o que pensamos ser mais importante em nosso aprendizado sobre a forma como os batalhadores administram seus negócios. Acreditamos que a variável mais marcante para o modo como esses feirantes administram seus negócios são as disposições previamente incorporadas em contextos anteriores de trabalho. Ou seja, pensamos ser algo bastante claro, não somente neste, mais também nos demais capítulos deste livro, que parte significativa do aprendizado utilizado no trabalho pelos feirantes advém da experiência prática que eles têm ao longo de sua vida, tendo início nos valores elementares que incorporam na família na qual vêm ao mundo e são criados. [...]

De início, colocamos em suspensão questão sobre uma possível diferença entre o modo como um pequeno comerciante de feira administra seu negócio e o que se diz na administração que é encontrada nos círculos científicos, nas grandes e médias empresas, nos manuais mais vendidos e utilizados nos cursos da área. [...]

Na realidade, é bem diferente, sim, porém pensamos que seja talvez ainda mais na forma como as atividades do administrador-feirante são explicadas. Ou seja, por meio de arcabouço teórico disposicional que tem poder para explicitar como, social e historicamente, ele pode vir a administrar seu negócio como o faz hoje. Isso, sim, pensamos ser algo completamente diferente na academia de Administração, pois aqui fazemos uso de teoria social pertinente para construir novo olhar para as origens das práticas de gestão, podendo este olhar ser utilizado para a compreensão quer

seja das práticas de um pequeno comerciante de feira, quer de um homem de negócios de sucesso. (SÁ; BARBOSA, 2011, p. 163-164).

6.3 Considerações Finais

Gostaria de recuperar, em síntese, nestas considerações finais, alguns dos pontos da conclusão de *Feirantes*⁴⁶. Eles são importantes para deixar claro ao leitor como penso estar situada a questão dos trabalhadores de feira e seus similares no mundo de hoje.

Como o centro propulsor no capitalismo contemporâneo é deslocado das fábricas para as bolsas de valores internacionais (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009), é óbvio que mudanças ocorram tanto nas sociedades centrais, quanto periféricas. Isso não seria diferente no Agreste pernambucano, que vem apresentando, também, nas últimas décadas, mudanças no modo como seus habitantes vivem e trabalham. A configuração do eixo de produção e venda têxtil do Agreste tem se apresentado como um fenômeno que também pode ser visto como reflexo desta “nova ordem mundial” – que desloca para a periferia do sistema um aparato produtivo que durante certo tempo foi principalmente inerente à ideia de centro-urbano-capital.

O “regresso” à tríade periferia-rural-interior agora se dá de dois modos, o primeiro por meio das próprias indústrias, que, não mais centrais no sistema, se deslocam para países, regiões ou cidades menores (ou mesmo menos importantes na geopolítica mundial), atraídas pelos benefícios fiscais e pela mão-de-obra mais barata que lá encontram com facilidade bem maior que em centros mais competitivos. O segundo modo é o que principalmente interessa aqui. É justamente o que se dá por meio do regresso da população e/ou manutenção dos mais jovens em suas regiões de origem por meio de uma estrutura produtiva e de comercialização que se acopla ao capitalismo mundial e brasileiro contemporâneo. Movidos por grande vontade e força de trabalho, trazendo em seus corpos, mentes e corações as heranças de sua origem rural, a forte referência que lhes foi a família e não se mostrando plenamente adaptados às exigências do mercado de trabalho moderno – como se pode observar por meio dos dados acerca de quem

são e de como administram seus negócios –, os feirantes podem ser vistos como um exemplo das alternativas encontradas ainda hoje, na periferia do sistema, para o desempenho de atividade econômica de subsistência e/ou mesmo em busca por êxito socioeconômico.

Assim, simultaneamente à configuração de novas formas de produção domésticas, como os fabricos e facções, a atividade de feira pode ser vista como uma alternativa viável para uma geração de adultos não plenamente escolarizados, principalmente descendentes de famílias de agricultores-feirantes que fizeram a migração do campo para a cidade e que integram este mundo competitivo do qual fazem parte mesmo sem se aperceber. São eles que estão, como reflexo destas mudanças no capitalismo contemporâneo, deixando de ir tentar a vida em São Paulo (ou mesmo retornando de lá) e se engajando em alternativas locais como o polo de confecções que se consolida no Agreste pernambucano.

A insegurança em torno do futuro, que não lhe pode ser objeto de planos seguros já que poderá vender mais ou menos na próxima feira, ainda mais se houver uma outra mudança do seu local por exemplo, torna o feirante um tipo de indivíduo bastante dependente de um quadro contextual que foge em grande parte do seu alcance. É o mercado financeiro internacional, a concorrência local e o poder público municipal que arbitram, em diversos aspectos, sobre seus destinos. A falta de visão e ação associativa efetiva os deixam ainda mais à mercê das instituições modernas. De modo geral, não completamente escolarizados para terem ao menos chance de competir por subempregos, os feirantes podem ser caracterizados por sua condição de instabilidade relativa a depender de situação contingencial. É claro que parte deles se estabelece e consegue assim manter-se por anos e até mesmo transferir o negócio aos filhos ou mesmo projetá-los para uma vida melhor, mas estes são dois lados de uma mesma moeda.

Os feirantes, tanto como outros indivíduos que vivem-trabalham em condições similares, vivem o “drama” de não estarem plenamente aptos a atender aos requisitos que os tornariam empregáveis numa estrutura empresarial convencional. E, numa sociedade de mercado, ficam em suas margens, lá onde que travam a luta cotidiana tanto pela sobrevivência e/ou êxito econômico, quanto pela mudança em suas disposições mais arraigadas no sentido de adaptar-se ao mundo que lhes é imposto – tal qual fenômeno objeto dos estudos argelinos de Bourdieu. Isso, obviamente, não implica em

estar “à parte” desta sociedade, mas, sim, em ocupar-se de atividade que, geralmente, não é capaz de lhes conferir significativo volume de bens de consumo e simbólicos que diferenciam os indivíduos, detentores de maior reconhecimento social, na hierarquia valorativa desta sociedade.

Por meio da compreensão que apresenta sobre quem são aqueles que administram negócios de feira e de como o fazem, *Feirantes* pode vir a apoiar a concepção e implementação de políticas públicas efetivas para melhoria das condições de trabalho no comércio de feira na cidade e na região.

Não acredito que qualquer dos níveis do poder executivo, federal, estadual ou municipal, seja capaz de desenvolver políticas públicas pertinentes sem de fato conhecer a realidade daqueles para os quais uma delas será desenvolvida. É claro que o conhecimento científico não é o único modo de se aproximar da realidade de um conjunto de trabalhadores, no entanto, é produzindo-o que a ciência busca contribuir para a melhoria das condições de vida e trabalho em nossa sociedade. No papel de pesquisador social que acredito desempenhar, penso que, em *Feirantes*, está uma contribuição para que os formuladores de políticas públicas, realmente preocupados com a pertinência e a efetividade do que fazem, possam fazê-lo no que se refere aos feirantes, com mais este conjunto de informações e explicações reunidas sobre eles.

Na condição de pesquisador, creio que meu trabalho anteceda a própria geração dessas políticas, ou seja, deve justamente se voltar para a geração de conhecimento socialmente útil com fins de fundamentar a atuação dos gestores públicos e formuladores de suas políticas. No entanto, também penso que seja importante acenar para quem está na gestão pública sobre o que eu mesmo posso vislumbrar como sendo útil neste sentido, diante dos resultados de uma pesquisa como esta.

Um exemplo: o modo como os feirantes aprendem a fazer o que fazem.

Como proposta aos formuladores de políticas públicas para esse público, fica o convite de buscar alternativas de capacitação distintas do modelo de ensino-aprendizagem escolar que, muitas vezes, se tenta fazer valer também para feirantes que não aprenderam o que sabem-fazem principalmente na “escola” e, sim, desempenhando as mais diversas atividades profissionais em suas vidas. Ou

seja, a questão que aqui é proposta aos formuladores de políticas públicas é como melhor desenvolver capacidades administrativas destes pequenos comerciantes, se eles aprendem principalmente pela experiência prática própria e/ou pela observação da prática de outros e não sentados numa carteira escolar? (SÁ; BARBOSA, 2011, p. 163).

Por fim, entendo que para fazer avaliação mais apropriada da efetividade das contribuições apresentadas ao longo deste texto, o leitor poderá encontrar, na leitura de *Feirantes*, um caminho. Fica aqui o convite e a provocação para que, caso seja essa sua opção, você mesmo possa tirar a “prova dos nove”.

Referências

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. *O Novo Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009 [1999].

BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Perspectiva, 1979. [versão brasileira de *Travail et travailleurs en Algérie*, publicado originalmente em 1963].

_____. O camponês e seu corpo. *Rev. Sociol. Polit.*. Curitiba, n. 26, junho, 2006 [1962]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782006000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 3 maio 2010.

_____. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007 [1979].

LAHIRE, Bernard. *Retratos Sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. Patrimônios individuais de disposições: Para uma sociologia à escala individual. *Sociologia, Problemáticas e Práticas*. Portugal, n. 49, 2005a, p. 11-42.

_____. *L'esprit sociologique*. Paris: La Découverte, 2005b.

_____. *La condition littéraire: la double vie des écrivains*. Paris: La Découverte, 2006.

ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1994 [1972]. p. 46-81.

SÁ, Marcio. *Feirantes: Quem são e como administram seus negócios*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011a.

_____. Pesquisa Social em Administração: Uma Trajetória em Retrospectiva. In: _____. *Frutos do Agreste: sobre ensino e pesquisa em Administração*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011b. p. 89-110.

SÁ, Marcio; BARBOSA, Felipe C. Um feirante-batalhador e sua administração. In: _____. *Feirantes: Quem são e como administram seus negócios*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011. p. 145-164.

7 A CONDIÇÃO (DES)HUMANA: O TRABALHO NO AGRESTE PERNAMBUCANO A PARTIR DE HANNAH ARENDT

Fernando José do Nascimento

(Universidade Federal de Pernambuco – UFPE)

Adilson Silva Ferraz

*(Universidad de Buenos Aires – UBA/Associação Caruaruense
de Ensino Superior e Técnico – ASCES)*

7.1 Considerações iniciais

*A Feira de Caruaru,
Faz gosto a gente vê.
De tudo que há no mundo,
Nela tem pra vendê,
Na Feira de Caruaru.*

(A Feira de Caruaru, Onildo Almeida)

Trabalhar em fabricos, negociar na feira, ser vendedor ambulante... Essas são algumas das atividades mais comuns em nossa região, conhecida como um dos maiores polos de confecções do país. Aqui, não é exagero dizer que o comércio faz parte da própria cultura do povo e não é à toa o fato de o nome da principal cidade da região, Caruaru, ter sido propagado mundo afora a partir de signos identitários, como a sua feira livre. Entretanto, não devemos pensar que é fácil exercer essas atividades aqui, pois devido a uma série de particularidades, tais como o surgimento de novos polos de comércio em cidades próximas, gerando uma concorrência com os fabricantes e vendedores locais, a invasão de produtos asiáticos no mercado, a discussão sobre a mudança do local da feira, os problemas de segurança, a cobrança de tributos aos feirantes pelo município e o argumento de não haver o devido retorno em serviços, dentre outros. Ser feirante é um modo de existir marcado pela instabilidade. Além disso, o trabalho informal dos

feirantes de Caruaru, que será focado nesse texto, não possui o conjunto de garantias asseguradas ao trabalhador com carteira assinada, amparado pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o que fragiliza ainda mais sua atividade.

Diante dessa complexa realidade nem sempre percebida pelos próprios trabalhadores da feira, nos indagamos sobre a condição existencial daqueles que vivem mergulhados nesse contexto social. Só que uma resposta a essa questão depende de algumas reflexões prévias que iremos fazer acerca do que consideramos “humano” e “atividades propriamente humanas”. Como não pretendemos realizar uma abordagem antropológica (que poderia ser voltada para a cultura dos feirantes) ou sociológica (podendo ser voltada para a identidade dos feirantes e formação de grupos sociais), iremos refletir sobre a condição humana do trabalhador da região a partir do pensamento da filósofa alemã Hannah Arendt.

Utilizaremos como base principal sua obra *A condição humana*, já que esta oferece subsídios para nossa análise. Partindo deste referencial teórico, tentaremos responder à seguinte pergunta: em que medida o trabalho dos feirantes da região Agreste de Pernambuco leva os trabalhadores a uma condição (des)humana? Para tanto, devemos iniciar a trajetória da nossa reflexão discutindo sucintamente o desenvolvimento do conceito de trabalho, posteriormente o sentido do termo fabricar/produzir no pensamento de Arendt, para, então, concluirmos com nossa visão sobre a condição dos feirantes na região.

7.2 O Trabalho ao longo da História

Há muito tempo que o trabalho é considerado como um sinal de bênção e prosperidade, o que normalmente nos faz esquecer que ele não foi visto assim em grande parte de nossa história. A sabedoria popular atesta sua compreensão atual com alguns de seus “ditados”, tais como, “o trabalho edifica o homem” ou “todo trabalho honesto é digno”, etc. Mas, nem sempre, essa concepção predominou. Basta lembrarmos a passagem bíblica em que o Deus judaico-cristão condena o ser humano a ganhar o sustento com esforço: “Você comerá o seu pão com o suor do rosto” (Gn 3, 19), e, em seguida, o homem foi expulso do paraíso. O trabalho parece significar um castigo, por causa da desobediência atribuída aos primeiros humanos.

No período da Antiguidade, na civilização grega, conhecida como o berço da cultura ocidental, o trabalho era compreendido como um aprisionamento à necessidade, que o cidadão⁴⁷ precisava transcender para atingir a liberdade. Enquanto o aprisionamento à necessidade da produção e do consumo aproximava os homens dos animais, a liberação do trabalho para a liberdade e a atuação política significavam aproximação com os deuses, sendo, portanto, mais humano o ócio que o trabalho. É interessante também notar que a palavra “trabalho” tem sua origem etimológica em *tripalium*, que era um aparelho de tortura, formados por três paus, em que os homens condenados e animais eram atados para serem castigados. Percebe-se, desse modo, a associação da palavra com a ideia de tortura, sofrimento, pena e dor.

Na verdade, apenas na Modernidade, com a ascensão do capitalismo, é que assistimos à emergência da ideia do trabalho como uma atividade que leva o trabalhador a uma condição digna. A antiga maldição do Deus judaico-cristão se converte em uma obrigação moral na sociedade da época, quando o trabalho passa a ser visto como determinante para que haja a dignidade humana e ascensão social. Neste sentido, o precursor da exaltação do trabalho na modernidade foi o filósofo contratualista John Locke, que, na segunda parte da sua obra “Dois Tratados sobre o Governo Civil”, apresenta o esforço metabólico como o fundamento da propriedade privada. Nestes termos, afirma Locke (2006, p. 409):

Embora a Terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada um tem uma *propriedade* em sua própria *pessoa*. A esta ninguém tem direito algum além dele mesmo. O trabalho do seu corpo e a obra de suas mãos, pode-se dizer, são propriamente dele.

Esse trecho que está presente no “Segundo Tratado” ilustra bem o sentido dessa obra do autor, pois além de destacar o objetivo inicial do texto de Locke, que era mostrar a igualdade de direitos sobre os bens naturais a todos os homens, destaca que o princípio da propriedade está no trabalho. O exemplo das maçãs nos ajuda a entendermos a posição de Locke (2006, p. 410, grifo nosso) sobre a importância do trabalho:

47 Devemos lembrar que, na sociedade grega, nem todos eram considerados cidadãos, mas somente os gregos homens maiores de idade, o que excluía os estrangeiros, escravos, mulheres e crianças.

Aquele que se alimenta das bolotas que apanha debaixo de um carvalho ou das maçãs que colhe nas árvores do bosque com certeza delas apropriou-se para si mesmo. Ninguém pode negar que o alimento lhe pertença. Pergunto então quando passou a pertencer-lhe: Quando o digeriu? Quando o comeu? Quando o ferveu? Quando o levou para casa? Ou quando o apanhou? Fica claro que, se o fato de colher o alimento não o fez dele, nada mais o faria. Aquele *trabalho* imprimiu uma distinção entre esses frutos e o comum, acrescentando-lhes algo mais do que a natureza.

Torna-se claro, então, a percepção do autor em relação ao trabalho, como o elemento da condição humana que permite a afirmação do indivíduo, visto que, naquele período histórico, ter propriedade não era apenas sinal de possuir bens, mas ter um lugar no mundo, fazer parte do mundo comum dos “homens de bem”. A glorificação do trabalho empreendida por Locke o leva a defender que é no interesse da defesa da propriedade que surge a sociedade civil em contraposição ao estado de natureza.

Dois séculos após Locke, o pensador que mais estudou o trabalho no campo da filosofia foi Karl Marx, que, ao procurar denunciar a relação de exploração entre as classes burguesa e proletária, colocou o trabalho como aquilo que melhor caracteriza o humano, como algo próprio à natureza do humano. Para Marx (1987, p. 32), o que distingue o homem dos demais animais é a sua capacidade produtiva, pois, enquanto trabalha, também projeta racionalmente o que produz. Observa ainda que “o trabalho é atividade vital do operário, a própria manifestação da sua vida” (MARX, 1987, p. 36), que vende para poder sobreviver. O trabalho deixa, então, de ser compreendido como a característica fundamental da existência humana e passa a ser uma mercadoria alienada a um terceiro, a um outro, ao capitalista.

Após esta breve explanação, vamos interpretar, a seguir, a condição do trabalho no Agreste pernambucano, em especial, a situação dos feirantes da Feira de Caruaru, a partir da ótica da pensadora de Hannover.

7.3 O Trabalho no Pensamento de Hannah Arendt

No ensaio *Trabalho, Obra, Ação (Labor, Work and Action)*, publicado por Arendt em meados da década de 1960, as seguintes questões são apresentadas: Em que consiste uma vida ativa? O que fazemos quando estamos ativos? Entretanto, a polêmica interpretação de Arendt sobre o que seria uma vida ativa marca uma obra escrita alguns anos antes, intitulada *A Condição Humana* (1958), onde ela analisa as condições da existência humana na terra, a relação entre a esfera pública e a privada, a formação de uma sociedade de consumidores, a alienação, anunciando que teria havido, a partir da modernidade, um predomínio da atividade que é própria ao *homo laborans*, o homem do labor, em detrimento da ação, a atividade política. No prólogo do livro, Arendt afirma que não buscou oferecer respostas a estas preocupações, mas que queria propor uma reconsideração da condição humana à luz das novas experiências e temores mais recentes (ARENDDT, 2010, p. 6).

Na obra *A Condição Humana*, encontramos uma análise das três atividades humanas que Arendt afirma fazerem parte de nossa *vita activa*, e que, a depender da tradução do original em inglês, podem ser vertidos como labor (*labor*), fabricação/produção (*work*) e ação (*action*)⁴⁸. Ao falar

48 Existem divergências quanto à tradução dos conceitos relativos à *vita activa*. A própria autora observa a dificuldade em diferenciar seus significados, pois todas as línguas europeias, antigas ou modernas, conteriam duas palavras etimologicamente independentes para a mesma atividade; o grego distinguiria *ponein* de *ergazesthai*, o latim *laborare* de *facere* ou *fabricare*, o francês *travailler* de *ouvrer*, o alemão *arbeiten* de *werken*. Em todos os casos, os equivalentes de labor teriam a conotação de experiências corporais, de fadigas, penas e tribulações, ou dores do parto (ARENDDT, 2005, p. 179). Os verbos *travailler* e *arbeiten* teriam quase perdido seu significado original de dor e sofrimento, enquanto que *Work*, *oeuvre* e *Werk* tenderiam a ser utilizados em relação a obras de arte (ARENDDT, 2010, p. 81). Roberto Raposo, tradutor de *A Condição Humana*, preferiu traduzir *Labor*, *Work* e *Action* de forma literal, como labor, trabalho e ação, enquanto que Adeodato discorda, ponderando que o verbo obrar não é adequado, preferindo utilizar fabricação ou produção de objetos para *Work*. A confusão se dá porque não temos uma palavra específica no português para *Work*, além de que há uma identificação peculiar entre “trabalhar”, e seu produto final, o “trabalho” (ADEODATO, 1989, p. 178-179). Dentre os críticos da tradução de Roberto Raposo encontra-se Theresa Calvet de Magalhães, que argumenta que com a tradução literal “Fica difícil compreender toda a polêmica antimoderna de Hannah Arendt, sua crítica ao conceito de trabalho de Marx e à importância atribuída, na época moderna, ao conceito de trabalho produtivo” (MAGALHÃES, 2002, p. 10). Em vários trechos da tradução de Roberto Raposo, haveria uma confusão entre os termos, como por exemplo, na segunda divisão do terceiro capítulo [*labor*, no original] e na primeira divisão do quarto capítulo [*work*, no

nessas três atividades, ela remete a dimensões que nos constituem, sem as quais não poderíamos ser propriamente humanos. Um primeiro olhar sobre as três atividades basilares da condição humana pode nos causar um espanto: afinal, há diferença entre laborar e fabricar/produzir? Além disso, poderíamos nos perguntar: essas duas atividades são tipos de ação e, nesse sentido, o que ela quer dizer quando fala em “ação”?

Para compreender a filosofia da autora, temos que nos reportar à Antiguidade Grega, não ao chamado Período Clássico, mas aos Tempos Homéricos. A partir daquela experiência originária de civilização, ela propõe que ressignifiquemos o humano, que nos dias de hoje estaria submerso em uma crise de sentido. Apesar disso, ela tem consciência de que é impossível repetir a história e o modelo grego, por isso, o que pretende é, na verdade, chamar a atenção para que repensemos o humano em sua dignidade própria.

Na Grécia Antiga, a condição do escravo, limitado às atividades de manutenção da vida dos seus senhores, era considerada inumana e, ao mesmo tempo, condição necessária para que os senhores dominadores tivessem tempo livre para a atividade cidadã. A concepção de humano era indissociável da de cidadão e, portanto, apenas estes poderiam participar ativamente da vida política. Essa atividade de manutenção da vida é o que Arendt chama de “labor”. Corresponderia à atividade para com a natureza decorrente do próprio processo biológico ao qual o homem é submetido, visando à satisfação das permanentes exigências do metabolismo, que vai do nascimento à morte. O produto dessa atividade não é duradouro, se esvai à medida que é desenvolvido, produzido e consumido.

Os gregos antigos desprezavam o labor por ele dizer respeito às necessidades da vida e acreditavam que a sua liberação era indispensável para o exercício da liberdade. É por isso que, segundo Arendt, se justificava a escravidão naquele período, pois apenas através da subjugação de outros para satisfazerem as necessidades vitais é que se podia conquistar o tempo livre para a dedicação ao que era mais verdadeiramente humano, a política. Assim, podemos perceber que para os antigos a escravidão não era instrumento de exploração, “mas sim a tentativa de excluir o labor das condições de vida humana” (ARENDDT, 2010, p. 104).

original] (MAGALHÃES, 2002, p. 10). Escolhemos utilizar, respectivamente, labor (*Labor*), fabricação/produção (*Work*) e ação (*Action*).

Uma atividade menos desprezada, mas que também não era valorizada, era a dos artesãos, que com seus trabalhos davam uma contribuição significativa para a construção da cidade-estado grega. É uma atividade que encontra seu sentido apenas da produção e criação de utensílios que se interpõem entre o homem e a natureza, estabelecendo um mundo de coisas para o bem-estar humano, uma natureza artificial. Isso é o que a autora chamou de “fabricação ou produção”, realizada pelo *homo faber*⁴⁹. A fabricação seria, então, uma atividade que escaparia ao sentido puramente biológico do ciclo vital da espécie, pois produziria um mundo artificial de objetos que possuem durabilidade, que, inclusive, tenderiam a durar mais do que a própria existência de seus criadores. Esses objetos se desgastam, mas não seriam destruídos pelo consumo humano e, por isso, seriam dotados de certa independência com relação ao homem que os produz, enquanto que o produto da atividade do homem que labora (*animal laborans*) não permaneceria tempo suficiente no mundo para adquirir este atributo.

Estes objetos de uso derivados da fabricação dariam ao mundo a estabilidade e a solidez indispensáveis para o abrigo da criatura instável que é o homem. Mesmo quando não usamos estes objetos, eles tenderiam a se degradar e retornar ao processo natural do qual foram retirados:

A cadeira, se abandonada à própria sorte ou expelida do mundo humano, converter-se-á novamente em madeira, e a madeira se deteriorará e retornará ao solo do qual a árvore brotou antes que fosse derrubada para se tornar o material sobre o qual operar (*work*) e com o qual construir. (ARENDDT, 2005, p. 183).

Arendt explica que, embora o uso não deixe de desgastar estes objetos, este não é o fim da atividade desenvolvida, ao contrário do labor, em que há inevitavelmente a destruição, o consumo do bem.

49 Arendt explica que a palavra latina *faber*, que se relaciona provavelmente com *facere* (fazer alguma coisa, no sentido de produção), aplicava-se originalmente ao fabricante e artista que trabalhava com materiais duros, como pedra ou madeira, e era também a palavra usada como tradução do grego *tekton*, que teria a mesma conotação. A palavra *fabri*, designava especialmente os operários de construção e carpinteiros. Quanto ao termo *homo faber*, que certamente tem origem moderna e pós-medieval, ela diz que não pôde determinar onde e quando a expressão surgiu pela primeira vez (ARENDDT, 2010, p. 169).

Para compreendermos melhor a diferença entre o labor e fabricação, devemos olhar para a coisa produzida. Se o objeto produzido tivesse como finalidade o consumo e a manutenção da vida, diria respeito ao labor, se era feito para durar e se tornar parte de nossa condição humana, então, estaríamos no âmbito da fabricação. Esta ainda se diferencia do labor pelo seu papel de ser construtora e parte da condição humana da mundanidade, ou seja, da pertença a um mundo. Acompanhemos o exemplo de Arendt (2010, p. 115) para esclarecer essa diferença:

A distinção entre labor e trabalho, que nossos teóricos tão obstinadamente desprezaram e nossas línguas tão aferradamente conservaram, torna-se realmente apenas uma diferença de grau quando não se leva em conta o caráter da coisa produzida [...]. A distinção entre um pão, cuja “longevidade” no mundo dificilmente ultrapassa um dia, e uma mesa, que pode facilmente sobreviver a gerações de um padeiro e um carpinteiro.

Já a “ação”, que alguns autores contemporâneos preferiram manter como no original “práxis”, era a atividade vista como a melhor para os gregos antigos. A ação dizia respeito ao direito e a liberdade de participação nas deliberações públicas, sendo intimamente associada à ideia de democracia. Mas aqui não nos referimos ao modelo representativo que, *grosso modo*, emerge na história depois da Revolução Francesa, mas a um modelo radical, em que todos os cidadãos participavam diretamente e em situação de igualdade. Na pólis grega, o âmbito doméstico, privado, era o espaço onde predominava o despotismo, o domínio de uns sobre os outros (do chefe de família sobre a esposa, os filhos e os escravos), enquanto que o espaço político, próprio à ação, surgiu como um lugar em que aqueles que tinham se libertado da preocupação para com suas necessidades vitais podiam agir de forma livre e construir um mundo comum através de feitos e palavras. O debate, a tentativa de persuasão e a tomada de decisão em relação aos interesses da coletividade distinguiam os cidadãos dos homens comuns, que apenas laboravam ou produziam. Aqueles que tinham a oportunidade de participar desse meio eram considerados, naquele contexto, humanos em seu sentido próprio.

Desse modo, a ação é uma categoria central no pensamento de Arendt, que procede a uma análise conceitual que tem como objetivo desvelar o seu sentido perdido na tradição. Observa que a ação, no sentido originário, corresponde ao termo grego *arkhein* e, posteriormente, ao latino *agere*, que significam começar, conduzir, guiar e pôr alguma coisa em movimento. Ao mesmo tempo, é um termo que se aproxima dos correspondentes *práthein* e *gerere*, mas, em sentido secundário, tendo em vista que esses dois últimos termos significam levar a cabo alguma coisa, permanência e sustentação de atos passados. Para Arendt, a ação é uma iniciativa singular (*arkhein*), manifestando, portanto, a individualidade do seu agente, mas que ainda é conduzida por vários participantes (*práthein*), o que demonstra que ela só tem sentido entre outros seres humanos.

É essa atividade que manifesta a pluralidade humana, isto é, a nossa característica de ser únicos na companhia de uma multidão que, em certo sentido, nos é igual. Isso parece um paradoxo? Arendt (2010, p. 220) admite que: “a pluralidade é a paradoxal pluralidade de seres singulares”, definindo-a como “[...] a condição humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (ARENDDT, 2004, p. 16).

Precisamos levar em conta que Arendt teve sua formação inicial com Heidegger e Karl Jaspers, considerados os maiores expoentes da Filosofia da Existência. Para os pensadores dessa escola, que tentam resgatar a dignidade do humano frente a uma tendência anterior de enxergá-lo como uma peça na grande engrenagem do mundo e da história, a Filosofia deveria valorizar a singularidade humana, isto é, o *Quem* (a identidade única e intransferível) em contraposição ao *Que* (nossos dons, qualidades, defeitos) que se é.

A compreensão de Arendt de que a pluralidade singulariza a existência humana é importante para notarmos que, para a autora, a companhia dos outros, em liberdade e igualdade, é o nosso lugar próprio. Quando falamos em “lugar próprio” nos referimos àquilo que é capaz de ressaltar a dignidade e devolver o sentido, adequados para a construção de uma sociedade de respeito às diferenças, pluralista, e de direitos iguais. No entanto, para ela, vivemos em “tempos sombrios” em que a ação e, conseqüentemente, a pluralidade são negadas.

7.4 O Trabalho no Agreste Pernambucano e o Feirante: a (des) humanização do humano

*No início era a ação.
(GOETHE, 1984, p. 77)*

Um das características do Agreste pernambucano é a sua economia voltada para o comércio, que, em grande parte, gira em torno da confecção. Entre as principais cidades do Agreste está Caruaru, que é considerada a sua capital e ainda conhecida como a “princesinha do Agreste”. Com uma população de cerca de 300 mil habitantes, a feira da cidade é um dos principais meios de produção de riqueza da região, de modo que muitos dos caruaruenses sobrevivem exclusivamente de suas atividades. A feira faz parte do dia a dia da população, mudando o ritmo da vida semanalmente, seja pela participação direta na compra ou venda de produtos, como com relação a outros aspectos, tais como o aumento do volume de carros no centro da cidade, a vinda de pessoas de outros estados ou a participação de artistas que se apresentam publicamente.

Basta um olhar mais atento à Feira de Caruaru para perceber que esta representa o sentido da vida de muitos que lá trabalham. Não só porque eles se ocupam daquele espaço, usam para suas atividades, mas porque estas pessoas estão aprisionadas a um contexto social, na maioria das vezes, herdado, onde o que está em jogo é sua própria sobrevivência. Assim, participar da feira para estas pessoas não se apresenta como uma possibilidade, não significa o exercício da liberdade, mas representa, de forma crucial, a submissão ao ciclo biológico inerente a todos. Para se ter uma ideia, há casos de pessoas que, inclusive, moram na feira e para quem o banco onde negociam é também o lugar em que realizam todas as atividades comuns aos seres humanos. Mas, para além das condições físicas, urge outra questão, a existencial. A partir da perspectiva político-existencial de Hannah Arendt, podemos afirmar que estas pessoas apenas sobrevivem, isto é, que têm toda a sua existência voltada para a manutenção da vida, por permanecerem aprisionados ao mundo da necessidade e acabarem por não se afirmar como propriamente humanos.

Durante a era moderna, teria havido um triunfo da necessidade, da atividade do labor, fazendo com que o *animal laborans* ocupasse o *locus* da

esfera pública. O que antes era um conjunto de atividades privadas passa a ser uma preocupação e uma exigência públicas. É quando há uma inversão na *vita activa*, pois, se antes, na Antiguidade Grega, a ação era considerada a atividade mais elevada, na modernidade, quando a ação já havia sido substituída pela fabricação, o labor que vai passar a predominar.

A ação logo passou a ser, e ainda é, exclusivamente entendida em termos de fazer e fabricar, só que o fazer, dada a sua mundanidade e inerente indiferença à vida, era agora visto como apenas outra forma de labor, uma função mais complicada mas não mais misteriosa do processo vital. (ARENDETT, 2010, p. 322).

A glorificação do labor acaba por inserir o homem num círculo vicioso de reprodução material que tem como objetivo a manutenção de sua vida, à custa da perda da política e em favor da lógica do consumismo e da acumulação de riquezas. Se antes os gregos eram convictos de que o máximo que o homem pode atingir é o aparecimento e a realização de si mesmo na esfera política, na Modernidade, o *homo faber* teria consagrado a ideia de que os produtos feitos pelo homem poderiam vir a valer mais que o próprio homem (ARENDETT, 2010, p. 208). A ausência da própria identificação da existência da *vita activa* na época moderna seria um reflexo dessas mudanças.

Podemos, então, levantar o problema da discussão sobre as questões humanas fundamentais negadas a essas pessoas. Inicialmente, o fato de permanecerem no âmbito da necessidade implica afirmar que também estão aprisionadas à esfera privada. Isso significa que lhes falta a participação em um espaço público de debate sobre as questões fundamentais da vida, tais como dignidade, liberdade, igualdade, direitos, etc. Falta-lhes a ação! Como esclarece Mujica (2006, p. 42), a pluralidade seria a condição básica da ação e do discurso, e que possuiria o duplo aspecto da igualdade e da diferença:

A ação supõe sempre interação, pela qual se requer sempre a presença de vários que se encontram em condições de igualdade. Ao mesmo tempo, esta esfera confirma a pluralidade da experiência e personalidade únicas e estabelece um mundo comum que relaciona e separa os atores humanos. Este mundo comum é a esfera pública.

O termo público empregado por Arendt denotaria dois fenômenos intimamente ligados, mas distintos. O primeiro diria respeito ao fato de que tudo que vem a público poderia ser visto e ouvido por todos. Por este motivo, só haveria público quando estivéssemos na companhia dos outros (*inter homines esse*). Quando trouxéssemos para essa esfera as coisas que são experimentadas somente na privacidade, elas assumiriam o caráter de uma realidade diferente da que existia antes, e seria a presença de outros, que veem e ouvem o que é dito, que sustentaria essa realidade. Em segundo lugar, o termo público denotaria o próprio mundo, que não seria idêntico à natureza, mas teria a ver com os negócios realizados entre os homens.

Ora, não nos referimos aqui a algo de grandeza inalcançável, mas à criação de espaços de debates onde os indivíduos possam se compreender e exercer o que existencialmente caracteriza o humano. O espaço público não se formaria apenas nas instituições políticas oficiais, mas poderia encontrar-se em todas as outras esferas da atividade humana. Um humano que viva exclusivamente preocupado e voltado para a manutenção da vida não pode ser considerado propriamente humano, faltando-lhe a possibilidade de participar daquilo que caracterizou o surgimento do humano em si no berço da civilização ocidental.

Não estamos querendo desmerecer o feirante, ao contrário, o importante é perceber que se devem desenvolver políticas públicas que propiciem que eles se organizem em grupo, formando associações ou outras formas de grupos socialmente organizados, que lhes permitam o exercício da cidadania, uma política de politização dos feirantes, fazendo com que eles tenham a possibilidade de discutir e se preocupar com questões outras que não apenas aquelas que dizem respeito à manutenção da vida.

Tal situação não é exclusiva do feirante, várias outras classes de trabalhadores vivem da mesma forma, aprisionadas a um círculo vicioso que não lhes permite o desenvolvimento de uma consciência política e uma participação ativa através do debate público. A vida destas pessoas é voltada para a produção e consumo que tão bem caracterizam a necessidade latente presente na manutenção da vida. Entretanto, a vida humana não se reduz a essa perspectiva, de modo que é importante ter acesso a um espaço de igualdade em que se debata sobre o que é melhor para a comunidade, para o povo.

Dessa forma, podemos perceber claramente a situação desumana dos trabalhadores da Feira de Caruaru, no sentido empregado por Hannah

Arendt. A dimensão existencial da pessoa humana é tão importante quanto as demais e não está desconectada das outras. A situação precária de vida e o aprisionamento ao mundo da necessidade e do trabalho significam que estas pessoas ainda não transcenderam a dimensão animal que nos constitui. Não por não ter capacidade para isso, mas por faltar oportunidade. Para tanto, é imprescindível o estabelecimento de políticas públicas que visem à criação de espaços público-políticos que lhes possibilitem uma vida plena de sentido.

Referências

- ADEODATO, João Maurício. *O Problema da Legitimidade: – no rastro do pensamento de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. trad. Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- _____. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- _____. Trabalho, Obra, Ação. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*. n. 7, 2/2005.
- GOETHE, Johann Wolfgang Von. *Fausto*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1984.
- LOCKE, John. *Dois Tratados sobre o Governo Civil*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- MAGALHÃES, Theresa Calvet de. Hannah Arendt e a Desconstrução Fenomenológica da Atividade de Querer. In: CORREIA, Adriano. *Transpondo o Abismo: Hannah Arendt entre a Filosofia e a Política*. Rio de Janeiro: Forense, 2002. p. 11-31.
- MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital*. 4. ed. São Paulo: Global, 1987.
- MUJICA, Pedro. Participación Ciudadana y Esfera Pública según Hannah Arendt. In: FIGUEROA, Maximilano. *Totalitarismo, Banalidad y Despolitización: La actualidad de Hannah Arendt*. Santiago: LOM, 2006. p. 35-49.

8 **COMPETÊNCIAS LABORAIS: deslocamentos conceituais e perspectivas de pesquisas**

Kely César Martins de Paiva

(Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG)

8.1 Introdução

A reflexão apresentada neste capítulo tem por finalidade propor o deslocamento do conceito “competência profissional” para “competência laboral”. Este deslocamento se faz necessário e oportuno tendo em vista uma série de peculiaridades e alterações nas exigências no campo do trabalho a que os indivíduos têm se submetido e nas relações pluridimensionais que desenvolvem no seu cotidiano.

Tal submissão é entendida como uma forma de o sujeito se manter no mercado de trabalho formal, o que nem sempre é possível, dadas questões como o avanço tecnológico, que inegavelmente vem gerando mais desemprego que outras oportunidades, e mudanças nas relações empregatícias e de trabalho, o que está diretamente relacionado a alterações na própria forma como as organizações tem se estruturado, com redução de níveis hierárquicos e sobrecarga de trabalho.

Para dar conta dessa realidade e se manter empregado, o trabalhador se encontra fragilizado em face do desenvolvimento de relações que Pagès et al. (1987) caracterizam como “pluridimensionais”, ou seja, relações corporificadas nas políticas e práticas de gestão de pessoas e que integram as instâncias econômicas, ideológicas, políticas e psicológicas de modo cada vez mais sofisticado e sutil.

Nesse contexto, encontra “eco” o discurso das competências profissionais, já que este vai ao encontro de necessidades dos dois atores sociais aqui observados, a saber, a organização e o empregado. Para as organizações, o discurso das competências tem se mostrado muito conveniente, já que se concretiza mais uma forma de atribuir ao sujeito toda e qualquer responsabilidade por seu desempenho e pelos resultados “valiosos” que deve gerar. Já para o empregado, tal repertório tem se

relacionado a um diferencial em termos de capacitação formal que pode contribuir para a manutenção de sua permanência e ascensão dentro da organização. Assim, no mundo do trabalho, a palavra competência tem assumido diversos significados, normalmente alinhados a características dos indivíduos ou das suas atividades produtivas e a resultados decorrentes (MCLAGAN, 1997). Devido às muitas transformações no mundo do trabalho, novos conceitos e redimensionamentos têm surgido sobre o assunto competências, ou seja, é um conteúdo que existe muito a ser estudado e discutido (FIDALGO; FIDALGO, 2007).

Parece persistir, então, a proposição de Le Boterf (2003), segundo o qual o conceito de competência está em construção. Note-se que muitos autores têm tentado discernir sobre esse construto, porém alinhando-o ao conceito de qualificação. Nesse sentido, Dutra, Hipólito e Silva (1998) sublinham que para autores como McClelland e Dailey (1972) e Boyatzis (1982), que realizaram seus trabalhos nas décadas de 1970 e 1980, competência significa o conjunto de qualificações que um indivíduo detém para executar um trabalho com um nível superior de performance.

Após a década de 1980, outros autores citados por Dutra, Hipólito e Silva (1998), como Le Boterf (1999), Zarifian (1996) e Jacques (1990), contestaram tal conceito de competência, associando-o às realizações das pessoas, àquilo que elas provêm, produzem, entregam. Este segundo grupo percebe que o fato de uma pessoa possuir as qualificações necessárias para um determinado trabalho não garante que elas sejam realmente utilizadas e, conseqüentemente, que se realize tal atividade produtiva. É nesta segunda linha que esta reflexão se pauta. Desse modo, conceitos que relacionam competência a “um saber”, “uma habilidade”, “um conhecimento” ou, ainda, “uma atitude” estão alinhados às qualificações e não às competências do sujeito e podem capacitá-lo a realizar uma série de atividades, porém não garantem que elas sejam efetivamente “entregues” (DUTRA, 2004).

Entende-se que o conceito de competência vai além da simples qualificação. Zarifian (2001) afirma que ele relaciona-se com a capacidade do indivíduo de assumir iniciativas, estar além do prescrito, compreender e dominar situações em constante mutação, ser responsável e reconhecido por outros. Assim, como

ressaltam Brígido (1999) e Ramos (2001), qualificação refere-se à organização, ao posto de trabalho ou cargo,

à potencialidade de ação, à possibilidade/facilidade de transferência, a algo estático e absoluto no tempo e no espaço. Já competência relaciona-se à profissão (ou ocupação), ao indivíduo, aos resultados reais por ele obtidos, à dificuldade/impossibilidade de transferência, a algo dinâmico, processual, relativo. Enfim, a competência depende da maneira como ela é vista. Portanto, ela é uma “construção social” (STROOBANTS, 1993; TOMASI, 2004). (PAIVA, 2007, p. 38).

A compreensão da competência profissional como construção social evoca uma relação mais ampla do que simplesmente entre empregado e organização. Conforme Ramos (2001), essa diz respeito ao empregado e à organização e também às instituições de ensino, enquanto atores privilegiados na capacitação formal e na formação e desenvolvimento de competências, e ao Estado, enquanto ator que fomenta e regula as relações entre tais atores no mercado.

Essa compreensão também diz de processos mais profundos vivenciados pelos empregados e um modelo analítico que permite aprofundar nesse sentido é o adaptado por Paiva (2007) em sua tese de doutoramento.

8.2 O Modelo Analítico de Competências Profissionais de Paiva (2007)

O modelo inicialmente considerado é o apresentado por Cheetham e Chivers (1996, 1998, 2000). Estes autores consideram aspectos processuais e dinâmicos, assim como individuais, coletivos e sociais, além de atentar para macrorresultados (da atividade profissional), microrresultados (de atividades específicas) e resultados parciais (de uma atividade específica) gerados pelo sujeito, observados e avaliados por ele mesmo e por terceiros. O núcleo do modelo é constituído por quatro componentes centrais, e, em cada uma destas componentes, consideram-se grupos de habilidades e conhecimentos mobilizados pelos sujeitos em suas ações cotidianas, a saber: componente cognitiva (conhecimentos técnicos, teóricos, formais da base da profissão e do contexto organizacional; conhecimentos tácitos); componente funcional (conhecimentos de especificidades do posto de trabalho, de processos internos; capacidades mentais e físicas para realização do trabalho); componente comportamental (domínio de

aspectos comportamentais, relacionais e sociais, entre e intraprofissionais); componente ética (empatia em termos de valores pessoais e profissionais).

Paiva (2007) acrescentou a componente política ao modelo, tendo em vista a necessidade de se considerar as relações de poder inerentes a qualquer estrutura organizacional e, daí, às razões e formas de atuação do profissional na teia política intra e interorganizacional. Tal componente contempla habilidades pessoais, profissionais, organizacionais e sociais.

Sobre tais componentes estariam as metacompetências ou transcompetências, as quais poderiam ser observadas na ação diária do sujeito em termos de: comunicação, criatividade, solução de problemas, aprendizagem e autodesenvolvimento, agilidade mental, análise e reflexão. Como resultados da competência profissional, Cheetham e Chivers (1996, 1998, 2000) alinham os percebidos pelo próprio sujeito e pelos outros, aos quais ele tem acesso por meio dos mecanismos de *feedback*. Tais percepções dos resultados (em termos macro, micro e parciais) levariam o profissional à reflexão sobre a ação e, também, na ação. Da mesma maneira, consideram-se, nesse modelo, as variáveis *personalidade e motivação*, já que ambas influenciam decisões pessoais acerca das necessidades e das possibilidades reais e potenciais de se fazer coisas. Por fim, os autores reconhecem a importância do contexto de trabalho e do ambiente de trabalho para a competência profissional. Cheetham e Chivers (1998, p. 273) conceituam o contexto como “a situação particular na qual um profissional é requisitado a operar”. Já ambiente é conceituado como “as condições físicas, culturais e sociais que envolvem um indivíduo no trabalho”.

A Figura 1 permite visualizar o referido modelo adaptado.



Figura 1 – Modelo de Competência Profissional adaptado por Paiva (2007)

Fonte: Adaptado de Paiva (2007) e Paiva e Melo (2008)

Assim, o conceito de competência profissional com o qual se tem trabalhado é: mobilização de forma particular pelo profissional na sua ação produtiva de um conjunto de saberes de naturezas diferenciadas (formados por componentes cognitivas, funcionais, comportamentais, éticas e políticas) de maneira a gerar resultados reconhecidos individual (pessoal), coletiva (profissional), econômica (organização) e socialmente (comunitário). Já o processo de gestão de competências tem sido conceituado como: conjunto de todos os esforços individuais, sociais, coletivos e organizacionais no sentido da formação e do desenvolvimento de competências e metacompetências, fundamentados na reflexão do sujeito na e sobre sua própria ação, propiciando resultados em termos macro, micro e parciais, observáveis pelo indivíduo e por terceiros. Estes conceitos, inicialmente delineados em Paiva (2007), vêm sendo refinados ao longo de diversos trabalhos, relatados mais adiante na “agenda atual”.

Note-se que o diferencial desse modelo de competências profissionais está no reconhecimento das componentes que pautam as ações dos sujeitos no seu cotidiano, cujas avaliações em termos de terem sido, ou não, “competentes” transcendem às percepções individuais. Além

disso, a visão dinâmica do processo de formação e desenvolvimento de competências promove uma visão ampliada do fenômeno, não o reduzindo a algo estático ou acabado, típico da qualificação.

Mais além, esse modelo tem se constituído uma semente para outras reflexões. Assim como a aprendizagem pode ser “contestada” de vários ângulos – politicamente, ideologicamente, pragmaticamente etc. –, como apontaram Rodrigues, Child e Luz (2004), a competência profissional também pode assumir esse viés e ser contestada no cotidiano, já que: nem sempre o que se entrega é julgado como valioso por terceiros ou pelo próprio sujeito; nem sempre o sujeito reflete sobre seu comportamento – sua reflexão é sempre posterior à sua ação – na profundidade em que deveria e nem sempre ele altera seu modo de agir em função dessa avaliação; nem sempre lhe é conveniente ou possível mudar seu curso de ação; nem sempre seus resultados “tangíveis” são o que determina sua avaliação por terceiros etc.

Por outro lado, os modos pelos quais o trabalho vem se realizando na sociedade não estão centrados apenas nas organizações formais, mas também em outras formas de sustento, menos estruturadas, voltadas para a informalidade. O que se verifica, agora, é a necessidade de se ampliar esse modelo de maneira a incluir tais “outras formas”, encaixando-se, aqui, por exemplo, o trabalho informal e o trabalho artesanal, dentre outras possibilidades. Propõe-se, então, um deslocamento conceitual de “competências profissionais” para “competências laborais”.

8.3 De “Competências Profissionais” para “Competências Laborais”

O deslocamento conceitual de “competências profissionais” para “competências laborais” permitirá analisar competências de trabalhadores, independentemente do nível de formalização do trabalho que eles realizam. O insight para esse deslocamento surgiu durante o *I Workshop sobre Trabalho, Ocupações e Profissões no Brasil*, realizado em 2010, na Fundação Joaquim Nabuco (Recife, PE). Durante as palestras, observou-se que o conceito até então delineado restringia-se a trabalhadores que ocupavam cargos formais dentro de organizações e que tinham se certificado formalmente em alguma profissão.

Assim, tornou-se premente a necessidade de tal deslocamento, de modo a tornar o conceito mais robusto e, principalmente, adequado à realidade de trabalho mais ampla. As palavras, então, foram analisadas uma a uma, e o conceito de “competências laborais” foi explicitado da seguinte maneira: “mobilização de forma particular pelo trabalhador na sua ação laboral de conjuntos de saberes de naturezas diferenciadas (formados por componentes cognitivos, funcionais, comportamentais, éticos e políticos) que gerou resultados reconhecidos individual (pessoal), coletiva (profissional), econômica (organização) e socialmente (comunitário)”.

As adequações propostas ao conceito original foram basicamente quatro:

- a) de “profissional” para “trabalhador”, para considerar o trabalho realizado e entregue pelo sujeito em qualquer situação laboral, independentemente do nível de profissionalização da sua ocupação;
- b) de “ação produtiva” para “ação laboral”, para abarcar todo e qualquer tipo de resultado, tangível ou não tangível;
- c) de “um conjunto de saberes” para “conjuntos de saberes”, indicando que o repertório dos conjuntos de saberes é mais amplo, dada a diversidade dos trabalhos possíveis;
- d) de “de maneira a gerar” para “que gerou”, para retirar qualquer vestígio de potencialidade de ação, categórico do conceito de qualificação, e mostrar que o reconhecimento do resultado e, portanto, da competência (e dos componentes que a compõem) é posterior à sua entrega.

Nesta “nova” perspectiva, as componentes do modelo também são ampliadas. A componente cognitiva passa a tratar de conhecimentos técnicos, teóricos e tácitos a respeito do trabalho, seu ambiente e seu contexto. A componente funcional, por sua vez, amplia para conhecimentos de especificidades do trabalho e processos relacionados, e mantém capacidades mentais e físicas para realização do trabalho. A componente comportamental amplia para o domínio de aspectos comportamentais, relacionais e sociais, entre trabalhadores de atividades semelhantes e, também, distintas. A componente ética passa a dizer respeito à empatia

em termos de valores pessoais e relacionados ao trabalho. Por fim, a componente política remete a habilidades pessoais e laborais no trato social relativo aos jogos de poder.

O conceito de gestão de competência não sofreu alterações, porque se adéqua ao deslocamento proposto, assim como à agenda atual e às perspectivas propostas na sequência.

8.4 Agenda de pesquisa “em curso”

A agenda de pesquisa que está em desenvolvimento nasceu com a tese *Gestão de competências e a profissão docente: um estudo em universidades no Estado de Minas Gerais*, defendida em 2007. Ela se caracterizou por abordagem essencialmente qualitativa e contou com triangulações de teorias (integrando os aportes institucional sobre as profissões e fenomenológico acerca das competências) e intramétodo (coleta de dados por meio de entrevistas e aplicação de técnica projetiva de associação de figuras). Essa agenda contempla a orientação de dissertações de mestrado e outras pesquisas que vêm sendo realizadas desde então. De modo sumário, tais pesquisas são:

- a) dissertação *Competências Gerenciais: Um Estudo no Segmento de Negócios de Limpeza Urbana e Saneamento de uma Construtora Mineira*, defendida por Prata (2008), focada na função gerencial e que utilizou o modelo analítico de Quinn et al. (2004), sendo essa pesquisa essencialmente quantitativa;
- b) dissertação *Competências Profissionais de Professores-Arquitetos: um estudo em três universidades da cidade de Belo Horizonte*, defendida por Roquete (2009), que utilizou o modelo de Paiva (2007), sendo essa pesquisa essencialmente qualitativa;
- c) dissertação *Competências do Enfermeiro: um estudo em um hospital privado de Belo Horizonte*, defendida por Dias (2009), focada na função gerencial do enfermeiro e suas competências ideais e reais; esse estudo comparativo (enfermeiros e outros membros da equipe de enfermagem) utilizou-se do modelo analítico de Quinn et al. (2004) e contou com triangulações de dados e entre métodos (abordagens quantitativa e qualitativa);

- d) dissertação *Formação e Desenvolvimento de Competências Profissionais no Ensino Superior: um estudo comparativo sobre tecnólogos*, defendida por S. Silva (2009), pautada no modelo de Fleury e Fleury (2001) e nas diretrizes curriculares dos cursos de tecnólogos; esse estudo comparativo (ex-alunos e suas chefias nas empresas) teve caráter quantitativo, e contou com triangulação de dados;
- e) dissertação *Competências Gerenciais: um estudo de caso em uma empresa do segmento óptico mineiro*, defendida por F. Silva (2009), esse estudo comparativo (gestores e não gestores) utilizou-se do modelo analítico de Quinn et al. (2004) e contou com triangulações de dados e entre métodos (abordagens quantitativa e qualitativa);
- f) dissertação *Competências Profissionais de Enfermeiros-Gestores de Unidades de Saúde no Setor Público de Contagem, MG*, defendida por Sousa (2010), esse estudo comparativo (enfermeiros em cargo de gestão e outros profissionais das unidades) contou com triangulação de dados e teve caráter essencialmente qualitativo e utilizou o modelo analítico de Paiva (2007);
- g) dissertação *Competências Profissionais de Enfermeiros-Gestores: um estudo no Hospital Governador Israel Pinheiro*, defendida por Martins (2010), um estudo de caráter essencialmente qualitativo pautado no modelo de Paiva (2007).
- h) dissertação *Competências Gerenciais: percepções de subordinados de uma prestadora de serviços*, defendida por Figueiredo (2011); utilizando o modelo de Quinn et al. (2004); este estudo comparou competências gerenciais esperadas (ideais) e efetivas (reais) de gestores na percepção de subordinados, contando com triangulação entre métodos (abordagens quantitativa e qualitativa).

Além desses estudos já finalizados, estão em andamento três pesquisas que integram o projeto *Competências profissionais e gestão de competências em profissões na área de saúde: um estudo com médicos e enfermeiros em Minas Gerais*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, Fapemig. Estas pesquisas têm caráter essencialmente qualitativo e estão contando com triangulação intramétodo,

já que, além da coleta de dados por meio de entrevistas, serão aplicadas técnicas projetivas de associação de figuras.

Diante dos resultados que vêm sendo apresentados e discutidos em tais pesquisas, percebem-se três aspectos que merecem destaque. O primeiro diz respeito à academia, especificamente quanto ao conceito de competência e à forma como tal agenda vem se desenrolando. Quanto ao conceito, tem-se notado que a “politização” do conceito promovida em Paiva (2007) trouxe avanços para compreensão do construto e, principalmente, para os fenômenos que vêm se desnudando. A componente política traz à tona relações imprescindíveis para os resultados dos trabalhadores, mas ainda é tratada por eles como algo obscuro, difícil de ser revelado, pois seu caráter é ambíguo. Já no que tange à forma como as pesquisas vêm sendo realizadas, um certo ecletismo tem sido promovido e três “novidades” são sublinhadas. Usando-se as dimensões de Burrell e Morgan (1979), a primeira novidade é de cunho metodológico, pois se têm mesclado aportes ideográfico (profissões) e nomotético (nível gerencial); a segunda, epistemológica, diz de pesquisas positivistas (funcionalista) e não positivistas (fenomenológica); e a terceira, ontológica, já que se tem trabalhado tanto com realismo (visão de “terceiros”) como com nominalismo (perspectiva do próprio indivíduo). O que se tem buscado, de fato e na medida do possível (obviamente!), é integrar para conhecer, ou seja, desenvolver pesquisas diferenciadas que permitam, na agenda futura, fazer opções adequadas ao estudo das competências laborais.

O segundo aspecto relaciona-se às organizações e aos trabalhadores que têm aberto as portas e se disponibilizado para as pesquisas. Um grande problema tem se verificado nesse sentido, pois, apesar de permitirem sua realização mediante a promessa de retorno dos dados, o agendamento desse retorno tem sido dificultado por vários motivos, principalmente o excesso de trabalho e, daí, a falta de tempo. Na perspectiva do modelo analítico, isso tem rompido com a reflexão na e sobre a ação, denotando que o tempo para refletir parece não ser reconhecido como valioso para os envolvidos, o que pode comprometer o processo de gestão das competências dos trabalhadores, quer por eles próprios (esforços individuais) quer pelas organizações onde estão inseridos.

E o terceiro aspecto decorre dos anteriores: há interesses em jogo que expõem outras questões como: quem quer escutar? quem quer escutar

sobre si mesmo? quem quer mudar? quem pode mudar? Estas perguntas se impõem a qualquer agenda de pesquisa, inclusive a que se segue.

8.5 Perspectivas para uma agenda futura

Diante dos achados nas pesquisas que vêm sendo realizadas, de como eles vêm sendo discutidos, e das próprias limitações observadas nas investigações e no seu retorno para as organizações e para os trabalhadores, são delineadas perspectivas para investigações futuras, as quais abraçam tanto conexões temáticas como aportes metodológicos, dadas as possibilidades que o deslocamento realizado permite.

Do ponto de vista temático, além do estudo das competências laborais em si, outros temas podem ser trabalhados conjuntamente, já que, na realidade, eles não operam de modo desintegrado. Assim sugere-se mesclar o estudo das competências laborais com as seguintes temáticas:

- a) o tempo, enquanto categoria de análise que vem crescendo nos estudos organizacionais e mostrando como pessoas com alinhamentos e preferências temporais distintas trabalham de modo diferenciado;
- b) o espaço, categoria também em ascensão que tem trazido à tona o caráter contextual da gestão e do comportamento humano;
- c) a identidade, pois o que se entrega diz de quem se é e como esse ser vai se reconfigurando ao longo da vida e das experiências laborais, em particular, dada a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea;
- d) os trabalhadores de níveis hierárquicos diferenciados, como é o caso dos que exercem função gerencial, dada a importância desses postos na consecução do trabalho no interior de organizações formais;
- e) os trabalhadores de contextos laborais diferenciados em termos de níveis de formalidade, incluindo-se artesãos, feirantes, ambulantes etc. e quaisquer outros considerados “informais”;
- f) as relações de poder e de trabalho, já que a competência pode mexer e até subverter os jogos políticos no campo do trabalho, inclusive pelo fato de poder ser “contestada”;

g) as outras temáticas como comprometimento, cultura, valores do trabalho e organizacionais, qualidade de vida, estresse ocupacional, *burnout*, justiça no trabalho, atitudes retaliatórias, vínculos organizacionais etc., já que a competência vai alterar e ser alterada por tais dimensões do comportamento.

Quanto às opções metodológicas, as sugestões são:

- a) continuar desenvolvendo estudos que promovam triangulação. Esta pode se dar de variados meios, como mostram Collis e Hussey (2006):
- de dados: mesclando dados de diferentes atores sociais e também considerando-se o que o indivíduo pensa a seu respeito e como ele entende a percepção reportada por terceiros;
 - entre métodos: coletando dados por meios típicos de abordagens diferenciadas, como questionários (abordagem quantitativa) e entrevistas (qualitativa), com vistas a dar amplitude e profundidade à compreensão do fenômeno;
 - intramétodos: coletando dados por meios peculiares de uma determinada abordagem, como entrevistas, grupos focais, técnicas projetivas (associação de figuras, construção de desenhos, fotografia etc.) numa perspectiva qualitativa;
- b) desenvolver e validar escalas que promovam coletas de dados mais amplas e também comparações entre grupos de trabalhadores, tipos de organizações, setores produtivos etc.;

Acredita-se que o cumprimento desta agenda promoverá avanços no estudo das competências laborais no Brasil e, secundariamente, trará contribuições para os atores sociais envolvidos. Àqueles que se identificaram com as ideias aqui discutidas, boas pesquisas!

Referências

BOYATZIS, R. E. *The Competent Manager: a model for effective performance*. New York: Wiley, 1983.

BRÍGIDO, R. V. Criação de uma Rede Nacional de Certificação de Competências Nacionais. In: *Certificação de Competências Profissionais: discussões*. Brasília, DF: OIT, MTE/FAT, 1999.

BURRELL, G.; MORGAN, G. *Sociological Paradigms and Organizational Analysis: Elements of the Sociology of Corporate Life*. Part I. London: Heinemann, 1979.

CHEETHAM, G.; CHIVERS, G. A New Look at Competent Professional Practice. *Journal of European Industrial Training*, v. 24, n. 7, p. 374-383, 2000.

_____. The Reflective (and Competent) Practitioner: a model of professional competence which seeks to harmonise the reflective practitioner and competence-based approaches. *Journal of European Industrial Training*, v. 22, n. 7, p. 267-276, 1998.

_____. Towards a Holistic Model of Professional Competence. *Journal of European Industrial Training*, v. 20, n. 5, p. 20-30, 1996.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. *Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação*. Porto Alegre: Bookman, 2006.

DIAS, H. C. V. B. *Competências do Enfermeiro: um estudo em um hospital privado de Belo Horizonte*. 2009. 145 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) — Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte. 2009.

DUTRA, J. S. *Competências: Conceitos e instrumentos para gestão de pessoas na empresa moderna*. São Paulo: Atlas, 2004.

DUTRA, J. S., HIPÓLITO, J. M.; SILVA, C. M. Gestão de Pessoas por Competências. In: ENANPAD, 22, 1998, Foz do Iguaçu. *Anais... Foz do Iguaçu*: ANPAD, 1998.

FIDALGO, N. L. R.; FIDALGO, F. Reflexos sociais da lógica de competências: o processo de individualização em foco. In: FIDALGO, F.; OLIVEIRA, M. A. M.; FIDALGO, N. L. R. (Org.). *Educação Profissional e a Lógica das Competências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 17-70.

FIGUEIREDO, S. V. S. *Competências Gerenciais: percepções de subordinados de uma prestadora de serviços*. 2011. 96 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) — Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte. 2011.

FLEURY, A.; FLEURY, M. T. L. *Estratégias Empresariais e Formação de Competências*. São Paulo: Atlas, 2001.

JACQUES, E. In Praise of Hierarchy. *Harvard Business Review*, jan./fev., 1990.

LE BOTERF, G. *Objéctif: compétence*. Paris: Liaisons, 1999.

_____. *Desenvolvendo a Competência dos Profissionais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MARTINS, V. L. V. *Competências Profissionais de Enfermeiros-Gestores: um estudo no Hospital Governador Israel Pinheiro*. 2010. 101 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) — Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte. 2010.

McCLELLAND, D. C.; DAILEY, C. *Improving Officer Selection for the Foreign Service*. Boston: McBer, 1972.

McLAGAN, P. A. Competencies: the next generation. *Training and Development*, p. 40-47, may 1997.

PAGÈS, M. et al. *O poder das organizações*. São Paulo: Atlas, 1987.

PAIVA, K. C. M. *Gestão de competências e a profissão docente: um estudo em universidades no estado de Minas Gerais*. 2007. 278 f. Tese (Doutorado em Administração) — Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2007.

PAIVA, K. C. M.; MELO, M. C. O. L. Competências, Gestão de Competências e Profissões: Perspectivas de Pesquisa. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 12, n. 2, p. 339–368, 2008.

PRATA, S. C. F. *Competências Gerenciais: Um estudo no segmento de negócios de limpeza urbana e saneamento de uma construtora mineira*. 2008. 106 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) — Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte. 2008.

QUINN, R. E. et al. *Competências gerenciais: princípios e aplicações*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

RAMOS, M. N. *A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez, 2001.

RODRIGUES, S. B.; CHILD, J.; LUZ, T. R. Aprendizagem Contestada em Ambiente de Mudança Radical. *Revista de Administração de Empresas - RAE*, v. 44, n. 1, p. 27-43, jan/mar 2004.

ROQUETE, R. F. *Competências Profissionais de Professores-Arquitetos: um estudo em três universidades da cidade de Belo Horizonte*. 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) — Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte. 2009.

SILVA, F. *Competências Gerenciais: um estudo de caso em uma empresa do segmento óptico mineiro*. 2009. 115 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) — Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte. 2009.

SILVA, S. A. L. *Formação e Desenvolvimento de Competências Profissionais no Ensino Superior: um estudo comparativo sobre tecnólogos*. 2009. 95 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) — Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte. 2009.

SOUSA, S. C. *Competências Profissionais de Enfermeiros-Gestores de Unidades de Saúde no Setor Público de Contagem-MG*. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) — Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte. 2010.

STROOBANTS, M. *Savoir-Faire et Compétence au Travail*. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, 1993.

TOMASI, A. Qualificação ou Competência? In: _____. (Org.). *Da Qualificação à Competência: pensando o século XXI*. Campinas, SP: Papirus, 2004.

ZARIFIAN, P. *Objetivo Competência: por uma nova lógica*. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. *A Gestão da e pela Competência*. Centro Internacional para Educação, Trabalho e Transferência de Tecnologia. Rio de Janeiro, 1996.

9

TRABALHO: INCLUSÃO E EXCLUSÃO?

Luiz Alex Silva Saraiva

(Universidade Federal da Paraíba – UFPB)

O conhecimento liberta. De tudo.

9.1 Introdução

Neste capítulo, tomo como tarefa discutir, sob uma perspectiva analítica, os elementos associados à prática de pesquisa em relação à sociedade, suas demandas e particularidades. Para isso, após esclarecer minha posição geral em relação à pesquisa no que tange ao trabalho que desenvolvo, apresento pressupostos em que me baseio ao pesquisar e formar pesquisadores, a concepção da pesquisa que assumo, e agenda que tenho levado a cabo nesse sentido. Em seguida, invisto em analisar a relação entre trabalho, inclusão e exclusão para discutir a simultaneidade desses processos, a questão da ideologia e do suporte dos pares, e os resultados esperados de tal agenda de pesquisa.

Como não acredito em qualquer tipo de objetividade no conhecimento produzido pelo homem, preciso esclarecer de início que o lugar de onde falo é permeado pela minha subjetividade. Isso implica serem as reflexões que inicio nesse momento fruto de uma trajetória peculiar, que não pretende ser universal e tampouco correta, apenas uma versão, entre as tantas disponíveis, dos fatos. Na medida do possível, tal esclarecimento trata de pôr o peso necessariamente relativo nas minhas palavras, de maneira que elas não impliquem prescrição ou correção, mas uma posição, que pode mudar com o passar do tempo à medida que eu próprio evoluir. Mas que reflete o que penso hoje.

Atualmente sou professor da Universidade Federal de Minas Gerais, tendo tido a oportunidade de usufruir a educação pública brasileira. No meu caso, isso marca um tipo de formação voltada para a pesquisa, para a ideia de que o conhecimento que interessa é público, e por isso precisa ser disponibilizado para a sociedade. Isso me levou a me engajar na pesquisa

como uma forma de resposta social como estudante e, hoje, como professor, a conduzir estudos engajados no propósito de conhecer para emancipar. Acredito plenamente na epígrafe deste texto, de que o conhecimento liberta. Para mim, ignorâncias e preconceitos, vieses e mentiras, omissões e silêncios, a tudo isso podemos transcender se conhecemos. E é nesse sentido que encaro o adjetivo “superior” da educação levada a cabo em universidades como o lugar de onde se fala quando se conhece, em relação a onde se estava, um processo de elevação. Não que eu acredite que apenas o conhecimento científico leve a isso, longe disso; esse raciocínio é elitista demais para mim. Mas que conhecer permite uma espécie de elevação humana, pois passo a olhar de cima para onde eu estava quando ignorava.

Conhecer, portanto, é um direito imanente do ser humano. Querer conhecer pode ser algo desejado ou não pelos homens e mulheres. Mas é algo que só pode ser decidido por eles, não cabendo a quem quer que seja limitar o acesso ao conhecimento, ou gerenciar o quanto o outro pode conhecer. Já que se trata de condição humana essencial, é um processo sem intermediários, porque, ainda que outros possam me apresentar a novas informações, elas precisam fazer sentido no meu mundo, pois serei eu o usuário primeiro do que conheço.

Como essa é uma das minhas crenças básicas como indivíduo, também acredito na capacidade das pessoas, em geral, e dos estudantes, em particular, de conhecer. Isso não implica apenas ajustes cognitivos a absorver o que lhes é apresentado de forma elitista e unilateral como o “conhecimento que importa” nas universidades. Os estudantes são capazes, porque, antes de qualquer coisa, são seres humanos que têm capacidade virtualmente ilimitada de serem o que bem desejarem. É fato que, por uma série de fatores, nem sempre os indivíduos conseguem se realizar ao longo das suas vidas e, em muitos casos, sequer conseguem tomar consciência do seu potencial. Mas eles podem, porque poder é uma condição ontológica, e é o que importa.

Esse sempre foi o meu norte na concepção de pesquisas. Pesquisar, para mim, além de constituir uma questão de curiosidade para com o mundo que me cerca, diz respeito a algo essencialmente social. Não apenas porque não pesquiso sozinho, mas principalmente porque, embora eu eventualmente seja o primeiro a entrar em contato com as perguntas que levanto e com as respostas que obtenho, o conhecimento que ajudo a gerar

não me pertence. É social a sua origem e o seu destino, e nada mais faço no meu papel dentro do percurso que escolhi para mim do que devolver à sociedade à qual pertence aquilo que pesquiso. O ambiente social em que me insiro, assim, é que define o quanto o que pesquiso é relevante, oportuno e útil, atuando como um balizador de minhas ações como pesquisador.

Embora essa concepção de pesquisa seja complexa, já que reduz o potencial de arbitragem do pesquisador ao seu grupo social de referência, isso não implica se deixar aprisionar pelo contexto. Socialmente, em um dado momento, pode não haver espaço para o desenvolvimento dessa ou daquela abordagem de pesquisa, o que não significa que seja vetada ao pesquisador a possibilidade de levá-la adiante. Mas o que ponho em pauta é que, cedo ou tarde, o uso que será feito do conhecimento produzido precisará de respaldo social, e é nesse sentido que alerta para ideias magníficas que nada dizem a não ser ao ego inflado de seu pesquisador.

Ainda que seja algo diretamente associado ao ensino e à extensão, porque como pesquisador não concebo me propor a ampliar o que conheço sem que possa incrementar o que posso aprender, ensinar e devolver à sociedade em que me insiro, a pesquisa pode eventualmente desses dois aspectos independe. Nesses casos, é preciso ter claro que a finalidade última da pesquisa é servir à sociedade, sendo necessário sempre destacar a ética na produção do conhecimento, o que não se limita ao preenchimento de formulários e protocolar solicitações nos comitês de ética em pesquisa, como muitos acreditam, mas se refere a uma atitude voltada ao bem comum, que considere a utilidade social do conhecimento produzido e a questão da emancipação humana.

Se conheço, me emancipo, porque me liberto de tudo a que eventualmente estava atado. E amplio o contato que tenho com o mundo que me cerca a partir do momento em que o conheço, mas ao mesmo tempo me endereça uma responsabilidade de zelar por deixar o caminho livre para que outros possam ter acesso à mesma experiência também. Isso não significa que se trata de algo pelo qual todos os indivíduos têm de compulsoriamente passar para que se realizem, mas que lhes permita a possibilidade de percorrerem esse caminho, se isso for de seu interesse também.

9.2 O trabalho, a inclusão e a exclusão

Foi para mim interessante refletir retrospectiva e analiticamente sobre o que tenho pesquisado ao longo da minha trajetória, tendo sido muito satisfatório constatar que o trabalho – tema que me interessou desde os meus primeiros passos – sempre integrou a minha agenda de pesquisas. Analiso que é fascinante pensar sobre o que se esconde sob o manto da ética do trabalho, que aparentemente não cumpre outro papel do que o de valorizar os que trabalham (LIMA, 1988). A quem interessa tal discurso? Quais os seus desdobramentos? O que não é dito? Há outras formas de pensar a respeito? Essas, entre muitas outras indagações, orientaram alguns dos meus passos, mas o mais importante é que permitiram que eu me conscientizasse que o trabalho inclui e exclui simultaneamente, o que se deve observar atentamente.

Não tenho dúvidas de que o trabalho é um dos elementos mais importantes da vida da sociedade ocidental desde o século XVIII e, possivelmente, por isso, muito próximo da esfera da administração, área em que atuo. Essa proximidade ocorre de maneira não casual já que a administração foi criada para constituir o braço armado da economia (AKTOUF, 2004). Embora, nessa área, o trabalho seja sistemática e pobremente reduzido a algo sobre o qual controles precisam ser criados, testados, aplicados, gerenciados e aperfeiçoados, trata-se de um elemento que precisa ser problematizado à luz do olhar da sociedade.

É importante contextualizá-lo analiticamente para poder mesmo entender suas configurações e implicações atuais. O jeito pelo qual as pessoas trabalham não é um dado, mas uma construção, que é resultado de fluxos e embates políticos há séculos. Se é assim, mais ou menos cansativo, doloroso, alienante, qualificado, ou enriquecedor, é preciso desnaturalizar as condições para tomá-las como algo construído à luz de diversas referências, que normalmente hierarquizam e organizam categorias de maneira a torná-las produtivas (SARAIVA; PROVINCIALI, 2002). Entretanto, há uma série de desdobramentos não produtivos no trabalho que precisa de olhares atentos.

A dimensão social associada ao trabalho é um desses desdobramentos. Pelo fato de a maioria de nós não poder simplesmente optar pelo não trabalho, já que ser produtivo é condição de subsistência, resignamo-nos a converter o ambiente profissional em um contexto tão

recheado de interações sociais quanto outro qualquer. Não que sejam coisas rigorosamente separadas vida profissional e vida social, mas é curioso termos de transformar nossos colegas, com os quais temos de conviver por trabalharmos juntos, em amigos, pessoas que integram nossa vida além do contexto de trabalho. Os critérios pelos quais somos selecionados a integrar equipes de trabalho, na maior parte dos casos, colocam em segundo plano quem somos em detrimento do que podemos produzir. Ao transformarmos em amigos profissionais que virtualmente são entidades autônomas produtivas, não convertemos de forma resignada alocações produtivas em investimentos afetivos?

Outro desdobramento é a dimensão ética do trabalho. De algo mal visto na Idade Média, período em que só trabalhava quem não podia “contemplar a Deus”, após a Revolução Industrial, o ser humano se transformou em “ser produtivo”, algo disseminado com tamanha força que a culpa por não trabalhar passou a ser um mal dos nossos tempos. Antes de qualquer coisa, trabalhar é realizar um propósito ético, pois, como aponta Lima (1988), é concretizar a ética protestante mostrando que não houve desperdício de vocações. Em nome do trabalho, se sacrifica todo o resto, pois é preciso produzir. A quem essa lógica atende? Será que a nós, indivíduos? A criatura que criamos, o capitalismo, ficou mais forte do que os seus criadores, cabendo a nós nos oferecermos como submissas oferendas em um ritual que nos consumirá e depois passará a outros momentos da liturgia do culto ao deus mercado?

Parece-me que quem trabalha desfruta de uma simultânea dupla condição, incluída e excluída. Trabalhar implica produzir, contribuir – embora, muitas vezes, não se saiba exatamente para que – para que as coisas permaneçam como estão. Isso significa assentir com uma certa ordem, que é, sem dúvida, confortável, já que os lugares estão postos à mesa e sabemos precisamente o que esperar. Mesmo que só tenhamos direito a migalhas do banquete (FRIEDMAN, 1983), se nosso papel é claro, não sofremos com as incertezas do que pode ser. Essa abstrata ordem social a que me refiro se concretiza em pequenas ordenações como a distribuição de níveis distintos de escolaridade e de reconhecimento, valorização e legitimação pelas diferenças, de setores econômicos, de portes e de atividades de organizações, e de estruturação em cada uma delas. Um esquema cômodo em que as coisas funcionam, em síntese.

Entretanto, o mesmo trabalho que inclui, exclui. Quantos de nós já não se perguntaram sobre se a vida era só isso: acordar cedo, dirigir-se ao trabalho, trabalhar e voltar para casa, ansiando pelo final de semana e pelo período de férias? Por que outras possibilidades de existência, em que fizéssemos o que desejamos ao invés do que devemos, nos parecem estapafúrdias? Estar incluído por meio do trabalho significa também deixar de exercer uma possibilidade de ser livre que está em todo ser humano, ajustando-nos ao ritmo ditado pela obrigação de ser produtivamente incluído. Isso inclui acordar, comer, produzir e até mesmo reproduzir nos momentos apropriados, de maneira que tudo funcione adequadamente. Excluímos-nos de parte da nossa condição humana ao nos moldarmos estritamente ao trabalho, de certa maneira nos embrutecendo, tornando-nos apêndices de um sistema que nos precede, nos usa hoje e que pretende nos suceder com outras “peças produtivas”, ininterrupta e inexoravelmente.

O trabalho, por simultaneamente incluir e excluir, assim, demanda um olhar crítico sobre o que é naturalizado em termos produtivos e sociais. Converter o ser humano em ser produtivo, e daí em ser competente, só para ficar em uma das transposições difundidas nos dias de hoje, é um reducionismo tão perverso quanto cínico, pois agora contribuir para a manutenção do sistema já não é suficiente; é preciso ter a certeza de que a sua contribuição é bem feita. Não por acaso, os padrões de desempenho que se perseguem nada têm de humanos, porque apenas instrumentalizam radicalmente as entranhas de um sistema que opera como se pudesse existir à revelia da humanidade.

Daí que tenha surgido uma verdadeira indústria do apego ao ajuste despersonalizado, em que a personalidade desejada é tão marcante e reciclável quanto a de um copo plástico descartável. Essa lógica preconiza que não se precisa ser, mas parecer ser para se conseguir um lugar (incluído) ao sol: as pessoas precisam ter a aparência apropriada, usar as roupas corretas, ter a formação adequada, os empregos convenientes, ser fluentes nos idiomas esperados, expressar-se de forma convicta e, o mais importante de tudo, estar no lugar certo e na hora certa. Não é preciso ir longe para perceber que esse quadro é mais uma linha de produção de selfs para consumo rápido (BAUMAN, 2008) do que de indivíduos emancipados e autônomos.

Onde tal raciocínio baseado em “diferenciais competitivos” pode levar, já que todos precisam ser rigorosamente iguais para que o diferente

se sobressaia? Mas diferente em quê? O valorizado é o indivíduo que se submete a quaisquer condições apenas para estar “inserido”, o que faz soar como “exóticos” indivíduos com valores que não se curvam às demandas do mercado. Nessa perspectiva, toda pessoa tem o seu preço, e se alguém não se curva, é porque o seu preço ainda não foi alcançado pelos lances de um leilão que pretende indiscriminadamente converter os seres humanos em “eus de prateleira (...) disponíveis em qualquer tamanho, estilo, cor e preço concebível” (BROWN, 2007, p. 16). Isso é, no mínimo, preocupante.

Os aspectos que levantei sugerem agendas de pesquisa voltadas à compreensão do trabalho colocando as organizações na sociedade. Isso significa desafiar os pesquisadores a repensar amplamente seu papel e seus compromissos político-ideológicos nas esferas de ensino, pesquisa e extensão, ao mesmo tempo em que amplia consideravelmente as noções de ética ligadas ao trabalho docente.

As organizações não flutuam em uma bolha descolada da realidade; é a sociedade que lhes confere substância e mesmo condições de existência, razão pela qual me parece não apenas plausível, mas imprescindível que se recupere o social do ambiente organizacional. As pessoas não podem tomar como normais contextos em que virtualmente tudo é permitido em prol dos resultados, ações respaldadas por uma racionalidade econômica que premia o embrutecimento e o alcance de resultados com base na desumanização. O fato de em muitas organizações existirem manuais de conduta, por exemplo, não exime seus dirigentes de buscar condições efetivas de tornar o ambiente mais humanizado. O que não é proibido não é permitido, e tampouco ético, e isso precisa ficar claro aos indivíduos desde sempre. Suas ações levadas a cabo nas organizações não são imunes ao crivo do exame ético. “Seguir ordens” não constitui um argumento suficiente para justificar atos eticamente condenáveis.

Mas o que observamos? A formação de “legiões de profissionais orientados apenas a repetir o que lhes foi dito que era o certo, que foi aprendido de forma interessante e sem problemas” (SARAIVA, 2007, p. 12). O papel dos que estão na universidade com a responsabilidade de educar adquire particular relevância nesse quadro. É necessário refletir se ensinamos para mudar as coisas ou mantê-las como estão. Não que eu veja a possibilidade de pegar em armas a partir da educação, mas de politizar práticas que são reduzidas, em muitos casos, a técnicas pedagógicas e ao

burocrático cumprimento de planos de ensino como se isso fosse suficiente. Se toda e qualquer ação humana é política, as cores que isso adquire no ambiente da universidade me parecem mais intensas.

O que quero dizer é que tem sido infelizmente cada vez mais comum o adestramento ao invés da educação, o treinamento irrefletido de técnicas que serão imediatamente aplicadas nas organizações sem reflexões sobre os custos sociais do seu emprego ou a respeito das implicações do processo. O mesmo ocorre quanto à pesquisa e à extensão, que têm se concentrado no que é economicamente viável em detrimento do que é socialmente relevante, minando sua essência.

9.3 Conclusão

Trilhados alguns passos no percurso de problematizar o trabalho sob a ótica de um pesquisador preocupado com o rumo das coisas com relação ao trabalho, me cabe, nesta última seção, tentar fechar algumas das questões que levantei. É preciso deixar claro a dimensão do que proponho e, nesse sentido, o tamanho do desafio no ensino, na pesquisa e na extensão. Não se trata de uma tarefa fácil, não tenho dúvidas disso, mas tomá-la na sua dimensão real me parece mais honesto do que utilizar subterfúgios para escapar da peleja.

Poderia ser mais cômodo me alinhar “à situação”, que confortavelmente se limita a ensinar, pesquisar e devolver à sociedade, quando o faz, um conhecimento engajado com a manutenção das coisas como elas estão. Nessa posição, se encontram os que trabalham com a prescrição em detrimento da reflexão, com o adestramento técnico e o invés da educação emancipadora, e, enfim, com a noção de processo pedagógico-produtivo, no qual,

para atender a um planejamento financeiro, as organizações de educação superior investem expressivamente em marketing para viabilizar uma demanda adequada para os cursos. Os insumos se materializam em estudantes desejosos de ter uma formação superior e em professores com titulação compatível com as exigências dos órgãos regulamentadores. O processo se dá na padronização de aulas e conteúdos, de maneira a serem facilmente digeríveis

e aplicados, e com avaliações que sejam compatíveis com o que se espera de um profissional com formação técnica. Os produtos são os estudantes, que representarão o sucesso da instituição na capacidade de inserção e/ou de manutenção de posições profissionais, o retorno a cursos de educação continuada, principalmente no nível de pós-graduação, e os resultados nas avaliações conduzidas pelo Ministério da Educação. E o ciclo recomeça, indefinidamente. Embora pareça usual a aproximação da educação ao que se passa em outros processos produtivos, é no mínimo desconcertante a conversão de um bem substantivo, como o é a educação, em um produto instrumental. (SARAIVA, 2007, p. 8).

Esse processo apresenta como decorrência:

um ensino baseado na reprodução do conhecimento [...] [que] assume o mesmo pressuposto de neutralidade asséptica do método pedagógico e da alienação consentida da aprendizagem, negando ao estudante a possibilidade de posicionamento crítico frente ao que lhe é ensinado como certo. (SARAIVA, 2007, p. 11).

Apesar das facilidades de seguir, de forma indolente, os partidários dessa visão, prefiro manter-me alerta. Entendo que a academia não é um lugar de preguiça ou de conformidade, mas de embates. Felizmente, a ideia de universidade abraça as diferenças e faz do convívio entre elas algo de que pode se beneficiar a sociedade. Mas, para isso, é preciso coerência, o que nem sempre é um requisito em se tratando do capitalismo.

Penso que primeiro é necessário ser coerente quanto à concepção que se tem do mundo: ele é um lugar em que a realidade nos é dada ou por nós construída? Essa perspectiva abre uma segunda: como os homens são concebidos? Como atores que sofrem, unilateralmente, as ações, ou entes que podem pensar, agir e concretizar sua realidade? Em seguida, entra em cena a questão do conhecimento que produzimos: ele se volta à manutenção da situação com a qual nos deparamos ou com a sua mudança? É construído pelos indivíduos ou os coloca presos a estruturas que determinam suas ações? Quais são as explicações que somos capazes de produzir para tratar do mundo que nos cerca? Como estruturamos nosso raciocínio para lidar

com isso? Tais questões me parecem que precedem qualquer tentativa de geração de conhecimento e, nesse sentido, de estar consciente sobre o papel que se tem ao gerar conhecimento para que se conheça de forma coerente e emancipatória.

É preciso, por fim, ficar alerta ao risco do esvaziamento científico pelo comprometimento ideológico. Estar comprometido com uma dada visão de mundo não significa usar uma viseira que me impede de enxergar esse mundo. Isso significa que o lugar onde me encontro me situa no sentido de me dar referência para perceber o mundo, mas não me tolhe cognitivamente a abordar esse ambiente que me cerca. Preciso, assim, ser capaz de observar além dos meus próprios limites para trazer para a sociedade contribuições com que ela possa contar. Se meu papel é conhecer o mundo com pretensões científicas, preciso ser capaz de empregar os meios que podem dar sustentação a esse tipo de conhecimento, afim de que ele possa cumprir o seu papel de beneficiar a coletividade. Isso não quer dizer que conhecimento bom é conhecimento útil; mas que a sociedade possa usar os avanços do conhecimento para poder se emancipar. Conhecer é possibilitar condições de emancipação e uma forma de se libertar. De tudo.

Referências

- AKTOUF, O. *Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a síndrome do avestruz*. São Paulo: Atlas, 2004.
- BAUMAN, Z. *Vida para consumo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- BROWN, S. Postmodern marketing: everything must go! In: BAKER, M. J.; HART, S. *The marketing book*. 6. ed. Maryland Heights: Butterworth-Heinemann, 2007.
- DEMO, P. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1987.
- FRIEDMAN, G. *O trabalho em migalhas*. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- LIMA, M. E. A. O significado do trabalho humano. In: CARVALHO, A. O. (Org.). *Administração contemporânea: algumas reflexões*. Belo Horizonte: UFMG, 1988. p. 69-89.
- SARAIVA, L. A. S. O túnel no fim da luz: a educação superior em administração no Brasil e a questão da emancipação. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD (EnANPAD), 23, 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.
- SARAIVA, L. A. S.; PROVINCIALI, V. L. N. Desdobramentos do taylorismo no setor têxtil: um caso, várias reflexões. *Caderno de Pesquisas em Administração* (FEA/USP), São Paulo, SP, v. 9 (jan./mar.), n. 1, 2002, p. 19-33.

SOBRE OS AUTORES

Adilson Ferraz

Doutorando em Filosofia do Direito pela Universidade de Buenos Aires (UBA), realizando instância de investigação na Université Paris I (Panthéon-Sorbonne), Mestre em Filosofia pela UFPE, atuou como professor da Faculdade Asces e da Pós-Graduação da Escola Superior da Magistratura do Estado de Pernambuco (Esmape), recebeu do presidente da república o Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social em 2008, membro da Internationale Vereinigung für Rechts und Sozialphilosophie (IVR).

Contato: adilson_ferraz@hotmail.com

Ana Márcia Batista Almeida

Professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Mestra em Administração pela UFPE e doutoranda na mesma área pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Tem especial interesse nos Estudos Críticos em Administração, em particular os temas voltados à Sociologia do Trabalho.

Contato: anabatistaalmeida@gmail.com

Diogo Henrique Helal

Bacharel e Mestre em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É Professor do Departamento de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA). Seus interesses de pesquisa são: Desigualdades Sociais, Relações de Trabalho e Políticas Públicas.

Contato: diogohh@yahoo.com.br

Fernando José do Nascimento

Mestre em Filosofia, especialista em Bioética pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e graduado em Licenciatura Plena em Filosofia pelo Insaf. Foi professor e coordenador do Curso de Filosofia da Faculdade de Filosofia de Caruaru (Fafica) e hoje é professor do Centro Acadêmico do Agreste (CAA) da UFPE.

Contato: fernandojdn@hotmail.com.

Kely César Martins de Paiva

Doutora, Mestra e Bacharela em Administração (UFMG, 2007, 1999, 1992). Professora (Adjunta I) e Pesquisadora, Departamento de Ciências Administrativas (CAD), Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Cepead), Faculdade de Ciências Econômicas (Face), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Membro do Núcleo de Pesquisa em Comportamento e Mudança Organizacional (Necom, UFMG), do Núcleo de Relações de Trabalho e Tecnologias de Gestão (Nurteg FNH) e do Núcleo de Estudos sobre Estado, Trabalho e Sociedade (Nets, UFPB). Atua principalmente nas seguintes áreas temáticas: Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, Estudos Organizacionais, Ensino e Pesquisa em Administração.

Contato: kelypaiva@face.ufmg.br

Luiz Alex Silva Saraiva

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Docente Permanente no Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Docente Colaborador do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, ambos da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisador do Neos/UFMG, do Neoteg/Unifacs e do Gepo/Ufes.

Contato: saraiva@face.ufmg.br.

Marcio Sá

Atua como professor-pesquisador do Centro Acadêmico do Agreste (CAA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde leciona no Curso de Graduação em Administração. É autor dos livros *Sobre Organizações e Sociedade*, *O homem de negócios contemporâneo*, *Feirantes: Quem são e como administram seus negócios* e *Frutos do Agreste: sobre ensino e pesquisa em Administração*, todos publicados pela Editora da UFPE.

Contato: marciodesa@gmail.com.

Marco Aurélio Freire

Pós-graduado em Direito Constitucional pela Faculdade Asces. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, Hermenêutica Jurídica e Sociologia Jurídica. Atualmente é professor da Faculdade Asces e da Fafica.

Contato: freiremarc@hotmail.com.

Oton Vasconcelos Filho

Doutor, Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e advogado. É professor da Universidade de Pernambuco (UPE) e da Faculdade Asces, membro do Instituto Ítalo-brasileiro de Direito do Trabalho e da Academia Pernambucana de Direito do Trabalho.

Contato: otonvasconcelosfilho@gmail.com.

Roberto Véras de Oliveira

Concluiu o doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) em 2002. Atualmente é professor associado da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), atuando no Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Atua, ainda, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Preferencialmente, orienta seus estudos e pesquisas para os campos da Sociologia do Trabalho e da Sociologia Política.

Contato: roberto.veras.2002@gmail.com.

Trabalho: Questões no Brasil e no Agreste Pernambucano

INFORMAÇÕES GRÁFICAS

FORMATO: 15,5 X 22cm

TIPOLOGIA: Minon Pro

Editora
Universitária  UFPE

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 - Várzea
Recife / PE CEP: 50.740-530 Fax: (0xx81) 2126.8395
Fones: (0xx81) 2126.8397 2126.8930
www.ufpe.br/editora - livraria@edufpe.com.br - editora@ufpe.br



Este livro apresenta textos em linguagem clara e objetiva, frutos de pesquisas e reflexões de autores com formação e atuação em diversas áreas das Ciências Humanas (História, Sociologia, Administração e Direito) e mesmo da Filosofia, sobre diversos aspectos de um fenômeno tão amplo e multifacetado como o trabalho. Esta produção coletiva visa contemplar alguns aspectos contemporâneos deste tema, de modo particularmente contextualizado no Brasil e numa microrregião específica do Nordeste, o Agreste pernambucano.

978-85-415-0401-0



9 788541 504010